

© 2014 Curso de Geografia do Campus Experimental de Ourinhos

CAPA
Bruno Ferrari

Foto:
Arte de Ângela Peres Crespo. Araçatuba/SP
Fonte: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=329535>

DIAGRAMAÇÃO e EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Leonardo Hiroshi Horie

R4546 Revista Geografia e Pesquisa / Universidade Estadual Paulista. Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia -- Ourinhos: Curso de Geografia, 2014.

190p.; 21cm.

Semestral
v.8, n.1, jan/jun.

ISSN 1806-8553

1. Geografia. 2. História. I. Universidade Estadual Paulista. Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia. II. Título.

CDD: 910.05

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.
Solicita-se permuta – Se solicita intercâmbio – We ask for Exchange

Revista de Geografia e Pesquisa

Volume 8 - número 1
2014

unesp 

Ourinhos

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Câmpus Experimental de Ourinhos - Curso de Geografia

Av. Vitalina Marcusso, 1500

19910-206 Ourinhos - SP

PABX: (14) 3302-5700

Home Page: <http://www.ourinhos.unesp.br/revistageografiaepesquisa>

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

EDITORES RESPONSÁVEIS

Luciene Cristina Risso E-mail: luciene@ourinhos.unesp.br

Fabiana Lopes da Cunha E-mail: fabiana@ourinhos.unesp.br

SECRETARIA

Leonardo Hiroshi Horie

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Lucas Labigalini Fuini

Luciano Antônio Furini

PARECERISTAS DESTE NÚMERO

Paulo Fernando Cirino Mourão

Luciene Cristina Risso

Wilson Bento Figueiredo Filho

Vitor Koiti Miyazaki

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Reitor

Júlio César Durigan

Vice-Reitora

Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitor de Administração – PRAD

Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos

Comunitários – PROEX

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-Reitora de Pós-Graduação – PROPG

Eduardo Kokubun

Pró-Reitor de Pesquisa – PROPE

Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Graduação – PROGRAD

Laurence Duarte Colvara

CÂMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Coordenadora Executiva

Andréa Aparecida Zacharias

Vice- Coordenador Executivo

Edson Luís Piroli

Coordenador do Curso de Geografia

Luciano Antonio Furini

REVISTA GEOGRAFIA E PESQUISA

COMISSÃO EDITORIAL

Luciene Cristina Risso - UNESP Ourinhos
Fabiana Lopes da Cunha - UNESP Ourinhos

CONSELHO CIENTÍFICO

Ailton Luchiani – FFLCH/USP / SP
André Munhoz Argollo Ferrão- UNICAMP/SP
Andrea Aparecida Zacharias – UNESP / Ourinhos
Angelita Matos Souza – UNESP/Rio Claro
Antonio Nivaldo Hespanhol – UNESP / P. Prudente
Antonio Thomáz Junior – UNESP / P. Prudente
Bernadete A.C.Castro- UNESP/Rio Claro
Cenira Lupinacci – UNESP / Rio Claro
David Treece- Kings College London/ Londres/Inglaterra
Eliseu Saverio Sposito – UNESP / P. Prudente
João Lima San'tanna Neto – UNESP / P. Prudente
João Osvaldo Rodriguez – UNESP / Presidente Prudente
Jose Flávio Morais Castro – PUC / Minas Gerais
José Manuel Mateo Rodriguez – Universidad De Havana / Cuba
Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Marcelo José Lopes De Souza – UFRJ
Marcello Martinelli – USP / SP
Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP / P. Prudente
Maria Inez Machado Borges Pinto – FFLCH/USP / SP
Ricardo Antonio Tena Nuñez – UNAM / Cidade do México/México
Zeny Rosendahl – UERJ/RJ

EDITORIAL

É com imensa satisfação que apresentamos à comunidade científica do Brasil e do exterior mais um número da revista *Geografia & Pesquisa* (V.8, no.1).

Esse número da revista é diferente dos anteriores e é fruto de uma proposta de um grupo de professores de elaborar um dossiê temático da área de geografia cujo mote seria a questão sobre *quem produz e reproduz os espaços urbanos brasileiros na atualidade?*

Tal ideia teria surgido durante um evento que ocorreu em nosso campus e que teve a contribuição de docentes da UNESP/Ourinhos e de outras instituições como UNESP/Rio Claro e Universidade Federal Fluminense - Campos de Goytacazes.

Acreditamos que esse número da revista vai dar uma boa contribuição para discussões na Geografia e áreas afins.

Esperamos que todos desfrutem da leitura e continuem divulgando e contribuindo com nosso periódico.

Fabiana Lopes da Cunha

Luciene Cristina Risso

Editoras

Apresentação

AGENTES URBANOS E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**Lucas Labigalini Fuini¹
Luciano Antonio Furini²**

(...) a análise dos fenômenos urbanos exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura, dimensões de texto/contexto, campo/conjunto, escrita e leitura, sistema, signifiante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições etc. Sabe-se, aliás, que nenhum desses termos tem uma pureza rigorosa, que nenhum é definido sem ambiguidade, que nenhuma escapa à polissemia. O teórico da cidade e do urbano dirá que esses termos se definem como forma da simultaneidade, campo de encontros e de troca (LEFEBVRE, 2001, p. 32, *O direito à cidade*).

A presente edição da revista “*Geografia e Pesquisa*”, intitulada “*Agentes urbanos e dinâmicas socioespaciais no Brasil contemporâneo*”, é fruto dos esforços de cooperação em pesquisa científica de docentes do curso de Geografia da Unesp de Ourinhos, mais precisamente dos membros do “*Grupo de Pesquisa sobre Processos e Dinâmicas Territoriais*” (DITER/CNPq), e outros docentes e pesquisadores de universidades como Unesp-Rio Claro e a UFF-Campos de Goytacazes. Nesta obra constam parcerias inéditas entre geógrafos que buscam responder ao seguinte questionamento: quem produz e reproduz os espaços urbanos brasileiros na atualidade?

Trata-se de uma obra que se propõe a discutir as novas nuances do espaço urbano brasileiro por meio de seus agentes sociais e do conjunto de atividades e relações que têm a capacidade de mostrar que as cidades, em particular aquelas pesquisadas nesta obra, são ambientes de grande dinamismo político, econômico e social. Um dos principais níveis de

¹ Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da UNESP-Ourinhos. E-mail: lucasfuini@ourinhos.unesp.br.

² Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da UNESP-Ourinhos. Email: luciano@ourinhos.unesp.br.

entendimento da urbanização é pelo viés da análise do crescimento e dinamismo: populacional (número de habitantes); horizontal (do perímetro da cidade, com loteamentos e infraestrutura básica e de circulação) e vertical (aumento do número de edifícios residenciais e de serviços). Daí depreende-se que o urbano, com suas diversas áreas, como as comerciais, de serviços, industriais, de habitação e suas centralidades, tem um grande poder estruturante sobre a organização dos espaços regionais, devido aos deslocamentos dos seres humanos que ele cria e que mantém (VILLAÇA, 1998).

E essa dinâmica entre cidade e urbano não pode ser compreendida, segundo Lefebvre (2001), sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade, considerando-se as instituições mais gerais, que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, coexistindo com instituições propriamente urbanas, administrativas e culturais, incluindo neste campo as instituições municipais. Nesse interagir, é possível reconhecer que cidades envolvem também descontinuidades têmporo-espaciais situadas entre suas formações urbanas e relações sociais mais gerais.

Formas, estruturas, funções urbanas agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar. Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio e seus fragmentos e restos serviram para outras formações (LEFEBVRE, 2001, p. 55).

Essas concepções de Lefebvre e demais autores conferem, simultaneamente, um caráter estrutural e sistêmico ao objeto de estudo “espaço urbano”. Estrutural porque deve ele ser pensado como um conjunto constituído pela justaposição de objetos, homens, firmas, instituições e o meio circundante em uma lógica de funcionamento ao mesmo tempo coerente e contraditória, que envolve solidariedade e conflitos sociais, econômicos e políticos. Além disso, seu caráter estrutural também supõe referências ao intra-urbano e ao interurbano; e o interurbano visto como espaço articulado em rede que estrutura um mosaico de interdependência entre cidades.

E o olhar sistêmico se aplica ao conjunto de fluxos materiais e imateriais que dá coerência ao conjunto e o torna uma indissociabilidade, considerando suas partes constitutivas, o arranjo delas no espaço e as interdependências que criam devido às suas complementaridades. Trata-se, portanto, de um sistema aberto às influências variadas oriundas de escalas espaciais maiores (nacional, global) e menores (local) em relação ao nível regional do quadro da polarização urbana. É nesse conjunto de sistemas e estruturas que se enquadram os agentes

urbanos, como elementos integrantes fundamentais a pilotar na base um complexo quadro de relações - ao mesmo tempo estável e instável, harmônico e caótico - a que chamamos de espaço urbano.

Assim, organizamos o material aqui exposto em cinco artigos, cada qual analisando uma cidade em específico e tratando de um agente urbano mais relevante, de um processo de urbanização particular e de conceitos explicativos que subsidiam o repertório teórico utilizado. Portanto, nesse projeto buscamos integrar autores de perspectivas teóricas diferenciadas a fim de construir um quadro suficientemente amplo e complexo que conseguisse, mesmo que de forma parcial, representar esses novos processos vigentes nos espaços urbanos cada vez mais interdependentes que verificamos no Brasil.

As contribuições presentes nessa edição são oriundas de reflexões relacionadas a pesquisas de graduação, mestrado e doutorado e de projetos regulares de pesquisa financiados por instituições de apoio à pesquisa científica. Os trabalhos também são frutos da pesquisa acadêmica desenvolvida em cursos de graduação e de pós-graduação de diferentes centros de investigação da ciência geográfica localizados na região Sudeste, explorando objetos de análise localizados nos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Apresentamos quadros parciais de uma realidade que se faz mutante e presente cada vez mais no cotidiano das pessoas que vivem em um país predominantemente urbano. E esse urbano, como processo, reivindica a organização dos espaços em seu conjunto de formas, funções e estruturas. A cidade, como objeto, também é estruturada por processos contraditórios, sendo vista como uma totalidade que encerra constantes transformações.

Segundo Santos; Silveira (2010), o processo recente de urbanização brasileira denota o seguinte quadro: 1º.) aumento do número e da força de cidades locais (cidades com até 100 mil habitantes) e dos centros regionais (entre 100 mil a 500 mil habitantes); 2º.) crescimento relativo maior das metrópoles regionais em relação às metrópoles nacionais do Sudeste, sendo que as primeiras passam a manter regularmente relações nacionais e mudam de qualidade; 3º.) diversificação e aprofundamento da divisão intra e interurbana do trabalho nas regiões metropolitanas, áreas capazes de abrigar uma ampla gama de atividades e de profissões; 4º.) As cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias e um número crescente de letrados, indispensável a uma produção material, agrícola e industrial, que se especializa e se intelectualiza.

Nesse mesmo contexto, observa-se recentemente no Brasil um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois, ao mesmo tempo, crescem as cidades grandes e médias, abarcando nesse crescimento um jogo dialético entre a criação de riqueza e a criação de pobreza sobre o mesmo território.

A localização das atividades (industriais, comerciais e de serviços) e das formas de consumo do espaço urbano (residencial, comercial, circulação etc.) aponta, na cidade capitalista, para processos de segregação. Esses processos podem decorrer das próprias diferenças entre localizações ou da capacidade diferenciada de consumo do espaço, identificada pelo poder de compra dos moradores, em outras palavras, pela distribuição de riqueza entre os habitantes da cidade. Na paisagem urbana, é possível distinguir facilmente os bairros onde se encontram as camadas mais pobres da população daqueles habitados pelas camadas mais ricas (SPOSITO, 2008, P. 34).

Cidade também é singularidade, intermediada pelos processos de trabalho associados a pessoas e instituições. A estrutura interna das cidades mostra que elas são dotadas de movimento próprio, sendo compreendidas pelos seguintes aspectos: implantação de equipamentos coletivos (habitações, hospitais, escolas, comércio etc.) e a segregação espacial decorrente da localização de distintas camadas de populações identificadas pelas diferenças de poder aquisitivo para exercitar o consumo do espaço urbano (SPOSITO, 2006).

Portanto, este número da revista “Geografia e Pesquisa”, do curso de Geografia da UNESP-Ourinhos, acaba por explorar essas diferentes perspectivas da relação entre cidade e urbano, entre processos e agentes urbanos: da distribuição da infraestrutura, da localização das atividades econômicas e sociais, das formas, funções, estruturas e processos que definem a organização do espaço urbano, da segregação espacial e exclusão socioeconômica, das instituições e normas que definem os diferentes usos do espaço, do rápido crescimento e dinâmica complexa vigente em cidades brasileiras, da presença do Estado nas ações de ordenamento e planejamento urbano, da crescente apropriação privada das estruturas urbanas, entre tantos outros temas a explorar e investigar.

No primeiro artigo, que abre esta edição, Luciano Antonio Furini, docente da Unesp, nos traz uma reflexão teórico-conceitual sobre a noção de 'agente urbano'. No ensaio, o autor afirma que o urbano constitui um fenômeno espacial de particular temporalidade e que sua dinâmica – o próprio processo de urbanização – pode ser entendida por determinados campos de ação, como aquele da relação entre intra e interurbano, o subjetivo e o objetivo e o regulamentado e o desregulamentado. De modo geral, o autor afirma que o agente urbano é aquele que participa do

processo de produção do espaço urbano e que se envolve ativamente ou involuntariamente nas relações de poder político e econômico, pelas normatizações e mudanças nas sociedades capitalistas.

O segundo artigo, de autoria do docente da Unesp-Ourinhos Nelson Rodrigo Pedon, é fruto de ideias e sistematizações extraídas de suas pesquisas de mestrado e doutorado. Desse modo, o autor se utiliza do conceito de movimento socioterritorial para tratar dos principais agentes urbanos que produziram historicamente e ainda produzem o recorte espacial correspondente ao bairro Alvorada, da cidade de Araçatuba, interior paulista. Segundo o autor, a cidade se apresenta como o território do exercício do poder, pois é produzida e condiciona a luta entre classes, grupos, corporações e indivíduos no seu interior, delimitando territórios nos quais se materializa a luta pelo espaço urbano. Portanto, a participação popular, vista pelo prisma da mobilização de moradores em uma associação de bairro periférico, está vinculada à constituição do território de um bairro, pois envolve processos de configuração da identidade que permeia a relação dos moradores com o espaço.

O terceiro artigo é de autoria do docente da Unesp-Ourinhos, Lucas Labigalini Fuini, também um dos responsáveis por este número especial da revista. O autor centra sua análise sobre a dinâmica do espaço urbano de Jaú, município do interior paulista, em dois conceitos principais: o de governança territorial e o de Arranjos produtivos locais (APL). Desse modo, busca entender quais são os principais agentes que respondem pelas relações de poder no bojo da indústria calçadista de Jaú, aglomeração industrial cujos elementos econômicos, sociais e políticos a definem como APL. Essa governança, que articula, sobretudo, os agentes privados representados pelo sindicato patronal e a Fiesp e os agentes públicos, representados pelo poder público local e serviços e agências de apoio estaduais e nacionais, tem a capacidade de interferir na organização do espaço urbano jauense conforme o alto nível de concentração e especialização das empresas, as localizações de produção e de comercialização dos calçados, as economias de aglomeração e externalidades associadas à cadeia de couro-calçados territorializada, as necessidades logísticas atreladas à indústria e, também, a consequente segregação socioespacial decorrente da divisão técnica e social do trabalho produzida no APL calçadista e em seu movimento de territorialização no espaço urbano local e regional.

O quarto artigo é de autoria de Luciana Antunes Barbosa, Doutora oriunda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp-Rio Claro e cujo estudo aqui apresentado é fruto de

sua dissertação de mestrado. Nele são analisados os novos produtos imobiliários, como os enclaves residenciais fortificados de Limeira/SP, formas constitutivas do modo de vida urbano contemporâneo. Segundo a autora, os “enclaves residenciais fortificados” aparecem como uma alternativa para os cidadãos que buscam uma vida organizada em espaços normatizados e privatizados, onde o tempo da vida cotidiana está centrado em valores como o *status* social, contato maior com a natureza e uma relação “monótona” com o tempo. Ao mesmo tempo, é produto do mercado imobiliário e reforça a visão do espaço urbano como mercadoria, acentuando a fragmentação social, econômica e territorial. Conquanto, a autora conclui que o enclausuramento dos cidadãos gerado pelos condomínios é o retrato da sociedade contemporânea, do seu sistema econômico e das relações sociais e de produção predominantes.

O quinto artigo, de Luis Eduardo Devai, professor da rede pública de Ensino e bacharel-licenciado em Geografia pela Unesp-Ourinhos, nos traz uma análise sobre a influência dos chamados *shoppings centers* na organização espacial da cidade de Londrina, importante centro econômico do Norte do Estado do Paraná. Esse estudo reporta ao trabalho de graduação do autor defendido no curso de Geografia da instituição citada. Devai propõe discutir a importância do *shopping center* como empreendimento imobiliário que aglutina unidades comerciais em determinado edifício, no processo de reprodução do capitalismo em Londrina, envolvendo agentes públicos (poder público municipal e estadual), privados (construtoras, incorporadoras de imóveis, imobiliárias, empresários do comércio), consumidores e trabalhadores que determinam (ou são determinados) um tipo de ordenamento do espaço urbano conforme a distribuição de equipamentos de infraestrutura associados ao movimento de circulação produzido por esse objeto urbano. Desse modo, o autor conclui que a urbanização da cidade de Londrina (PR) se redefiniu significativamente a partir da inauguração dos *shoppings centers* em fins dos anos 1990 e início dos 2000, reforçando dois processos: a multiplicação da centralidade urbano-regional londrinense e a segregação socioespacial entre bairros e áreas do município.

O sexto e último artigo, de Tatiana Tramontani Ramos, docente da Universidade Federal Fluminense-Campos de Goytacazes, busca analisar as características do desenvolvimento socioespacial a partir dos exemplos de circuitos econômicos vinculados à práticas de economia popular e solidária, problematizando o quadro conceitual e empírico existente sobre essas atividades e sua possível vinculação aos movimentos e ativismos sociais urbanos que buscam um horizonte de autonomia e autogestão. Na cidade do Rio de Janeiro, a autora constata uma

realidade vigente de incentivo públicos e marcos legais que tem levado milhares de trabalhadores daquilo que chama de “hiperpreariado” a aderirem à microempreendimentos individuais de diversos gêneros, no entanto, fugindo do princípio da autonomia e da solidariedade econômica pois, crescentemente, passam a ser vinculados, de forma marginal, aos circuitos competitivos de produção capitalista, cujo quadro normativo segue modelos predeterminado pelo Estado. Assim, a perspectiva de resistência à ordem econômica e social, típica da economia popular solidária, torna-se inserção passiva e adaptação regressiva aos padrões de acumulação vigentes.

Pelo exposto, observa-se que a abordagem sobre agentes urbanos no território brasileiro contempla simultaneamente, a multidimensionalidade e a profundidade necessárias para sua investigação como eixos explicativos da dinâmica recente das cidades. Por se envolverem em espaços e tempos, sociedades, economias e culturas variadas, os agentes urbanos trazem diferentes dimensões quantitativas e qualitativas que os referendam, atuando nas escalas local, regional, nacional e global de interferências das redes e fluxos urbanos. E também incorporam um nível mais preciso de explicação dos fenômenos urbanos, pois delimitam exatamente quais são os agentes territoriais que controlam recursos e que emitem e demandam fluxos materiais e imateriais capazes de definir e orientar a organização dos espaços das cidades.

O socioespacial aqui se refere, como nos lembra Marcelo Lopes de Souza (2011, p. 160), “simultaneamente às relações sociais e ao espaço, como dimensões da sociedade concreta que, sem se confundirem, são, por outro lado, essencialmente interdependentes”, e o dito desenvolvimento socioespacial (*substrato do desenvolvimento urbano*), cujas várias possibilidades os artigos dessa revista demonstram ou negam, se define pela autonomia individual e coletiva que se aúfere pelos oportunidades objetivas disponíveis, pela capacidade psicológica de fazer opções e pela compreensão de si mesmo e sua cultura, visando, em última instância, a constituição de uma cidade justa pressupõe

(...) uma sociedade justa, a qual, por sua vez só o será se o seu nomos (*normas, leis*) e suas instituições garantirem o acesso igualitário à tomada de decisões: ou seja, garantirem a autonomia dos indivíduos (*pensado também como membros de um grupo*) e da sociedade. Essa é a base sobre a qual poderá, mais adequada e legitimamente, ser pensado e decidido o conteúdo substantivo de palavras como ‘justiça’ e ‘bem comum’, assim como desenvolvimento (SOUZA, 1998, P. 24).

Nesse sentido, esperamos que este material sirva como um guia introdutório para estudantes em nível de graduação e pós-graduação que tenham interesse ou necessidade de se

atualizarem sobre o vasto repertório acerca da dinâmica recente das cidades brasileiras e também que desejam refletir criticamente sobre seus problemas socioeconômicos e políticos, pensando em propostas e alternativas para a resolução e mitigação dos mesmos.

Além disso, pensamos esse número do periódico como uma obra em aberto, passível de receber críticas e sugestões e sujeita às necessárias atualizações e futuras continuações assim como seu tema central, exposto no título, exige. Portanto, trata-se de um projeto que pretende inspirar futuras publicações em sequência no objetivo de crescentemente buscar contribuir e aprofundar os estudos sobre a temática do urbano e de seu conjunto de agentes e relações no Brasil.

REFERÊNCIAS

LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, 2ª. Edição.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010, 10ª. Edição.

SOUZA, M. L. de. Em torno de um hífen. **Formação**, Presidente Prudente, Programa de Pós-graduação em Geografia, n. 15, v.1, p. 159-161, 2008.

SOUZA, M. L. de. Desenvolvimento urbano: a problema renovação de um conceito-problema. **Território**, Rio de Janeiro, UFRJ-Laget, ano III, n. 5, p. 5-29, jul./dez. 1998.

SPOSITO, E. S. **A rede urbana**. São Paulo: Edunesp, 2008.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. SP: Nobel, 1998.

ZANDONADI, J. C. Cidades médias e cidades de porte médio: mm debate conceitual a partir da situação geográfica de Taboão da Serra, São Carlos e Marília. **Anais do XII Simpósio de Geografia/Sinpurb**, Belo Horizonte, UFMG. <http://xiisimpurb2011.com.br>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2013.

OS AGENTES URBANOS: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

Luciano Antonio Furini¹

Resumo: O espaço geográfico, enquanto um âmbito de contradições e conflitos, está em constante processo de redefinição. Considerando a importância da urbanização no período atual, a participação do agente urbano ganha relevância cada vez maior na abordagem geográfica. Neste texto, buscamos contribuir para caracterização e entendimento da noção de agentes urbanos, destacando estudos que mostram como se constituem importantes ações que estruturam e reestruturam o espaço urbano e quais agentes estão envolvidos.

Palavras-chave: espaço geográfico; urbanização; agente urbano; espaço urbano; ações.

THE URBAN AGENTS: CONCEPT AND MAIN FEATURES

Abstract: The Geographic Space, as a contradiction and conflicts place, is in a constant redefinition process. Considering the urbanization importance in nowadays period, the participation of the urban agent takes increasing relevance in geography approach. In this text, we aim to contribute for the characterization and understanding of urban agent notion, outstanding studies that shows how the actions, which structure and restructure the urban space and what agents are evolved, are important.

Keywords: geographic space, urbanization, urban agent, urban space, actions.

1. Introdução

Como compreender quais são os agentes urbanos e que papéis desempenham em meio a sociedades em que o grau de complexidade das relações está cada vez mais acentuado? As atuações desses agentes ocorrem sob uma gama de interesses e o encontro conflitante desses diversos interesses forma uma desproporcional mediação entre as aspirações da população em geral e aquelas presentes nos grupos de interesse, como os que estão inseridos nas instâncias políticas e econômicas.

O urbano constitui um fenômeno social e espacial de particular temporalidade. Enquanto conceito, remete a uma dinâmica que pode ser observada em períodos, regiões e situações diferenciadas, de acordo com as teorias envolvidas, assim “tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação” (LENCIONI, 2008, p. 114).

¹ Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da UNESP-Ourinhos. E-mail: luciano@ourinhos.unesp.br.

Quais são os agentes que erigem este espaço urbano e o dotam de significados? O urbano confere novos sentidos ao campo e à cidade, relativizando essa separação, sem ocorrer algo como um enraizamento do urbano no campo e na cidade, o que faz do urbano um processo que redefine as relações sociais e espaciais que em um momento anterior o gerou.

Considerando as diferentes referências teóricas ao urbano e ao processo de urbanização, nas quais são identificados períodos relativos de seu estabelecimento segundo cada concepção, é possível identificar um âmbito de transformação composto por processos e práticas bastante variáveis, cujo conjunto das ações sociais que geram o espaço urbano oscila segundo as dinâmicas espaciais e temporais.

Ao buscar contribuir para caracterização e entendimento da noção de agentes urbanos, destacamos neste texto aspectos das diversas concepções que envolvem a noção, além de apontamentos que mostram a importância dos estudos sobre agentes urbanos para a compreensão da reprodução do urbano. As pesquisas que desenvolvemos no âmbito do Grupo de Pesquisa sobre Processos e Dinâmicas Territoriais (Diter) e sobre Geografia urbana e Planejamento urbano, no campus da Unesp de Ourinhos, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), permitiram observar que a composição das ações que caracterizam os agentes e suas práticas, no período contemporâneo, recebeu um incremento significativo de participação dos fluxos advindos da rede urbana, não com padrões hierárquicos, mas com especificidades em relação aos fatores relacionados aos padrões das redes² existentes nas cidades. As articulações em rede no período atual são tão dissimuladas que basta existir um tipo de rede para que muitas das características do sistema urbano se façam presentes, direta ou indiretamente.

2. Os campos de ação dos agentes urbanos

No Dicionário *Priberan* de Língua Portuguesa observamos que o significado da palavra agente indica o que opera ou é capaz de operar, uma atividade que produz efeito, diferente do que é passivo ou paciente. Embora a atividade seja o elemento destacado, outras noções como potencialidade e capacidade também constam na definição de agente.

² A referência aqui é em sentido amplo. Cada vez mais as redes se tornam acionadas em escala global. A lógica de redes não é a mesma das hierarquias, pois são incompatíveis, já que a noção de redes remete a relações heterárquicas, ou seja, relações que não implicam uma dependência centralizada e verticalizada como na hierarquia.

O trabalho de Vasconcelos (2011) apresenta um quadro geral das abordagens sobre a atuação dos agentes na transformação das cidades. O autor mostra diferentes adequações no uso das noções de ator e agente, o que nos possibilita observar quais os sentidos e as aplicações mais usuais e a capacidade explicativa que possuem, segundo as diversas concepções teóricas. De modo geral, as abordagens sobre os agentes – ou atores – urbanos guardam estreita relação com o grau de autonomia do ser humano – e as diversas consequências de suas decisões – ao deliberar sobre o estabelecimento dos fatores sociais e espaciais urbanos. Um problema que remonta origens bastante remotas que se encontram no cerne do conceito de urbano.

Apoiados principalmente nos trabalhos de Corrêa (1989), Lefebvre (1999) e Vasconcelos (2011), propomos que os agentes urbanos podem ser classificados a partir de uma diversidade de *campos de ação*. Assim, destacamos alguns que consideramos mais relevantes para este trabalho:

<p><i>Intra ou interurbano</i>, quanto ao local a partir do qual age, a cidade, a rede urbana ou o sistema urbano, segundo a escala geográfica;</p> <p><i>Individual ou social</i>, segundo o objetivo social e espacial que a ação do agente almeja, ou seja, quais as finalidades envolvidas;</p> <p><i>Público ou privado</i>, de acordo com o tipo de iniciativa político-administrativa e a capacidade financeira de que são dotados os empreendimentos;</p> <p><i>Ativo ou potencial</i>, em relação à capacidade que os agentes possuem em tornar aplicável suas aspirações;</p> <p><i>Intencional ou casual</i>, de acordo com a presença ou não de propósitos - na forma de programas, planejamentos e projetos - nas tomadas de decisão;</p> <p><i>Direto e indireto</i>, segundo a forma de participação nas atividades que estruturam ou reestruturam o espaço urbano;</p> <p><i>Subjetivo e objetivo</i>, quando se considera a gênese representacional a partir da qual as ações são formuladas enquanto saberes ou quando tomam a forma de práticas, a partir dos saberes gerados;</p> <p><i>Regulamentado ou desregulamentado</i>, de acordo com a competência legal da ação e a área de atuação, em que o perfil dos agentes pode ser traçado conforme a legislação em vigor e os quadros profissionais envolvidos.</p>
--

De acordo com estes campos de ação, podemos observar que se comportam como vetores das redes urbanas – independente do sistema que predomina nessas redes (político-administrativo, econômico ou cultural-religioso) – que constituem o cerne do urbano, mesmo que a iniciativa da ação ocorra na mesma cidade em que seu resultado seja esperado. Nesse sentido, os agentes, caracteristicamente, são aqueles que se enquadram nas situações em que o urbano é

identificado segundo o tipo de interdependência entre as cidades. Fora dessas situações, seria outro agente, como cidadãos ou aldeãos.

O urbano é o conjunto de diversos vetores, dos quais podemos destacar aqueles impulsionados por agentes que geram uma prática urbana em que, embora ocorra em alguma cidade, sua matriz pode estar em um nível diferenciado ao da cidade considerada, podendo fazer parte de um conjunto de ações a partir da articulação de diversas cidades. Redefinem-se formas e funções segundo outra força, a urbanização.

As passagens ocorridas entre a cidade política, a cidade comercial, a cidade industrial e a cidade informacional – neste último exemplo, seguindo as argumentações de Castells (1999) sobre o modo de desenvolvimento informacional – constituem oportunidades para observarmos a existência ou não de processos urbanos e sua abrangência.

A partir das ressalvas apresentadas podemos questionar se, com o processo de constituição do urbano, as muitas ações que caracterizavam a cidade, sem caracterizar o urbano, ao menos não no modo como ocorre no período contemporâneo, passam a constituir ações de agentes urbanos? Henri Lefebvre (1999), comentando sobre as permanências dos modos de desenvolvimento industrial e agrário, aponta parte da resposta quando destaca que

O urbano reúne. O urbano, enquanto forma, transforma aquilo que reúne (concentra). Ele faz diferir de uma maneira refletida o que diferia sem o saber: o que só era distinto, o que estava ligado às particularidades no terreno. Ele reúne *tudo*, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e a desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações e formas de comunicações preexistentes (LEFEBVRE, 1999, p. 159, grifos do autor).

Podemos considerar que com o urbano essas ações são redefinidas por excelência, ao constituírem um âmbito conflitante reunido por um fenômeno no qual o usuário pode ser agente tanto por deliberação quanto por omissão ou passividade, concordando ou não com o resultado da obra da qual parece não participar. Se a atual realidade urbana remete a um aparente caos, como identificar os principais agentes urbanos desse período? A resposta a essa questão passa pelo entendimento sobre o que consideramos ser um agente urbano e por uma demonstração de como estes agem no espaço urbano contemporâneo.

Ao considerarmos os processos urbanos e as novas especificidades das cidades, notamos que o modo de vida cidadão se tornou característico da maior parte da população brasileira, inclusive de segmentos que mantêm vínculos laborais ligados ao setor agrário. Quando

observamos o aspecto demográfico da urbanização brasileira, notamos que a taxa de urbanização passa de 31,24 %, em 1940, para 84,36 %, em 2010 (IBGE, 2010), fazendo com que o âmbito urbano passe a ser a regra de reprodução social e espacial, ao menos no sentido demográfico da abordagem. As argumentações de Sposito (2004, p. 31-43) sobre a multiplicidade de usos e significados do termo urbanização auxiliam a destacar os cuidados ao se identificar os agentes urbanos, inclusive, observando as especificidades de cada país.

Na obra *O espaço urbano*, Corrêa (1989) mostra os diferentes usos da terra para caracterizar o espaço urbano, tratando-se de uma tipologia de natureza mais analítica, como ele mesmo destaca. A partir dessa concepção, o autor identifica e classifica os seguintes agentes urbanos: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado e e) os grupos sociais excluídos, explicando como cada um age. Nesse trabalho, são enfatizados os processos simultâneos de fragmentação e articulação do espaço urbano, sendo importantes para notar que, mesmo com as mudanças nas formas e nas funções espaciais, muitos processos podem manter-se. Essas observações remetem ao papel dos agentes sobre possíveis formas de conservação (do poder e das alianças políticas) ante as transformações do espaço urbano, ou seja, sobre o caráter essencial das redefinições sociais e espaciais.

No capítulo intitulado *A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia Urbana: avanço ou recuo?*, Vasconcelos (2011) destaca que nas diversas concepções sobre os agentes urbanos, algumas características são mais presentes. Apoiados nesse trabalho notamos que:

a) as grandes categorias utilizadas pela Geografia urbana, como nos casos daquelas que se referem ao *capital imobiliário* e ao *capital financeiro*, caracterizam o predomínio da ação, potencializando-a, dando-lhe significância geral e conferindo-lhe um *primeiro nível* de deliberação, estruturando a atuação;

b) *os agentes compostos por movimentos, coletividades, entidades, empresas e instituições* – públicas e privadas – caracterizam a estratégia da ação, oferecem-lhe o encaixe, com gradações, entre sujeito e sujeição, estabelecendo um *segundo nível* de deliberação e conferindo uma *roupagem* à atuação;

c) a posição social do agente, enquanto *proprietário, profissional, servidor, membro, usuário, beneficiário*, entre outros, é que vai possibilitar o estabelecimento da ação, caracterizando um *terceiro nível* de deliberação e proporcionando-lhe certo controle da atuação;

d) o resultado da ação, *o edifício, a rua, o parque, o bairro, o distrito, a cidade, a metrópole e os diversos complexos urbanos* formam a finalidade da ação, permitindo-lhe efetividade, um *quarto nível* de deliberação que caracteriza a objetivação da ação.

As articulações entre os diversos níveis e o domínio temático³ de um sobre o outro vão conferir o protagonismo dos agentes urbanos em determinados setores. A complexidade urbana é própria dos tipos de entrelaçamentos entre os diversos níveis. Essa tipificação é um ensaio sobre os vários enquadramentos aos quais os agentes estão vinculados e com os quais estabelecem uma infinidade de vínculos. Conhecer as formas como estes vínculos os aprisionam ou maximizam sua autonomia deve ser uma tarefa contínua.

Continuando no trabalho de Vasconcelos (2011) e buscando identificar como os diversos autores estudados por ele denominam os principais agentes ou atores urbanos, segue uma síntese dos estudos, organizada por grupos: no primeiro grupo estão os proprietários fundiários; no segundo grupo encontramos referências ao Estado, aos Governos, às Instituições públicas e aos políticos; no terceiro entram os promotores imobiliários, os construtores, os incorporadores e as empresas ligadas ao setor imobiliário, com destaque para as financeiras; no quarto grupo destacam-se os habitantes, os grupos, as associações, as cooperativas e os movimentos sociais; no quinto grupo temos as referências aos capitalistas, com destaque para o capital imobiliário; por fim, no sexto grupo, a ênfase vai para os técnicos e especialistas do setor de planejamento. As constantes referências a esses grupos remetem às abordagens dos agentes urbanos e ao caráter mercadológico do espaço urbano, em uma relação conflitante e contraditória entre demanda, oferta e regulamentação do parcelamento, da apropriação, do uso e da ocupação de edifícios, áreas e equipamentos públicos e privados, legais ou ilegais.

Após buscar *desenrolar o novelo* dos tipos de ações desenvolvidas por agentes urbanos, é necessário remeter as argumentações à problemática dos diferentes tipos de sociedades

³ Considerando que em cada situação ou período alguns temas sociais e espaciais se destacam ou assumem posição de maior relevância, de acordo com as questões colocadas ou com os problemas surgidos, o domínio temático se refere ao destaque que certas temáticas sociais recebem e como passam a exercer influência em outros temas ou setores, gerando certo comando que influencia diversas deliberações sociais, conforme argumentação desenvolvida em Furini (2011).

humanas e suas peculiaridades e, também, aos campos indeterminados da ação. Nesse ponto abre-se uma série de possibilidades, pois a própria ausência de participação, dos *agentes potenciais*, pode caracterizar uma forma de se pensar um agente urbano por negação. Nesse sentido é importante observar que os processos ideológicos e representacionais constituem, também, importantes abordagens para os estudos sobre essa temática.

Se a própria identificação do urbano varia segundo a historicidade do espaço geográfico das sociedades, a prática dos agentes urbanos também estará relacionada às variações temporais e espaciais (LENCIONI, 2008).

Para além das diferenciações regionais que um país apresenta internamente, com variados graus de desigualdade socioeconômica, o tipo de sistema político e inserção econômica que possui vão indicar padrões de produção do espaço urbano em níveis diferentes dos demais países. Essas diferenças implicarão em padrões piores ou melhores de qualidade dos equipamentos, das habitações, da infraestrutura e demais resultados; e maiores ou menores intensidades e velocidades dos processos urbanos relacionados à urbanização e suas respectivas consequências.

Podemos dizer que o processo de urbanização atua diferentemente os agentes urbanos, segundo o tipo de organização social. No entanto, essa diferença tem um limite a partir do qual o que restam são ações que encontram similaridades em diversos países e, a partir daí, são passíveis de correlação. Se as diversas abordagens privilegiam certos tipos de agentes, isso pode ser indicativo de que algumas ações se mantêm independente das nuances sociais e espaciais das sociedades e que os sistemas e redes dos quais essas sociedades participam precisam ser levados em consideração.

As ações, ou o sistema de ações⁴ desses agentes urbanos, ao transitarem entre o deliberado e o espontâneo, revelam uma nítida propensão a se enquadrarem segundo os campos de ação, conforme apresentamos anteriormente. Desse modo, muitas das tomadas de posição dos agentes urbanos podem possuir mais de uma matriz ou influência. Não resta dúvida de que somente uma investigação rigorosa, que considere as articulações entre esses campos, poderá contribuir para o entendimento adequado dos processos envolvidos. Por outro lado, é nesse

⁴ Santos (2002) caracteriza o espaço geográfico, enquanto um *conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*.

ambiente contraditório que o imponderável ocorre e novas ações entram em conflito com a ordem das deliberações que envolvem os agentes mais hegemônicos ou mais conservadores.

Existem, desse modo, certos campos indeterminados das ações desses agentes urbanos, nos quais são gestadas tanto as novas formas de submissão aos ditames dos poderes políticos e econômicos quanto as ousadas tentativas de desconstruir a lógica dominante. Em Souza (2002) observamos uma série de iniciativas relacionadas às novas formas de participação política, que contribuíram para identificar vários limites presentes nas ações de gestão e planejamento urbanos, até mesmo naquelas mais voltadas aos modelos de participação popular, considerados mais adequados ao conjunto de conquistas e lutas em que a participação popular pode ocorrer com maior grau de autonomia.

É importante observar que os chamados problemas urbanos podem resultar tanto de ações planejadas quanto daquelas com ausência de planejamento e que uma e outra podem ser objetos de manipulação de grupos de interesses. Essas possibilidades conferem maior importância ainda aos estudos sobre agentes urbanos.

Que as artimanhas dos grupos de interesses, ligados ao poder político e econômico, se readaptam aos diversos tipos de normatizações e tentativas de mudanças nas sociedades capitalistas é algo conhecido e sobre o qual muito já se avançou em termos elucidativos e analíticos, porém não no que se refere às conquistas para os segmentos populacionais com maiores problemas de acessibilidade a bens, serviços e equipamentos, nos diversos setores sociais. Ao destacar o tipo de socialização capitalista na cidade, Milton Santos (2000) mostra que

[...] os cidadãos se atordoam em sua luta, frequentemente errando de alvo e, desse modo, despendem energias que, em outras condições, teriam resultados mais eficazes. Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe. Os próprios intelectuais ainda buscam as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e difunda, em termos didáticos e de maneira simples, o emaranhado de situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito [...] (SANTOS, 2000, p. 132).

O modo como se interpreta o grau de participação popular frente aos processos urbanos é central, pois os níveis de autonomia, por mais baixos que sejam, potencializam ações e conferem possibilidades de maior inserção em ambientes decisórios. De certo modo, a vulgarização das abordagens sobre os agentes urbanos guarda limites quanto ao verdadeiro sentido de suas ações, gerando possibilidades de manipulações sobre a função social da cidade.

Porém, independente das manipulações existentes, são as degradadas *condições de vida cotidiana*, ou seja, o modo de vida urbano, que formam um conjunto de problemas sociais que “[...] despertou um espírito de insubordinação direta contra as regras autoritárias e inspirou ações de desobediência civil - greves, demonstrações, ocupações de terra e outros tipos de protesto” (ROLNIK, 1997, p. 208). Essas ações de protestos saltaram a escala geográfica local e contribuíram para alterar muitas deliberações em várias cidades brasileiras, ora inspirando iniciativas e movimentos, ora consolidando normatizações que seriam replicadas a uma série de cidades, sob a forma de decretos e leis, não sem lutas, distorções e manipulações.

3. Considerações Finais

Esse modo de vida urbano, com toda sua problemática, guarda toda contradição entre os aspectos endógenos e exógenos da cidade. Nesse âmbito contraditório, os agentes urbanos podem se objetivar, permanecer ou desaparecer, não sem deixar um legado, que muitas vezes subverte conquistas e atesta modelos que acirram a segregação e as desigualdades sociais e espaciais. Independente da vontade ideal de muitos agentes, as ações e os objetos se realizam enquanto espaço urbano.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v1).

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DICIONÁRIO. "Agente", in **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2010, Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=agente>> Acesso em: mar. 2013.

FURINI, L. A. **Redes sociais de proteção integral à criança e ao adolescente: falácia ou eficácia?** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

IBGE, **Censo demográfico 1940-2010**. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Disponível: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>> Acesso: jan. 2013.

LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, 2ª. Edição.

LEFÉBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP, Espaço e Tempo*. São Paulo. nº 24. 2008. P. 109-123. Disponível: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo_Sandra.pdf. Acesso: fev. 2009.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 5.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010, 10ª. Edição.

SOUZA, M. L. de S. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPÓSITO, E. S. **A rede urbana**. São Paulo: Edunesp, 2008.

SPOSITO, M. E. B. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. **Tese (Livre docência em Geografia)**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Prudente. 508f.

VASCONCELOS, P. A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO. M. E. B. (Orgs.), **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ESPAÇO URBANO: O EXEMPLO DO BAIRRO ALVORADA EM ARAÇATUBA-SP

Nelson Rodrigo Pedon¹

Resumo: O presente artigo faz uma análise da participação popular na produção do espaço urbano, tratando mais especificamente do bairro Alvorada, no município de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo. A pesquisa que subsidia este texto se baseia em amplo levantamento bibliográfico e pesquisa direta com moradores do bairro. Este estudo trata o bairro como um território construído por relações de poder e disputas entre classes, grupos, corporações e indivíduos no seu interior, sendo que estes conflitos se manifestam como a dimensão da existência do cotidiano no espaço urbano. As mudanças disseminadas neste cotidiano mostram o grau de importância de se diferenciar as estruturas socioeconômicas, político-institucionais e as simbólicas (*pertencimento*) que configuram as experiências dos movimentos sociais ao construir um território na escala do lugar.

Palavras-chave: participação popular; espaço urbano; território; bairro; Araçatuba.

POPULAR PARTICIPATION IN URBAN SPACE: THE EXAMPLE OF THE ALVORADA NEIGHBORHOOD IN ARAÇATUBA-SP

Abstract: The present article analysis the popular participation in urban space production, treating more specifically of the Alvorada Neighborhood, Araçatuba City, Sao Paulo State interior. The research, which subsidized this text is based in a wide bibliographic survey and directly survey with the neighborhood dwellers. This study treats the neighborhood as territory built by the power relations and class, group, corporation and individual struggle in its interior, and these conflicts manifest as the daily life in urban space existence dimension. The changes disseminated in this daily life shows the importance of differencing the social economics, politic-institutions and symbolic (belonging) structures, which configures the experience of social movements in building a territory in local scale.

Keywords: Popular participation, Urban Space, Territory, Neighborhood, Araçatuba.

1. Introdução

...uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. (Cornelius CASTORIADIS)

Este artigo constitui, de forma modesta, uma reflexão acerca da importância da

¹ Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Unesp-Ourinhos e também do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Email: nelson@ourinhos.unesp.br.

organização social dos grupos populares nas cidades brasileiras. Partimos do pressuposto de que as cidades revelam, de forma ampla, as contradições próprias do processo de constituição dos agentes ao mesmo tempo em que cristalizam a forma hegemônica do modo de produção. Nesse contexto, o espaço urbano se transforma constantemente e as formas de lidar com seus impactos se manifestam de diversas maneiras.

Busca-se tratar da participação popular na produção do espaço urbano na cidade de Araçatuba. As conclusões presentes nesta exposição resultam de uma pesquisa realizada no período de 2004 à 2005, e teve como principal encaminhamento metodológico a aplicação de questionários à população do bairro, buscando abarcar 10 % dos moradores, e entrevistas com as principais lideranças políticas. Foi realizada uma revisão bibliográfica fundada em autores das Ciências Sociais que se dedicam à compreensão das dinâmicas e processos urbanos e ao estudo das diferentes manifestações sociais e políticas que dão movimento à vida urbana.

Foi destacada a dimensão da questão urbana para a qual convergem alguns aspectos da produção da existência do cotidiano dos moradores da cidade. Neste texto, concebe-se que as contradições são vivenciadas em tempos e lugares que se tornam, ao mesmo tempo, condição e resultado de experiências singulares. Verificou-se que o bairro Alvorada, localizado na periferia leste da cidade de Araçatuba, resulta do complexo conjunto de ações sociais que foram se desenvolvendo ao longo do século XX, desde o avanço da fronteira agrícola para o oeste paulista, o êxodo rural, que fez com que um contingente grande de pessoas saíssem do campo e migrassem para as cidades, até a constituição de suas respectivas malhas urbanas cujo processo de configuração abarca uma conjunção intrincada de agentes sociais, tais como os proprietários de terra, os incorporadores imobiliários, o Estado e a ação da população organizada.

A cidade se apresenta, invariavelmente, como o território do exercício do poder que resulta da disputa entre classes, grupos, corporações e indivíduos no seu interior, delimitando territórios nos quais se materializa a luta pelo espaço urbano. O território é, por excelência, a dimensão na qual as relações entre homens se tornam mais estreitas, defrontando-se com os dilemas da desigualdade, na qual o espaço medeia o estabelecimento de regras de convivência, assim como estimula as trocas e fecunda as ideias. Conferimos que a participação popular, representada pela mobilização dos moradores na forma de uma associação de bairro, está tão intrinsecamente vinculada à constituição do território, ou seja, do próprio bairro, que os dois processos se confundem na configuração da identidade que permeia a relação dos moradores com

o espaço. Neste caso, verificamos que o caráter político da ação dos moradores de áreas de periferia está disseminado no cotidiano deles, inclusive no processo de constituição da própria identidade com o espaço de vivência (o bairro).

Afinal, o que adiantaria constituir uma identificação com o espaço e com aqueles que o dividem comigo, se isso não se refletir na forma pela qual eu me aproprio deste espaço e o organizo para melhor vivenciá-lo? O caminho a seguir é o de entender o sentido que os agentes podem produzir por si mesmos na sua relação com o espaço da vida e na sua convivência com os demais formadores do mesmo espaço. A cristalização de estruturas sociais está sempre em andamento e a participação popular pode representar aquela parcela da realidade social na qual tais estruturas apresentam suas brechas.

Ao estudar o movimento de bairro entendemos o território como algo do qual a comunidade se apropria de forma ampla e onde as contradições emergem de forma complexa. A unidade dos contrários nos dá, sobre os termos aqui explorados, a condição de fixar o movimento de nosso estudo na forma de uma problemática criada analiticamente, e que encontra dificuldades em abarcar uma realidade em constante movimento. Nosso estudo revela que a vida social constitui uma ação dentro de um conjunto flexível de instituições e tradições. Afora toda ação determinada, muitas reações imprevistas ocorrem no interior desse conjunto, e muitas se tornam incompreensíveis se tomarmos um quadro referencial estático aprioristicamente, como numa perspectiva essencialista.

Assumimos uma postura mais pluralista ao concordarmos com a ideia de Castoriadis, na qual, no campo da análise/síntese social, inexistem teoria *perigosa e completa*, mas sim empenho em buscar sempre de forma imperfeita, já que a prática teórica é também uma prática social, a elucidação do mundo. Este é o motivo que nos leva a crer que toda prática deve ser sempre balizada por esforços de reflexão crítica sobre a própria prática.

A participação popular na produção do espaço urbano de uma cidade não deve ser vista somente como uma questão de “tudo ou nada”, na qual o trunfo é aquilo que aparece de imediato. O processo de constituição da ação organizada com todas as suas contradições é muito importante, já que não é o que está no fim do processo que interessa, mas o “entretanto” deste. É a forma pela qual os indivíduos, vivendo em conjunto, se relacionando com os mais diversos problemas do dia a dia que compõe o espaço urbano, assim como a inserção dos moradores no campo da política, gerando uma força mobilizadora suficiente para estabelecer diálogos entre os

diversos agentes sociais. As diferentes formas de mobilização social desempenham o papel de preencher de conteúdo político o espaço da vida, politizando questões cotidianas de forma a “revolucionar” a existência daqueles que dão sustento a esses movimentos, podendo transformar-se em instituições políticas de expressão em suas escalas de ação, criando novas culturas, novas linguagem e identidades.

A participação popular pode e deve direcionar-se, em diferentes níveis de eficiência, rumo à descentralização do poder. Por mais que o Estado tenha, em nossa sociedade, a prerrogativa de planejar, gerir, criar leis, sancioná-las e aplicá-las, garantir a ordem e realizar intervenções no espaço público, a participação popular realiza-se como um caminho que não é só alternativo ao Estado, mas que, muitas vezes, se realiza às costas deste. As associações de bairro, assim como a associação do bairro Alvorada, com todos os problemas de legitimação, mobilização e limites de ação, busca qualificar-se com o intuito de melhorar a vida dos moradores. A consciência dos limites de sua ação, enquanto agentes de produção do espaço urbano araçatubense, a parca visibilidade de suas ações, o efeito considerado muitas vezes efêmero de suas realizações, a dificuldade de mobilizar recursos (econômicos, técnicos e políticos), não podem nos impedir de pensar seus esforços num âmbito teórico mais amplo.

As mudanças disseminadas no cotidiano nos mostra o quanto é importante diferenciarmos os níveis de influência dos movimentos sociais sobre estruturas políticas e institucionais, porque, na maioria dos casos, somente seus efeitos sobre as estruturas políticas são considerados. Por meio de nossa análise, observamos que esses movimentos, como o do bairro Alvorada, exigem uma reação de outras estruturas sociais que pode, em alguns casos, produzir uma resposta mais democrática, conforme o arranjo de poder e das relações entre as escalas envolvidas. Nestes termos, a participação popular sugerida pelas associações de bairro, pode ampliar os limites da política, tendo como efeito a transformação nas formas de participação no interior da estrutura do Estado, assim como proporciona mudanças nas regras e procedimentos de práticas políticas consideradas inadequadas ou onerosas para a qualidade de vida dos moradores.

Outro conjunto de transformações se dá no campo simbólico e acabam influenciando a adoção de diferentes atitudes em relação aos problemas enfrentados no dia a dia. A participação popular no caso estudado se dá junto do processo de constituição do *sentido de pertencimento* ao espaço da vida, configurando o que denominamos de território-bairro. O que existe de comum entre as pessoas que dão forma à associação de bairro é o fato de se sentirem pertencentes e, por

extensão, responsáveis pelo bairro.

De forma ampla, este estudo buscou contribuir para o entendimento dos processos de formação de territórios na escala do lugar. Não faz sentido algum estudar fenômenos sociais como se eles ocorressem num vazio temporal e espacial, pois os problemas que ocorrem nas escalas locais, como no do desenvolvimento de uma comunidade, como o bairro, e os problemas nas escalas nacional e/ou global, são inseparáveis. Considerar o bairro como foco de investigação de problemas encontrados numa grande variedade de unidades sociais, mais amplas e diferenciadas, permite a exploração de particularidades que, em estudos comparativos, pode ajudar a compreender melhor as características estruturais que eles compartilham e as razões por que, em diferentes e variadas condições, funcionam e se desenvolvem diferentemente.

2. Breve caracterização da área de estudo

Localizado ao sul da cidade paulista de Araçatuba, o bairro Alvorada possui, aproximadamente, 5.600 moradores², distribuídos em 1.700 domicílios. Considerado pelo poder público municipal como área de população predominantemente de baixo poder aquisitivo, o Alvorada pode ser classificado como um bairro da “periferia” da cidade. Roberto Lobato Corrêa (1989) diferencia duas “periferias”, uma com urbanização de *status* e outra de urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas, ganham infraestrutura adequada e tornam-se bairros de *status*, a exemplo dos condomínios horizontais, que passaram a figurar no espaço araçatubense nas últimas duas décadas, ao contrário de outras cidades de porte médio do Oeste Paulista, como Presidente Prudente e São José do Rio Preto, cuja existência desse tipo de ocupação do espaço remonta à década de 1970.

Os bairros são periféricos, se considerados do ponto de vista geométrico, quando a “periferia” representa aquelas áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Entretanto, nem toda área localizada fora ou nas imediações de algum centro é considerada periferia, visto que este termo tomou significado sociológico. O Alvorada representa um bairro de periferia do segundo tipo, segundo a perspectiva de Roberto Lobato Corrêa, na medida que constitui local de reprodução socioespacial da população de baixa renda.

² Os dados apresentados neste item foram obtidos por meio da aplicação de questionários no ano de 2003. O universo que corresponde à amostragem é de 10% do total do bairro, garantindo-se, assim, a representatividade da população. A aplicação dos questionários se deu por meio da amostragem sistemática. Como pretendíamos contemplar 10% do universo de 1.700 residências ($1.700/10\% = 170$), sorteamos uma primeira residência e, a partir dela, aplicamos os questionários a cada 17 casas. Outras fontes estatísticas usadas serão citadas ao longo do texto.

Localizado próximo ao centro tradicional da cidade, também está em proximidade com a área tradicionalmente valorizada, a zona sul. Isto porque na zona sul localiza-se um grande conjunto de equipamentos urbanos de infraestrutura e de entretenimento, a exemplo do Shopping Center Araçatuba, por ser cortado por duas avenidas, a Brasília e a Pompeu de Toledo, tradicionais áreas de lazer da população jovem, o que privilegiou essa área com uma grande concentração de serviços tais como restaurantes e lanchonetes, como a filial da rede mundial de *fast food* Mc Donalds. Ilustrando um pouco mais a situação de inclusão social da zona sul de Araçatuba, basta citar que 85% das pessoas com curso de pós-graduação residentes na cidade moram nesta área, ao longo de um eixo formado pelas avenidas Brasília e Cussy de Almeida³.

Todavia, é importante ressaltar que nas últimas duas décadas há uma tendência cada vez mais forte de valorização de outras áreas da cidade devido à instalação de empreendimentos imobiliários em inversos pontos da cidade. Áreas distribuídas por toda a cidade são alvo dos interesses dos agentes capitalistas articulados com o poder público que orquestram a implantação de *Shoppings Centers*, Supermercados, condomínios fechados, edifícios de alto padrão, revitalização de avenidas, entre outros.

³ Fonte: Startcart/IBGE (software que apresenta os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar de 2000, georreferenciadas no espaço urbano de Araçatuba).

Figura 1 - Localização do Bairro Alvorada na cidade de Araçatuba, 2012.



Fonte: Adaptado de Pedon, 2005.

As especificidades que dão ao Alvorada o perfil de um bairro periférico estão relacionadas com a precariedade de sua configuração socioespacial. Há, em seu interior, uma miscelânea de parcelas de crescimento espontâneo com parcelas planejadas pelo poder público, assim como uma grande falta de preocupação com questões relacionadas com a qualidade dos projetos arquitetônico e urbanista. Com relação à situação da ocupação dos domicílios, 17% são ocupados de forma irregular. Esses domicílios, na maioria absoluta, são casas construídas em áreas verdes, com predomínio ao longo do córrego Alvoradinha, ao longo da rua Uruguaiana, numa faixa limite ao perímetro urbano, e um conjunto de residências localizadas no extremo sul do bairro, numa área conhecida como ramal A, antigo trecho da Noroeste do Brasil.

A maior parte das ocupações irregulares são antigas, já que 26% dos moradores são residentes há mais de 25 anos e 15% há mais de 30 anos⁴. Muitas famílias já estão na terceira geração. Segundo uma das pessoas entrevistadas:

⁴ O ano de referência é 2003.

Cheguei aqui há 25 anos, tinha poucas casas, só uma ou outra perto do córrego e outras mais pra lá, perto da Uruguaiana. Foi minha família mesmo que construiu a casa, primeiro era um barraco de lona, né, depois é que, aos poucos nós fomos construindo com tijolos.

A respeito da situação ilegal, a entrevistada fez o seguinte comentário:

A prefeitura, de vez em quando, aparece pegando algumas informações dizendo que vai regularizar, vai dar a escritura, já falaram até em mudar a gente de lugar, mas isso não acontece não. A rua que antes não aparecia nos mapas agora já aparece, tem gente com telefone com o nome na lista e tudo.

A rua mencionada pela entrevistada, onde se localiza sua residência, é a Travessa Timbira. Consultando os mapas oficiais, até a última atualização cartográfica realizada pela prefeitura em 2000, verifica-se que essa rua é inexistente. O fato da maioria dos residentes serem moradores do bairro já há bastante tempo faz com que a maioria das construções já tenham passado por melhorias, daí a maior percentagem de construções ser de alvenaria. Outro importante fator é a atuação da Associação de Moradores que age no sentido de prover as famílias mais pobres de material de construção e organiza mutirões.

No que diz respeito à renda familiar, 60% das famílias vivem com até dois salários mínimos, sendo que 37% vivem com até um salário mínimo. A renda familiar é uma importante variável no diagnóstico do perfil socioeconômico dos bairros de periferia, já que é por meio de sua consideração que temos a possibilidade de avaliar o poder aquisitivo dos moradores.

Tabela 1 - Situação da ocupação

Proprietário	73 %
Paga aluguel	07 %
Em aquisição	02 %
Cedido	01 %
Ocupação irregular (área verde)	17 %

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004).

De acordo com a pesquisa de campo, observamos que o percentual de famílias que vive com até um salário mínimo é menor do que o percentual das famílias que possui somente uma pessoa com renda; isso significa que existe uma importante quantidade de famílias que, apesar de

ter dois ou três integrantes com renda, se somadas, não atingem o salário mínimo, cujo valor no período da pesquisa era de 220 reais.

Tabela 2 - Renda por família em salário mínimo

até 1 salário	37%
até 2 salários	23%
até 3 salários	17%
até 4 a 5 salários	12%
até 5 a 6 salários	8%
mais de 6 salários	3%

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004).

O baixo percentual de pessoas com registro em carteira (constatou-se que 35% das famílias possuem até uma pessoa registrada), em relação ao percentual de pessoas com renda por família e ao número de aposentados e pensionistas, permite deduzir que grande quantidade de famílias tem suas rendas baseadas na aposentadoria e pensões de baixo valor e em trabalhos não registrados (setor informal), ou seja, é grande o percentual de famílias cuja renda provém dos empregos informais e autônomos. O baixo nível de escolaridade dos chefes de família também denuncia o tipo de atividade exercida pela maioria da população do bairro. Dos entrevistados que se declararam autônomos, 23 % do total têm suas atividades baseadas nos chamados “bicos” (pequenos serviços esporádicos remunerados de forma diária), com predomínio no segmento da construção civil, os “peões de obra” (cerca de 10% dos declarados autônomos).

Como resultado desse quadro, podemos inferir duas consequências. Primeiro, há uma proliferação do comércio e serviços oferecidos, expressando, na escala do bairro, resultando no crescimento do setor informal da economia, assim como o número de autônomos. A segunda consequência é o elevado nível de dependência da população em relação às políticas públicas de transferência de renda, de caráter imediato na sua maioria, mas que visa amenizar as agruras da pobreza. A ilustração desta constatação é o elevado número de moradores do bairro que têm como única fonte de renda as pensões e aposentadorias.

Com relação aos serviços prestados pelo Poder Público no bairro, 40 % usufruem da escola estadual; 70 % utilizam dos serviços prestados pelo Posto de saúde (UBS) e 20% possuem

crianças na família matriculados na Escola Municipal de Ensino Infantil. 9 % das famílias afirmaram que fazem parte do programa Bolsa Escola, 2% alegaram que esta é a única fonte de renda da família. Este último dado mostra o alcance das políticas assistencialistas no interior do bairro.

O bairro está intimamente ligado ao processo de estruturação da cidade; é uma unidade morfológica e estrutural caracterizada pela paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função. Ao mesmo tempo, os bairros são partes relativamente autônomas do espaço urbano. Possuem seus centros, modos de vida e monumentos. Essas áreas que apresentam uma certa uniformidade no que diz respeito às características socioeconômicas, tal como o bairro Alvorada, são reflexos diretos da distribuição de renda da população e determinam o tipo e a localização das residências em termos de acessibilidade e amenidades. A rua Baguaçu é a que mais concentra estabelecimentos comerciais e de serviços. Sua importância remonta ao período de constituição da cidade, sendo por muito tempo o único meio de ligação da cidade com a porção central do Estado de São Paulo. Atualmente, a rua Baguaçu é uma importante via de ligação com a cidade de Birigui, alternativa à rodovia Marechal Rondon e de acesso mais rápido para quem está na cidade. No trabalho de campo, constatamos, por meio da aplicação dos questionários, que 40% dos entrevistados declararam que realizam compras de alimentos no próprio bairro.

As periferias são, por excelência, o lugar da instalação e reprodução desse “circuito inferior”, ligado, essencialmente, à população de baixa renda. No que se refere ao emprego, como já verificamos, grande parte da renda dos moradores do bairro Alvorada é proveniente do trabalho autônomo e de trabalhos concernentes ao setor informal da economia. O reflexo desta constatação no espaço do bairro pode ser observado numa simples caminhada pelas ruas do bairro, haja vista o grande e variado número de pequenos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Esta paisagem nos mostra que, na busca pela reprodução da vida, a população de baixa renda do bairro Alvorada tem, no interior do próprio bairro, uma saída.

O bairro Alvorada, como pudemos observar por meio desta rápida caracterização socioeconômica, está vinculado à constituição de espaços urbanos voltados principalmente para abrigar as camadas sociais que ocupam posição alinhada à base da pirâmide hierárquica da divisão social do trabalho, configura-se um espaço periférico, no sentido socioespacial do termo. O caso do estabelecimento de pequenos empreendimentos no setor de serviços e comércio como estratégias para enfrentar o desemprego ou, pelo menos, como forma de complementação da

renda, mostra como a constituição desse circuito inferior da economia urbana constitui uma importante estratégia de sobrevivência no interior do bairro.

3. Participação política no cotidiano

O cotidiano é o espaço onde se coletivizam experiências. Enquanto espaço público, possibilita a interação social a partir da qual emerge ações entre agentes sociais concorrendo com o fechamento dos espaços públicos tradicionais, tanto de manifestação política como de interação social. Kowarick (1999) ao buscar entender o processo de produção de experiência assinala:

[...] não considero possível deduzir as lutas sociais das determinações macro-estruturais, posto que não há ligação linear entre precariedade das condições de existência e os embates levados adiantes pelos contingentes por ela afetados. Isto porque malgrado uma situação variável mas comum de exclusão econômica, os conflitos manifestam-se de maneira diversa e, sobretudo, as experiências de lutas sem trajetórias extremamente díspares, apontando para impasses e saídas para as quais as condições estruturais objetivas constituem, na melhor das hipóteses, apenas um pano de fundo. Não se trata de desconsiderá-las, mas de reconhecer que, em si, a pauperização e a espoliação são apenas matérias primas que potencialmente alimentam os conflitos sociais: entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas há todo um processo de 'produção de experiências' que não está de antemão, tecido na teia das determinações estruturais... Se as lutas caminham paralelamente, existem estuários conjunturais onde elas desembocam, e o entendimento desse encontro requer um mergulho sobre a diversidade de movimentos que ocorrem tanto nas fábricas como nos bairros, a fim de captar aquilo que estou denominando de momentos de fusão dos conflitos e reivindicações (KOWARICK, 1999, p.23).

A longa citação tem por objetivo mostrar que as relações de poder inscritas nas condições de vida tomam relevo na constituição da noção de participação, de ação coletiva, articulando um sentido político aos espaços da moradia, esses espaços os moradores podem se constituir em força coletiva frente a outros agentes sociais, principalmente, em relação ao Estado. O significado da ação deve ser desvelado das condições criadas pelos próprios movimentos ao fazerem-se, e não a partir de uma *essência* ou de uma *vocação natural*, seja esta democrática, revolucionária, anticapitalista ou, ironizando, até mesmo messiânica.

É claro que para uma geografia do bairro, não se deve negar a existência das denominadas determinações gerais, tais como a estrutura econômica, a ideia moderna de crise, o Estado, as classes sociais, exploração, espoliação e segregação urbana, todos são fenômenos e processos que por meio de seus conceitos explicativos constituem referências fundamentais. O

que não podemos incorrer é no erro de considerá-los como entidades metafísicas. Em nossa sociedade, as contradições são vivenciadas concretamente em espaços e tempos que se tornam condições para existências singulares. As contradições que outrora foram consideradas como se manifestassem de uma maneira geral, implicam em vivências em tempos e espaços próprios, criando significados expressos em práticas e linguagem comum. É indispensável elucidar o tempo, o espaço e os acontecimentos cuja experiência torna possível a constituição dos agentes.

Isso não significa ignorar o fato de que as experiências vividas em espaços e tempos singulares se cruzem e interajam na constituição de novas ações. De forma geral, os movimentos sociais urbanos podem expressar das formas mais variadas a crise das formas tradicionais de realização da política. Um exemplo é a recusa em se caracterizar enquanto mobilização de caráter político presente na fala de alguns líderes de movimentos, como o presidente da Associação dos Moradores do Bairro Alvorada, o comerciante Manoel dos Santos, que em entrevista concedida fez as seguintes afirmações: *A SABA -Sociedade dos Amigos do Bairro Alvorada- não faz política, somos uma comunidade, queremos o bem dos moradores e não fazer política.*

Tal fala se funda numa concepção de política que se aproxima da política realizada pelos partidos, onde o *lobby* e a demagogia são entendidos pelos movimentos como algo ruim, intrínseco ao ato de se fazer política. Está explícita na fala de nosso colaborador a ideia de comunidade. Esta é vista como algo apolítico pelos membros da associação, o que os deixam estranhos à visão de política predominante. A proposta da associação não é a politização da cotidianidade, mas sim um conjunto de ações que se encontram fora do circuito da política porque ela pertence predominantemente ao campo do Estado.

A descrença na política reflete, de certa forma, uma crítica a um padrão específico de fazer política, este padrão tradicional aparece como uma atividade estéril, incapaz de introduzir alguma mudança que realmente venha ao encontro do interesse dos moradores. Associasse a política à demagogia, isto foi constatado na pesquisa realizada no bairro, quando perguntávamos aos moradores sua opinião em relação à atuação dos vereadores e da prefeitura no que diz respeito ao atendimento de seus interesses. Na tabela 3 representamos as opiniões dos moradores a respeito da atuação dos políticos da cidade, ocorre que grande número de moradores ao responderem a questão demonstrava sua desconfiança a respeito do verdadeiro propósito dos vereadores e do prefeito. Os problemas mais lembrados pelos moradores com relação à descrença nas formas pelas quais os vereadores e prefeitos conduzem a política foram: a manipulação da

confiança dos eleitores e a irresponsabilidade frente às promessas realizadas no período da campanha, gerando expectativas junto aos eleitores que eram frustradas em seguida. A imagem do político interesseiro e carreirista, preocupado em manter seu poder de influência e defender seus interesses pessoais também foi lembrada na pesquisa.

Tabela 3 - Opinião dos moradores a respeito da atuação dos políticos da cidade

Não atuam	60%
Atuam de forma satisfatória	10%
Atuam de forma pouco satisfatória	16%
Mencionam atuação do “vereador do bairro”	14%

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004).

Souza (2002) argumenta que a compreensão deste fenômeno tem raízes históricas. O desinteresse pela política, pelo menos pela política de feição partidária, é reflexo de uma sociedade heterônoma e de vida política marcada por intransparência e corrupção, induzindo ao escapismo e ao declínio do *homem público*. Vale destacar o expressivo número de moradores que lembraram do nome do vereador Cláudio. Ex-morador do bairro, o vereador Cláudio (o “vereador do bairro”), foi eleito em 2000 com uma plataforma política baseada na defesa do interesse dos moradores dos bairros periféricos, sobretudo do Alvorada. Alguns moradores mesmo sem ter um maior conhecimento a respeito da atuação deste vereador, citava seu nome numa demonstração clara de que em seu imaginário a associação do nome do vereador ao bairro em que mora, quando o assunto é política, se dá de forma espontânea.

O referido vereador possui várias estratégias que fortalecem a associação de seu nome com o bairro, firma-se, de certa forma, uma “identidade”. Cartões de felicidades nas datas comemorativas são enviados aos moradores, inclusive nos dias de seus aniversários, há a distribuição de panfletos apresentando um conjunto de intervenções do poder público no bairro que teriam sido conseguidas graças a atuação do vereador, outra estratégia de marketing são as visitas esporádicas do vereador a algumas famílias do bairro. Até mesmo os dirigentes da SABA

mencionam o nome do vereador como uma personalidade que sempre ajudou o bairro, sendo que nem mesmo eles conseguem identificar suas realizações. Sr. Moringa⁵ confunde:

Ah, o vereador Cláudio ajuda muito, a cobertura da quadra da escola por exemplo foi ele, se bem que a prefeitura cobriu as quadras da maioria das escolas da cidade com dinheiro que veio do governo estadual. Mas ele faz alguma coisa sim.

No primeiro bimestre de 2003 foram distribuídos panfletos pelo bairro com título “O que o professor Cláudio já conseguiu para o bairro Alvorada”, o objetivo era mostrar um conjunto de melhorias realizadas pelo poder público que seria resultado da ação do vereador no legislativo. O panfleto termina com a seguinte transcrição:

Continue confiando neste vereador que têm vocês no coração que ama este bairro onde morou durante 25 anos e constituiu sua história junto com este povo sofrido, trabalhador e honesto. Deus os abençoe (sic).

Obras iniciadas antes da gestão do vereador, como o asfaltamento de ruas e uma gama de projetos que estariam garantidos, como a iluminação e asfaltamento das inúmeras vielas do bairro, formam o conteúdo do panfleto. O material de propaganda do vereador ignora a ação da Sociedade dos Amigos do Bairro, apresentando declarações de membros da associação ratificando a importância da ação do vereador. A inserção de pessoas em programas federais como o Bolsa Escola, que foram realizadas em todo o município e não de forma exclusiva no Alvorada são atribuídas erradamente à ação do vereador.

O caráter clientelista expresso por meio do vínculo assumido pelos moradores e pela própria associação com o vereador, o Sr. Cláudio, fica patente na fala de alguns moradores e nas publicações difundidas de forma *planfetária* pelo maior interessado em fortalecer este vínculo, o vereador. Ele aparece como doador de serviços e obras. Alguns moradores chegaram a afirmar que a Prefeitura *não faz nada, mas o Cláudio faz*. Um dos feitos mais lembrados pelos moradores são as cestas básicas (420 em 2001) doadas nos finais de ano às famílias carentes.

⁵ Morador do bairro Alvorada a trinta anos, Sr. Moringa foi um dos fundadores da Associação dos Moradores do Alvorada, que depois veio a constituir a Sociedade dos Amigos do Bairro Alvorada, e que atualmente, por motivos legais estabelecidos no Código Civil, voltou a receber a denominação de Associação de Moradores. Sr. Moringa sempre fez parte da *cúpula* da associação, sendo considerado por muitos moradores o mais atuante do bairro.

Contradições desse tipo podem fazer parecer que a associação de moradores não teria legitimidade ou que o espaço político por ela dimensionado é ínfimo frente às estruturas sociais já consolidadas. As contradições constituem elementos existenciais dos movimentos sociais já que estes não são puros, tais contradições são recorrentes e faz parte do próprio processo de constituição do espaço político buscado pela mobilização.

A dimensão política desses movimentos reside no fato de se constituírem numa força que visa transformar a realidade daqueles que compõem esse campo de realizações. A associação de moradores politiza o espaço na medida que remete à espacialidade de modo direto e simbólico.

O político, neste estudo, é entendido como o conjunto de ações individuais e coletivas que visam um fim comum. Para o filósofo Jürgen Habermas, a política não é mais entendida como um conjunto de atividades humanas relacionadas à vida, a política passa a pertencer cada vez mais ao campo da simples administração, que por muitas vezes toma aspectos meramente técnicos. Para este autor, o contraponto a essa “racionalidade instrumental” é a estruturação de um campo interacional. Dessa forma, “racionalidade comunicativa” tem um caráter crítico intrínseco no qual a conversação argumentativa tem o poder de gerar consensos a respeito dos meios e fins a serem seguidos (HABERMAS, in SOUZA, 2001). É por esse motivo que o bairro constitui enquanto espaço da vida, o referencial da ação política, já que entendemos por ação política a relação social que visa estabelecer, por meio da mobilização, que inclui a interação, critérios de orientação da vida social, buscando um equilíbrio entre a vida do grupo ou comunidade em questão, com a sociedade da qual fazem parte e ajudam a construir. Na mobilização existe a possibilidade de se abrir espaço para dialogar, inclusive, com os poderes cristalizados. O bairro constitui uma dimensão espacial concreta da sociedade, é o referencial. No bairro, a dialética “representação do espaço-espaço da representação” funda-se como força aglutinadora da mobilização política.

4. Acertos e desacertos do processo

O bairro é o lugar onde os indivíduos experienciam as mais variadas situações que vão convergir no sentido de formar uma representação desse espaço. Esta representação ajuda a organizar e impulsionar a ação política, e nos serve de orientação para o entendimento da ação das associações de moradores. Esta perspectiva não é nova, inúmeros pesquisadores

representantes de diversas correntes da teoria social contemporânea vêm pensando a participação popular como fenômenos simultaneamente discursivos e políticos, localizados na fronteira entre os referenciais da vida pessoal ou comunitária e a política. Alberto Merlucci coloca ênfase na natureza subjetiva da ação política. Merlucci (1994) apresenta a seguinte ideia:

[...] eu me interesso pela dimensão pessoal da vida social porque sou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam sua vida (MERLUCCI 1994, p.153).

O conceito de experiência passa a ser valorizado como essencial para o entendimento da questão. O embate se dá entre uma visão que privilegia a vida real dos indivíduos e uma visão de cunho mais estruturalista, como aquela criticada por Thompson em "A miséria da Teoria". No Brasil, o sociólogo Eder Sader, ganhou notoriedade justamente por abordar novas formas de organização da ação política, que eram negligenciadas pelas ciências sociais. Sader nos mostra a trajetória de alguns movimentos populares na metrópole paulistana que fizeram com que emergissem novos personagens no quadro político brasileiro a partir de 1970. A prática destes novos personagens contesta formulações teóricas predominantes, isso porque tratam-se de um sujeito coletivo e descentralizado, despojado de um papel histórico pré-determinado e universalizante.

Confirmado o que foi dito anteriormente, fazemos menção a uma frase proferida pelo ex-presidente da SABA, o Sr. Moringa, ao se referir a um dos papéis dessa associação:

Rapaz, a gente quando vai atender algum morador temos antes que explicar a forma de se chegar ao poder público -a prefeitura-, às vezes a pessoa mal entende sua situação, como é o caso, por exemplo, do pessoal que ocupa as áreas verdes. O trabalho é conscientizar mesmo sabe. Quando podemos marcamos algumas reuniões com o pessoal da prefeitura que vem aqui e passa algumas informações pra gente.

No âmbito dessa valorização da experiência do indivíduo no seu cotidiano e da constituição de espaços de comunicação e interação, pretendemos ressaltar o bairro como espaço mediador da ação entre dois agentes, os moradores e o poder público.

A associação de bairro abre um espaço de convivência e de interação. A fala de Sr. Moringa explícita a troca de experiências entre os moradores e entre eles e os representantes do poder público, levando ao conhecimento deste último as condições reais da vida. A conscientização aparece também como força aglutinadora. Assim as reivindicações articulam-se a

partir da percepção das carências comuns, por exemplo, no caso das dezenas de moradores cujas residências se localizam em áreas verdes.

Inúmeros autores que tratam do caráter comunicativo dos movimentos sociais buscam a contribuição de Jürgen Habermas. Souza (2002) afirma que para Habermas, a ação verdadeiramente comunicativa se funda na crítica de razões que sustentam ou rejeitam proposições e argumentos específicos, buscando chegar a acordos voluntários em nome da cooperação. Tal ideia se firma no poder da conversação argumentativa em gerar consenso, dando caráter “mais” legítimo à ação proposta.

Um problema lembrado pelo Sr. Moringa e que exigiu um grande esforço de mobilização e conscientização por parte da associação junto aos moradores é referente à cobrança de um serviço de construção de uma ponte sobre o córrego Baguaçu em no IPTU de 1995. Ocorre que, segundo nosso colaborador, a construção desta ponte significou muito pouco no que diz respeito da melhoria da qualidade de vida dos moradores, na verdade a construção da ponte foi realizada sem o menor consentimento prévio da comunidade.

Sr. Moringa lembra das sucessivas reuniões que mobilizaram grande número de moradores que resultou num abaixo assinado que rapidamente ganhou o engajamento dos moradores. O resultado foi a revisão por parte da prefeitura da cobrança do serviço em questão e a posterior revogação da cobrança. A função pedagógica da associação neste caso é patente.

O espaço aberto pela associação de moradores é uma condição básica para a ampliação da vida pública e da emergência de representações sociais vinculadas a esta última. As representações sociais irrompem em espaços de realidade intersubjetiva, são sendo produtos de ações e mentes individuais, ainda que suas expressões são encontradas nestes. Neste caso, o espaço do bairro é o território do “eu” e do “outro”, e desse encontro emerge a vontade para a ação política, podendo transcender às fronteiras sociais institucionalizadas e/ou instituindo novas fronteiras.

Outro exemplo lembrado diz respeito ao asfaltamento de algumas vias. Sr. Moringa sublinha que o “asfalto”⁶ é uma reivindicação bastante antiga da associação. O problema tomou

⁶ Decidimos inserir esta nota porque verificamos, não somente no bairro Alvorada, mas na cidade em sua totalidade um fenômeno que decidimos chamar de “Ideologia do Asfalto”. O asfaltamento das vias aparece como o problema mais importante, sempre lembrado pelos moradores quando inquiridos a respeito dos principais problemas de seus respectivos bairros. Analisando o discurso de alguns candidatos a cargos políticos na cidade, constatamos que a “bandeira do asfalto” constitui elemento importante e sempre lembrado. No caso do bairro Alvorada, grande parte dos moradores lembram com certo préstimo da “época do Andorfato”. Domingos Andorfato foi o Prefeito da cidade

maior proporção quando moradores que ocupam áreas verdes e que por isso não possuem a legalidade da ocupação do lote, passaram a exigir o asfaltamento das vias cujas residências estavam (estão) localizadas. De acordo com Sr. Moringa:

Tivemos um trabalhão danado pra entender e depois fazer a turma entender que o fato deles não terem os documentos da casa dificultava as coisas. Inclusive eles não pagam imposto não é? E mais, as ruas deles nem tã no mapa.

Um exemplo do problema em tela é o das casas localizadas na rua Noroeste, metade das quadras localizadas nessa rua possuem asfalto na outra metade das quadras as casas são de ocupação irregular, consideradas áreas verdes, nestas o asfalto inexistente.

Uma importante conquista da associação de moradores do bairro Alvorada foi a construção de sua sede (ver foto 01). A notabilidade desta conquista reside no reconhecimento por parte do poder público da relevante atuação da associação junto a comunidade, já que o terreno para a construção do prédio da sede foi doado pela prefeitura no final da década de 1980. Os demais recursos para a construção do prédio, num montante de 20 mil reais, só foram conseguidos no ano de 2001.

Segundo Sr. Moringa:

A segunda luta foi para levantar o prédio, o que conseguimos a quatro anos graças a mobilização dos moradores, já que construímos o prédio através do mutirão. Veio dinheiro da Prefeitura. Também não pagamos água, somente a luz que é paga com dinheiro dos eventos organizados pela gente mesmo. Foi uma conquista para a comunidade.

Nesta fala, o termo “conquista” significa que a construção da sede fortalece a identidade da associação já que passa a contar com um local próprio para os encontros, antes realizados na casa dos presidentes da associação. A conquista para a comunidade fica por conta da utilização do prédio para satisfazer a necessidade dos moradores, um exemplo é a utilização do prédio para a realização de dois velórios dois meses antes da realização da entrevista com o Sr. Moringa

na gestão 1994-1998 e uma de suas mais importantes realizações foi asfaltar 40% das vias do bairro Alvorada. Por fim, cabe salientar que a cidade de Araçatuba antes de se aconchegar no cognome de “Cidade do Boi”, recebia o título de “Cidade do Asfalto”, já que o fato de possuir uma jazida basáltica, elemento básico do asfalto, facilitava a ação de asfaltamento das vias da cidade, constituindo uma das cidades mais asfaltadas do interior do estado de São Paulo já nos idos de 1950.

(junho de 2003). As famílias não podiam pagar o aluguel exigido para o velório e também não podendo realizá-lo nas próprias residências puderam contar com a sede para a realização dos mesmos.

Figura 2 - Vista da fachada da sede da associação dos moradores do Alvorada



Fonte: Do autor.

Outra utilização importante é a realização de festas e bailes com o fito de angariar recursos para as atividades da associação. Na última festa realizada, quando houve a venda de pizzas e de um bingo com o objetivo de obter dinheiro para a reconstrução de uma casa do bairro que havia pegado fogo, um grupo de mulheres, moradoras do bairro, fizeram as pizzas em mutirão, a música ficou por conta de um grupo de jovens que formaram uma banda musical, *a molecada era meio ruinzinha, mas ninguém reclamou não..*

Seja para velar as pessoas que partiram seja para a realização de festas com fins solidários, o fato é que a construção da sede constituiu um grande feito e legitima a ação da SABA. Estes exemplos de encontros, interação e comunicação, verificados nas falas dos moradores e dirigentes, assim como nas ações da associação, têm seu contraponto. Reconhecemos nas falas e em nossa pesquisa de campo, a presença de paradoxos que, se vistos de forma isolada e simplista, pode levar a conclusão de que a SABA não tem relevância (legitimidade) alguma na comunidade.

Dos questionários respondidos pelos moradores do bairro, 40% disseram conhecer a associação de moradores, o restante alegou não conhecê-la. 22% disseram conhecer algum membro da associação e somente 17% afirmaram participar de reuniões e eventos realizados pela

SABA, 16% alegaram recorrer à associação quando tem algum problema com relação ao espaço da vivência. Voltando a atenção às falas, na entrevista concedida, Sr. Moringa declara lastimar a pouca presença dos moradores.

*São sempre os mesmos, o cara quando é bom é bom mesmo, tá em todas..
.agora, a maioria não se envolve, as vezes a pessoa vem e se filia depois você
nunca mais vê essa pessoa. De cada dez que você chama aparece meio.*

Sobre a participação na organização da associação:

*A SAB é formada sempre pelas mesmas pessoas, que só muda o cargo. Numa
você é presidente, noutra tesoureiro. Nas reuniões as vezes aparece menos da
metade. As chapas são sempre as mesmas pessoas, até mesmo porque ninguém
vai votar em quem não conhece.*

Os últimos cinco presidentes da SABA atualmente ocupam outros cargos na composição da direção, o que se observa é que estes cargos⁷, tais como tesoureiro, secretário, chefes de comissões, muitas vezes só são estabelecidos porque estão previstos no estatuto da associação. No cotidiano da associação as atividades se misturam, somente o presidente apresenta uma maior diferenciação já que representa a associação em audiências e nos encaminhamentos de pedidos às instâncias governamentais.

A permanência das mesmas pessoas na composição da direção da associação de moradores é indicativo de uma contradição lembrada por outros estudos. Paul Singer (1980), acerca das associações de moradores afirma que parte considerável dos movimentos sociais da população trabalhadora são iniciados por grupos limitados de pessoas, ideologicamente motivadas a atuar na defesa ativa dos interesses populares. Um traço muito comum de muitos destes movimentos, lembrado por Singer, é a distinção entre os “organizadores” e os que formam as suas bases. Estas bases provêm do grupo social cujos interesses não são atendidos pela estrutura socioeconômica vigente, o que motiva e dá lugar à contradição que motiva o movimento.

Singer (1980) coloca que os movimentos sociais são sempre resultados de um esforço deliberado que é formado por pessoas motivadas não apenas pelas contradições específicas, mas por ideologias. Singer aproveita para fazer uma distinção entre as qualidades dos organizadores e da base, os primeiros teriam motivações específicas, já as bases são motivadas pelos sucessos e

⁷ Artigo 22 – A Diretoria Executiva é composta de: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) Secretário; d) Segundo Secretário; e) Tesoureiro e; f) Segundo Tesoureiro.

fracassos, buscam “vitórias” imediatas. Estas propriedades estariam na base da divisão do trabalho no interior dos movimentos.

Considerando o momento desse estudo de Singer, início da década de 1980, é bem justificável a irrelevância de certos elementos na abordagem de Singer. Contudo, ao se tratar de associação de moradores, o componente espacial deve ser destacado, senão pra afirmar uma possível identidade pelo menos para afirmar que esta não existe.

Nossa hipótese é a de que a existência dos movimentos de bairro se dá justamente na articulação entre os fenômenos discursivos e políticos localizados na fronteira entre referências da vida pessoal e política, estando ligados a um conjunto de redefinições na formação da identidade dos indivíduos. A este respeito, Souza (1988) nos garante que poucos movimentos sociais⁸ remetem à espacialidade de modo tão direto e simbólico quanto o de bairro, já que este exprime a dimensão espacial da sociedade concreta. O autor também lembra o caráter ambíguo deste tipo de movimento, associado, segundo o autor, à diversidade das formas pelas quais estes movimentos se constituem.

O fato de existir um grupo de pessoas que assumem a organização da associação de moradores no Alvorada há mais de vinte anos corrobora nossa hipótese. A diferenciação sugerida por Paul Singer entre organizadores e base não funda nenhuma contradição em nossas ideias. Tanto os organizadores quanto a base, para usar o termo de Singer, têm o mesmo referencial espacial, o do bairro Alvorada.

Importante fato a ser lembrado para corroborar nossas afirmações, foi o consenso entre os moradores do bairro e a associação com referência a mudança de nome da rua A, que passou a se chamar rua José Renato. Esta mudança de nome serviu para homenagear, e, nas palavras do Sr. Moringa, *para enraizar no bairro*, o nome de um dos fundadores da associação, e que mais tarde, depois de ter ajudado a fundar outras tantas associações, deu os primeiros passos para a constituição da CONSAB (Conselho das Sociedades dos Amigos de Bairro de Araçatuba), que reuniria todas as associações da cidade na tentativa de articular as ações delas.

No que se refere a estrutura organizacional, há um modelo seguido pelas associações de moradores, já que os estatutos das associações de bairro obedecem a critérios definidos pela

⁸ Souza (1988) usa a denominação “ativismo”, contudo achamos que no correr de seu texto, não há uma diferenciação entre sua denominação e o que estamos chamando de movimento social e/ou movimento de bairro.

legislação que regulamenta as condições de seu reconhecimento pelo poder público e chancelada pelo CONAM (Conselho Nacional das Associação de Moradores).

Segundo o Código Civil Brasileiro, as associações são pessoas jurídicas e devem possuir um contrato ou estatuto social registrado no CNPJ. A lei distingue as Sociedades, que teria um caráter mais empresarial, das Associações, que possuem caráter cultural, moral e beneficente. Constituindo um sujeito de direito, a associação de moradores pode até mesmo adquirir bens, como é o caso do imóvel que lhe serve de sede, registrada em nome da associação do Alvorada.

No estatuto, em seu capítulo I, intitulado *Da denominação, sede, duração e finalidade*, alguns princípios relativos à natureza e objetivos da associação são apontados. O artigo 1 versa que toda associação de moradores é uma Associação Civil, sem fins lucrativos e sem preconceitos de raça, cor, credo, tendência político-partidário, filosófico ou religioso, com prazo indeterminado de duração. O artigo 3 aponta que a Associação Amigos do Bairro tem por finalidade; a) defender os interesses dos sócios e da comunidade nos limites de suas atribuições; b) visar melhoria de todas as posições materiais e culturais da coletividade, propugnando pela integração da população na administração pública; c) promover estudos das condições sociais e causas determinantes dos problemas do bairro, encaminhando-os com soluções aos órgãos e autoridades governamentais; d) preservar as tradições, o patrimônio moral e material da entidade; e) planejar e promover conferências, palestras, ciclos de estudos e atividades de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação, o desenvolvimento e o aprimoramento da formação educacional do povo; f) manter serviços de assistência aos sócios carentes de recursos; g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas; h) administrar próprios municipais, estaduais e federais, que interessem aos moradores do bairro; i) celebrar convênios com quaisquer entidades públicas ou privadas, visando a conjugação de meios e recursos para a consecução de seus objetivos, em benefício da população e; j) colaborar ou solicitar dos órgãos públicos ou privados, responsáveis pelos serviços de melhoria e reparos, as soluções necessárias ao aprimoramento da urbanização e infraestrutura, em benefício da comunidade.

No estatuto, como podemos observar, o bairro é o referencial direto e decisivo, mesmo que o documento apresente predileção pela denominação comunidade. O bairro define territorialmente a base social da ação, catalisa e referencia simbólica e politicamente o defronte de uma problemática com imediata expressão espacial, como as insuficiências dos equipamentos

coletivos, como no caso das reivindicações da SABA com relação à necessidade do aumento do número de salas no Colégio Arantes Terra (escola estadual), assim como no aumento do número de vagas nas duas creches do bairro que, inclusive, atendem inúmeras famílias não moradoras do Alvorada. Problemas habitacionais como a legalização de parte das ocupações alocadas de forma irregular em áreas verdes, assim como a alocação de 30 famílias em um conjunto de casas construídas na forma de mutirão e com a utilização de materiais cedidos pela prefeitura, pela Igreja e por empresas privadas, em 2001. Esta última resultou num conjunto de residências que atualmente recebem o nome de “Vila Feliz”.

Figura 3 - Vista parcial da “Vila Feliz”



Fonte: Do autor.

No item a do artigo transcrito, o estatuto versa sobre a defesa dos interesses da comunidade, interesses que podem contrapor-se às intervenções urbanísticas autoritárias, fruto da centralização da gestão do território, como por exemplo, no caso já citado da imposição por parte da prefeitura da cobrança de uma taxa pela construção de uma ponte sobre o córrego Baguaçu, ação esta que não foi objeto de consulta aos moradores do bairro e que não revelava interesses da comunidade, como bem salienta Sra. Maria de Jesus, em entrevista concedida:

Esse problema da ponte foi resolvido graças ao pessoal da associação e das reuniões pra fazer o abaixo-assinado. Essa ponte não serve pra muita coisa e a Vermínia⁹ queria cobrar uma taxa, é demais não é?

⁹ Germínia Venturoli foi prefeita da cidade de Araçatuba na gestão 1996-1999.

A moradora questiona a qualidade da intervenção estatal nesta ação, reforçando o caráter reivindicativo tomado pela SABA naquele momento. Isto não ocorreu de forma acidental, houve um esforço de aglutinação intencional que foi sustentada graças aos preceitos das associações de moradores, um problema que poderia ser considerado meramente funcional aos olhos dos desatentos, surgiu para a SABA como uma questão a ser “politizada” no interior da comunidade com respaldo de seu órgão representativo e mediador dos interesses comunitários diante ao poder público.

A ação política não pode ser vista somente como espontânea, emergindo como reações naturais às carências que avançam sobre a população, outros elementos entram nesse intrincado processo. No caso citado, a legitimidade¹⁰ da instalação de uma ponte sem o menor consentimento da comunidade gerou um fortalecimento da legitimidade da SABA que fortaleceu seu papel de mediadora junto à prefeitura.

Estão contempladas no estatuto as dimensões subjetivas e culturais da realidade da comunidade não somente no sentido do entretenimento ou lazer, abarcando objetivos mais amplos, as dimensões moral e cívica, por exemplo, são lembradas nos itens *d* e *e*. O estatuto da associação de moradores representa a gama variada de situações e dimensões abarcadas por estas organizações já que resultam das contradições contidas no cotidiano diário da população na sua condição de moradores, trazendo à tona a territorialidade implicada em sua constituição.

A dialética entre o geral e o singular, cuja articulação se dá pelo particular – ou pelas particularidades da coisa – chama nossa atenção para os múltiplos aspectos implicados num evento específico. A alocação de um conjunto de famílias carentes e o surgimento da “Vila Feliz” possui características tanto assistencialistas quanto um valor mais profundo.

Em dezembro de 1999, um conjunto de moradias de características precárias localizadas no extremo sul do bairro (numa área onde há algum tempo passava a linha férrea da antiga

¹⁰ Sobre tal fato, não ouvimos a justificativa dos responsáveis por esta intervenção, contudo, não achamos um desvio muito grande considerar a fundamentação desta ação centralizadora como expressão de um processo mais amplo denominado de *discurso competente*, baseada no trabalho de Marilena Chauí, Ribeiro (1986, p.6) afirma: *...em nossa história, política urbana foi desde muito cedo investido pelo discurso competente: a partir do final do século passado, com efeito, os higienistas impuseram uma visão sobre as cidades que fundamentou importantes intervenções do Estado na cidade, em seguida, os médicos sanitaristas dão lugar aos engenheiros que assumem a tarefa de pensar a cidade física e morfológicamente requerida pela acumulação industrial; recentemente sobretudo a partir dos anos 60, entra em cena um novo personagem – o planejador urbano – que passará a construir um complexo aparato governamental que objetivava traduzir na cidade a ideologia do desenvolvimento.*

Noroeste do Brasil, atual Novoeste) numa extensão destinada a área verde, foram consideradas pela prefeitura e pela associação de moradores como de alto risco para as famílias ocupantes, uma vez que se localizavam em um barranco bastante íngreme. Algumas famílias saíram do local antes das chuvas do verão de dezembro daquele ano levar algumas das moradias barranco abaixo.

O desmoronamento ocasionado pelas chuvas fez com que o restante das famílias fosse colocado de forma improvisada num assentamento distante do bairro. Alocadas num conjunto de barracas de lonas doadas pela Defesa Civil, algumas famílias, segundo o padre Paulinho em entrevista concedida, ficaram instaladas nas salas de aulas da escola estadual do bairro e utilizavam o salão paroquial como cozinha. A SABA atuou na mediação dos interesses das famílias com o poder público, sobretudo na reivindicação de uma área no interior do bairro para que estas famílias pudessem construir suas casas de forma segura. A SABA conseguiu reunir diferentes agentes como a Igreja, o Rotary Clube, que doou recursos utilizados na construção das moradias, a Defesa Civil e alguns pequenos empresários donos de estabelecimentos comerciais que doaram alimentos e materiais de construção para as famílias desabrigadas.

No início de 2000 a prefeitura doou uma área de aproximadamente 1.500 m² ao sul do bairro, próxima a antiga área de ocupação das famílias para que elas pudessem se alocar. A construção das moradias foi realizada pelas próprias famílias, a maioria no sistema de mutirão, algumas de forma individual e/ou somente com o auxílio dos familiares. Para obtenção dos materiais de construção a Igreja Católica do bairro colaborou numa campanha de arrecadação junto à comunidade católica do bairro.

Segundo o padre Paulinho, a Igreja Católica conseguiu aumentar sua credibilidade junto às famílias atingidas com a atuação neste processo. Segundo o entrevistado, no caso da Vila Feliz, houve uma falta de coordenação e de assistência por parte da Prefeitura. Prova dessa afirmação de padre Paulinho é a qualidade das moradias construídas. Numa pesquisa *in locu*, constatamos que as moradias foram construídas de acordo com as condições de cada família. Possuem tamanhos diferentes, muitas inacabadas e/ou mistas com madeira.

Atualmente, algumas moradias foram construídas por pessoas que não fazem parte do grupo que inicialmente foram desalojadas. Isto ocorre porque algumas famílias de habitavam irregularmente outras áreas da cidade tiveram conhecimento da doação da área pela Prefeitura e se dirigiram à Vila Feliz no intuito de conseguirem um espaço para viverem.

Rodrigues (1988) nos ajuda a entender que nas cidades capitalistas, a propriedade da terra não garante o direito à cidade, mas ao menos confere o direito de lutar por ele e a certeza de não ser expulso pelo aumento de aluguel. A aspiração pela propriedade da moradia, condição concreta da sobrevivência, constitui um elemento disseminado no modo de viver urbano, as políticas habitacionais da década de 1960 são reflexos deste processo. As práticas cotidianas de apropriação e produção do espaço urbano deixam, por meio dos processos organizativos, como no caso da atuação gerida pela SABA, de ser entendidas apenas como resultado de um esforço segmentado para assumir *sua verdadeira feição de uma luta pela produção do espaço não segmentado, cuja produção é social* (p. 238).

A constituição da Vila Feliz e todo o processo de aglutinação por meio do qual surgiu uma rede social cuja finalidade era o de proporcionar o direito à cidade a um grupo de famílias expressa a capacidade dos agentes sociais envolvidos, sobretudo a SABA, na composição de uma ação forjadora de uma resistência às determinações da sociedade urbana capitalista.

Junto à Vila Feliz, constituiu-se uma espécie de *contra-espaço* que nega as ordens sociais majoritárias. Negou-se a negligência cada vez maior das pessoas com relação aos problemas daqueles mais carentes. Também houve uma superação do localismo comumente atribuído às associações de moradores, já que existiu uma integração entre diversos agentes sociais articulados pela ação da SABA, Igreja, Estado, Agremiações Cívicas, a exemplo do Rotary Clube, e empresas privadas.

No caso em tela, a politização do território do bairro fica patente na necessidade da intensificação do diálogo com o Estado, na figura do poder público municipal. O fortalecimento dos canais de ligação entre comunidade e Estado ocorre nos momentos de maior mobilização.

5. O caráter reivindicatório

Partimos do pressuposto de que na relação com o Estado, os movimentos sociais firmam um processo de criação de sua identidade coletiva, colocada tanto no plano político como no plano das subjetividades. O caráter reivindicatório muito marcante dos movimentos sociais é valorizado em grande parte dos estudos que têm estas manifestações sociais como objeto de investigação.

As reivindicações dos movimentos sociais urbanos, de forma geral, e das associações de moradores, como expressão específica, se insere na problemática do consumo coletivo e da

articulação e distribuição de mercadorias, tendo como opositor o Estado, já que, por motivos históricos, este é produtor, controlador e gerenciados dos meios de consumo coletivo, assim como o principal responsável pela legitimação dos meios legais de intervenção urbana. Davidovich (1991) nos assegura que no Brasil, o urbano e o Estado sempre se entrelaçaram, desde os períodos históricos menos recentes. À medida que o Estado passou a regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, a função do Estado deixa de ser meramente administrativo para ser político, já que é também responsável pela mediação entre interesses de diferentes grupos sociais.

Em seu estatuto, no capítulo I, a SABA traça os seguintes objetivos; c) promover estudos das condições sociais e causas determinantes dos problemas do bairro, encaminhando-os com soluções aos órgãos e autoridades governamentais e; j) colaborar ou solicitar dos órgãos públicos ou privados, responsáveis pelos serviços de melhoria e reparos, as soluções necessárias ao aprimoramento da urbanização e infraestrutura, em benefício da comunidade. Seja na forma de órgãos e autoridades governamentais e/ou públicos, ocorre que já em seus princípios, a associação de moradores do Alvorada prescreve o Estado como interlocutor e não como um oponente. O que significa dizer que a ação da SABA se dá no interior do Estado, ou seja, transcender o sistema político estatal não faz parte dos anseios da associação.

No campo das ações políticas, o Estado passa, também, a agir como mediador de interesses antagônicos, o que significa abrir um espaço de manobra maior para a atuação dos movimentos sociais, já que a única finalidade deles não é mais desmembrar um Estado puramente burguês, mas sim o de ampliar os espaços democráticos de debate e ação.

Os espaços de atuação que são abertos (ampliação do espaço público) por meio da ação dos movimentos que agora (a exemplo dos novos personagens que entram em cena a partir da década de 1980) não têm grandes preocupações revolucionárias como eixo ordenador da ação e da própria existência, faz da escala municipal a dimensão privilegiada. Isto se deve ao fato de que na escala municipal existe uma aproximação mais direta com os responsáveis pela gestão destes espaços.

A Constituição Federal de 1988 reconhece que é no nível local que os processos decisórios e de busca por estratégias de ampliação de espaços democráticos têm maior engajamento. Este esforço para reforçar o processo de descentralização expresso na lei maior cobre duas esferas; a intragovernamental, que se refere ao deslocamento de poder do governo

federal para as esferas subnacionais, e a democratização, cujo deslocamento do poder vai do Estado para a sociedade.

Toda esta redefinição da estrutura de poder do sistema governamental se realiza por meio do remanejamento de competências decisórias e executivas, assim como dos recursos necessários para financiá-los. Podemos visualizar este processo na municipalização de muitos serviços, muitas vezes esta municipalização de responsabilidades não vem acompanhada da descentralização dos recursos públicos, o que dificulta a dinâmica contábil dos municípios. A gestão pública entra num processo crescente de flexibilização diante das demandas da sociedade, redimensionando a relação Estado-sociedade. O reflexo deste processo é patente na Lei Orgânica do Município de Araçatuba, que preza por um maior controle social e pela busca por possibilidades cada vez maiores de influir nas decisões¹¹.

Outra expressão desse processo é a proliferação dos conselhos setoriais, a exemplos dos conselhos de saúde, assistência social, da criança e do adolescente, da educação, entre dezenas de outros. Só na cidade de Araçatuba são 18 conselhos municipais¹². Com relação às teorias que buscam dar conta do complexo vínculo entre Estado e sociedade, e mais especificamente, entre Estado e espaço urbano, temos em Lefebvre (1999 e 1991) e em Castells (1977 e 2000) duas concepções que, salvo diferenças abissais, consideram o plano existencial do Estado indissociável das questões urbanas.

Em Lefebvre, o Estado é um agente portador de uma ação que se apoia na racionalidade opaca ditada pelo capitalismo, fazendo do espaço urbano o lugar onde os processos homogeneizadores transformam o cotidiano numa fórmula abstrata. O Estado produz espaço abstrato que nega o espaço social que suporta a vida cotidiana e a reprodução das relações. Em Castells, o Estado é entendido a partir de seu papel no processo de reprodução da força de trabalho. Daí este autor privilegiar o campo do consumo coletivo como especificamente urbano e de responsabilidade do Estado.

Castells vincula Estado, meios de consumo coletivo e movimentos reivindicatórios. Dessa forma, o autor coloca que o Estado enquanto relação surge na medida em que os fundos

¹¹ Vide artigos 39; 76; 136 e 165 da Lei Orgânica do Município de Araçatuba.

¹² Da Assistência Social; dos Direitos da Criança e do Adolescente; Tutelar; da Saúde; da Educação; do Idoso; do Meio Ambiente; do Esporte; do Turismo; do Desenvolvimento Comercial e Industrial; da Segurança Alimentar e Nutrição; Antidrogas; do Desenvolvimento Rural; da Cultura; da Pessoa Portadora de Deficiência; da Alimentação Escolar; da Segurança; e do Trânsito.

públicos intervêm nos mecanismos de reprodução da força de trabalho, já havendo aí uma redefinição do Estado enquanto relação. É nesse contexto que o Estado se constitui como o interlocutor principal dos movimentos sociais urbanos. O caráter reivindicatório dos movimentos urbanos politiza a questão dos meios de consumo coletivo, tirando-os do isolamento atribuído a eles no campo da economia. O uso coletivo é determinado ao mesmo tempo pela socialização do processo de consumo, assim como pela socialização da gestão ou pelo aumento do acesso aos mecanismos decisórios de implantação destes.

O Estado deixa de ser o ponto de partida, este papel é exercido pela relação fixada no processo de interlocução. A intervenção estatal não é um mero mecanismo de regulação automático das contradições sociais, já que na interlocução com outros grupos sociais politiza-se as questões do planejamento e da intervenção. Estas questões não se dão a partir do aparelho estatal de forma linear, há inflexões históricas consideráveis em função das forças entre os grupos sociais, suas orientações e alianças. Sobre este aspecto, o ex-presidente da SABA, Sr. Moringa nos fala:

Essa gestão de agora escuta muito as associações, mas já teve outros, como o da Germínia Venturoli, por exemplo, que não estava nem aí. Aí nosso trabalho é dobrado né. Além reunir a turma, explicar as coisas, gente tem que ficar batendo na porta da prefeitura, o Maluly vem até aqui.

Por meio de sua fala, nosso colaborador explicita que em diferentes momentos, dependendo da forma pela qual são articuladas as relações de poder local, ou dependendo do perfil apresentado pela gestão de determinado grupo, a interlocução atinge ou não os objetivos desejados pela associação. De fato, as decisões políticas procedidas da prefeitura (expressão política do poder local por excelência) são constituídas pelo entrechoque de uma gama variada de micropolíticas que transversa o poder político local. Acreditamos que os casos concretos de relação entre Estado e Sociedade expressam uma combinação do conjunto de vertentes possíveis, e não um modelo ideal, já que o resultado do entrechoque que acontece no processo de negociação (interlocução) das diversas expressões sociais tende a conferir uma orientação para os processos de participação. Esta, ora fortalece os vínculos entre os que compõem as organizações sociais (como as associações), ora os afrouxa.

O caráter reivindicatório dos movimentos sociais se acentua ou se afrouxa de acordo com a combinação das possibilidades que são instituídas no processo de encontro entre os diferentes grupos *de interesse*, que exigem respostas do Estado. O crescimento desordenado da

maioria das cidades brasileiras, e Araçatuba não é exceção, vêm se realizando a, custos econômicos e sociais. O Estado cumpre a função de injetar enormes quantias de recursos em infraestrutura necessária à esfera produtiva que se instala nas cidades e, concomitantemente, responde às reivindicações e pressões dos grupos populares advindos da situação de precariedade dos serviços e equipamentos públicos e dos diferentes níveis de conscientização e mobilização destes grupos.

6. As principais reivindicações segundo os moradores do Alvorada

Demo (2001), ao estudar alguns traços gerais do associativismo no Brasil, tendo como base de dados pesquisas elaboradas pelo IBGE, distingue três categorias desse fenômeno; os sindicatos, as associações órgão de classe (categorias profissionais) e os órgãos comunitários. Para este autor, as filiações à órgãos comunitários expressa uma cidadania tipicamente voluntária e geralmente mais consciente.

Ao frisarmos a formação de uma identidade dos moradores com seu espaço de vivência não ignoramos o papel que as carências têm nesse processo. O sentido de *carência* pode ser definido de várias formas, daí a multiplicidade dos movimentos que define a coletividade efetiva de cada ação; homossexuais, mulheres, negros, moradores etc.

Apesar das exigências burocráticas do Estado para o reconhecimento da legitimidade da associação, sua existência não está submetida a uma mera imposição estatal. A SABA é a primeira associação de moradores constituída na cidade de Araçatuba, sua formação se dá no final da década de 1970, sobretudo a partir da atuação do Sr. José Renato.

Segundo informações obtidas por meio de entrevistas, o Sr. José Renato possui sua história na cidade vinculada a ação política. Vindo da metrópole paulistana em meados da década de 1970, conhecedor das vias legais da formação e legalização de associações e, posteriormente, militante do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Renato colaborou na mobilização inicial dos moradores do bairro Alvorada e mais tarde colaborou na mobilização de pelo menos dez associações de moradores em Araçatuba. As informações referentes a este importante personagem da história política de Araçatuba são escassas, isto se deve ao fato dele ter falecido há mais de dez anos e de seus familiares não residirem na cidade, mesmo quando acionados desconhecem sua atuação em Araçatuba.

No início, a criação da SABA estava relacionada com o fato de que o bairro Alvorada, apesar de já existir há trinta anos no final da década de 1970, carecia de uma série de elementos de infraestrutura que implicaria na melhoria na qualidade de vida dos moradores. A implantação de elementos como água encanada, iluminação pública, asfalto e abertura de algumas vias que já possuíam residências, somente fora iniciadas neste período.

A colaboradora Maria de Jesus lembra das inúmeras vezes que ia buscar água no córrego Alvoradinha que corta o bairro para lavar roupa, tomar banho e para beber. Maria recorda: *me lembro das máquinas da prefeitura que vinham abrir as vias e que nunca passavam na frente de minha casa*. E continua: *...me lembro de uma vez que dei duas garrafas de pinga para o maquinista passar na rua aqui do lado que era um barrancão só*.

A postura isolada de nossa colaboradora não pode ser associada ao coletivismo ao qual nos referimos linhas acima, mas sua fala nos serve para ilustrar que a falta de uma atuação mais efetiva da prefeitura na implantação de melhorias para o bairro contribuiu para a formação de uma força aglutinadora a partir da qual a formação da SABA se nutre. Submetidos a carência, todos se tornam portadores de uma identidade no sentido concreto, a representação de que algo falta ao espaço da vida e que se deve fazer alguma coisa da base à noção de comunidade.

A passagem do indivíduo, da dimensão privada para a pública, explica um elemento importante e frequente em depoimentos dos participantes da associação; o de vivenciarem tal experiência como um enriquecimento pessoal, intensificando sua qualidade de sujeito que serve à comunidade. Como na seguinte fala Sr. Manoel, atual presidente da SABA:

Eu já tô na associação faz tempo, como presidente há um ano, mas sempre ajudando a população, muita gente consegue as coisas por causa da gente, isso já tá bom, as vezes a gente não consegue fazer muita coisa mas pelo menos explicamos a situação pra pessoa, aí ela fica conhecendo a realidade. Mas acho que estou sendo útil pras (sic) pessoas.

A prática fundada na busca pela satisfação das carências cria uma prática coletiva que passa a fazer parte da vida social e fundamenta suas representações, amplia e reformula a vida. O reconhecimento da carência passa para o reconhecimento da identidade e do direito legal das exigências. Thompson (1981), afirma que para compreendermos a formação da classe operária na Inglaterra, deve-se realizar uma verdadeira *inversão* na lógica interpretativa promulgada por Karl Marx no século XIX. Thompson destaca a formação da classe operária para depois compreender a formação da indústria moderna, o autor enfatiza o autorreconhecimento dos trabalhadores como classe. Em suma, o que o historiador inglês propõe é entender a formação da classe operária

como condição e não mais como um simples resultado da grande indústria, há uma *inversão* de perspectivas.

Entendemos que a força mobilizadora reside justamente no processo de constituição coletiva de representações. Estas permitem realizar a passagem fundamental que consiste em caracterizar carências específicas, vividas por alguns como manifestação da negação de um direito de toda comunidade.

Na pesquisa de campo realizada, buscamos constatar quais os principais problemas que são vivenciados no âmbito do bairro. Pode-se observar que problemas como falta de asfaltamento, limpeza pública, falta de policiamento entre outros, são todos problemas referentes aos serviços oferecidos pelo poder público.

Tabela 4 - Principais problemas citados pelos moradores

Marginalidade	2%
Falta de serviços	2%
Falta de iluminação	4%
Animais soltos	1%
Limpeza pública	12%
Falta de asfalto	23%
Terrenos baldios	21%
Não tem problemas	9%
Falta policiamento	26

Fonte: Aplicação de questionários em trabalho de campo (2004)

Problemas que tradicionalmente entrariam na pauta das reclamações, tais como falta de escola, creches, posto de saúde, não são lembrados. Isto deve ao fato de que estes serviços são atendidos de forma relativamente satisfatória. O aumento do número de salas de aula na escola estadual Altino Arantes, o aumento do número de vagas nas duas creches localizadas no bairro, a instalação da Unidade Básica de Saúde em meados de 1990, a implantação de sinalização nas ruas, segundo relatos de entrevistados, foram problemas que sempre entravam na pauta das reuniões e reivindicações da SABA. Se muitas das intervenções do poder público no bairro não

estão diretamente vinculadas à ação reivindicatória da SABA, a forma pela qual estas são implementadas não escapam à observação da associação e crítica da associação.

Como o caso da cobrança da taxa de asfaltamento aos moradores que foi suspensa após a mobilização dos moradores, havendo inclusive a elaboração de um abaixo-assinado. Nesse caso a prefeitura deixou de asfaltar parte das ruas, completando a implantação deste serviço somente no momento que contava com recursos conseguidos juntos ao governo federal.

A busca pela resolução das carências assumidas pela associação de moradores pressupõe uma identidade comum entre os moradores, demanda um conjunto de representações que, mesmo de forma incipiente, gera um processo de autoconstrução política e cultural, tanto quanto econômico.

7. Considerações finais: o bairro é lugar e território

Tidas como ações coletivas de natureza política que buscam um certo grau de autonomia de ação, o movimento de bairro em pauta mostra um conteúdo contraditório. No conjunto das múltiplas determinações do fenômeno, a busca pela identidade exige que encontremos uma unidade. Esta unidade, reside justamente no campo relacional. É justamente onde a Geografia, de forma tradicional, mais se debruçou, na relação sociedade-espço, que a identidade dos agentes se fundam. Desta relação origina-se o território.

Sobre o conceito de território, acreditamos ser possível constituir um recurso conceitual capaz de dar forma ao fenômeno estudado. Território, entendido como um conceito mediador e não como um conceito *a priori*, mediador da ação e do pensamento.

Da mesma forma que ser e pensar constituem o processo pelo qual as múltiplas determinações geram o concreto, o território é a mediação pela qual os moradores do Alvorada experienciam seu espaço. Daí brota a complexidade geradora da ação política que está disseminada no cotidiano, não confinada a uma dimensão específica. É esta complexidade, *capaz de causar úlceras aos adeptos da preguiça intelectual*, que nos estimula a entender a forma pela qual o bairro, enquanto lugar da vida, passa a configurar o espaço da ação política, constituindo, portanto, o território. Território, experiência e identidade, são peças essenciais para a compreensão da forma pela qual o processo de politização do espaço urbano se dá na contemporaneidade.

Enfocando o bairro como lugar e território identificamos as forças mobilizadoras com um espaço específico, o da vida cotidiana, o espaço da identidade, mesmo que este não seja juridicamente pertencente aos agentes que nele está instalado. Isso significa dizer que: nos processos que dão dinamismo e identidade aos Movimentos de Bairro, o componente espacial se apresenta como elemento mediador, sendo o próprio espaço uma relação. A mobilização só existe porque o espaço se apresenta, não como base onde se fixam objetos, ou como uma área ou sítio a ser delimitado, ficando a partir de então sobre a tutela de um grupo. A mobilização existe porque há uma identidade do grupo com o espaço, é isto que permite o movimento sobreviver e atuar em espaço alheio, quando o espaço ainda se constitui como território de outrem.

Nas associações de moradores, o espaço do bairro não é nem trunfo, porque se o bairro existe significa que ele já constitui um espaço apropriado pelo morador, tendo ou não a escritura que lhe dá direito sobre a posse do imóvel, nem é um mero receptáculo, onde se fixam estruturas ou luta-se por recursos. Tal é o caso dos inúmeros moradores do bairro Alvorada que não possuem escritura da residência. O bairro é um lugar onde se encerra uma representação que faz dele algo que transcende seus limites. A identidade firma-se não somente a partir do que falta à base espacial da vivência cotidiana dos moradores, mas firma-se a partir de uma dialética objetivo-subjetivo (a dialética espaço da representação-representação do espaço) que confere concretude à realidade dos moradores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sarah Pereira. **Geografia de Araçatuba**. Araçatuba: I.I.T., 1970.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. **Lei Orgânica do Município de Araçatuba**. Araçatuba/SP, 10 de Dezembro de 1996.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989, (Série Princípios).

DAVIDOVICH, Fany. *Movimentos sociais e cidades: uma introdução ao tema*. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro: UNESP, Vol.21 (42), 1991, p.21-16.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *Movimentos sociais: a construção da cidadania*. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.10, outubro, 1984, p.24-30.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

IBGE, **Censo Demográfico 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, São Paulo, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: De Moraes LTDA, 1991.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991b.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e questão urbana**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MERLUCCI, Alberto. *Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento*. **Revista dos Novos Estudos do CEBRAP**. N. 40, novembro de 1994, pp.153-166.

MOISÉS, José Álvaro. *A revolta suburbana ou “patrão o trem atrasou”*. In: _____. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro, 1977.

MONBEIG, Pierre. **Fazendeiros e pioneiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. Site: <http://www.araçatuba.gov.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA. **Plano Diretor Propostas**. Prefeitura de Araçatuba, 1994.

REZENDE, Antonio. **Curso básico de Filosofia**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Na procura do lugar, o encontro da identidade; a Geografia de um movimento social*. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP: AGB, n.09, 1989, p. 11-17.

_____. *Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais*. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro: UNESP, Vol.21 (42), 1991, p. 27-33.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras.** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEABRA, Odete C. De Lima. *Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana.* In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente/SP; FCT/UNESP; GAsPERR, 2001, p. 127-155.

SERPA, Ângelo (org.). **Fala periferia!** uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001. (Série UFBA em campo; Estados).

SILVA, José Borzacchiello da. *Movimentos sociais e Estado: implicações espaciais.* **Boletim de Geografia Teorética,** Rio Claro: UNESP, Vol.22 (43-45), 1992, p. 180-185.

SINGER, Paul. **São Paulo:** o povo em movimento. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências LTDA, 1980.

_____. **Economia política da urbanização.** 9ª ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

_____. *O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In: CASTRO, Iná Elias et al (org.). **Geografia:** conceitos e temas. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp.77-116.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981. VASCONCELOS, Luiz Antonio T. *A região administrativa de Araçatuba.* In: **Cenários da urbanização paulista:** regiões administrativas. São Paulo: SEADE, 1992, pp.15-54.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS URBANOS: O CASO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS FEMININOS DE JAÚ/SP¹

Lucas Labigalini Fuini²

Resumo: O presente texto busca analisar as configurações econômicas, sociais e de governança da indústria de calçados femininos de Jaú e região, que se configura como um dos maiores polos coureiro-calçadistas do país, hoje denominado de Arranjo Produtivo Local. A proposta é investigar a dinâmica setorial e territorial do arranjo - concentrado em torno de Jaú, município de porte médio - visando identificar os fatores definidores dos atuais usos territoriais da produção calçadista, a realidade heterogênea entre seus municípios constituintes e as características e contradições de uma governança territorial da política pública para APLs ainda monopolizada no domínio privado-empresarial, pensando-se na configuração de um território em termos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local, indústria calçadista, Jaú, território, governança, hierarquia.

LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS IN URBAN SPACES: THE CASE OF WOMEN SHOES INDUSTRY IN JAÚ/SP

Abstract: The present text searches the analysis of economic, social and governance configurations of women shoes industry, in Jaú and region, which configures as one of the major Brazilian leather-shoes pole, nowadays called Local productive arrangement. The proposal is to investigate the sectorial and territorial dynamic of the arrangement – located around Jaú, medium city – aiming to identify the defining factors of the recently territorial uses in shoes production, the heterogenic reality among the constituent cities and the characteristics and contradictions a public politics territorial governance for APLs monopolized yet by the private-enterprise domain, thinking about the configuration of a territory in politics, economic, cultural and social terms.

Keywords: Local Productive Arrangement, Shoes Industry, Jaú, Territory, Governance, hierarchy

1. Introdução

O espaço também já não é mais o mesmo. Ele se transforma em função das modalidades de adaptação da sociedade local ao novo processo produtivo e às novas condições de cooperação. A cada renovação das técnicas e da produção, de transporte, de comercialização, de transmissão de ideias, das ideologias e de

¹ Definimos cidade de porte médio, segundo critérios do IPEA, como os centros urbanos com população entre 100.000 e 300.000 habitantes e que já exercem um certo nível de influência em sua região e Estado por possuírem empresas e serviços de alto padrão e sofisticação, como universidades, centros de pesquisas, laboratórios, clínicas especializadas, além dos meios de comunicação de massa e revenda de produtos importados.

² Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da UNESP-Ourinhos e membro do Grupo de Pesquisas CNPq sobre "Processos e Dinâmicas Territoriais" (DITER). É coordenador e pesquisador-associado de projetos regulares da FAPESP, PROEX/UNESP e PROGRAD/UNESP. Esta pesquisa foi financiada com recursos da FAPESP em projeto regular de pesquisa. E-mail: lucasfuini@ourinhos.unesp.br.

outras ordens, corresponde uma nova forma de cooperação, mais profunda e espacialmente mais extensa (SANTOS, 2002, p. 207).

O presente texto tem como tema de análise os Arranjos produtivos locais (APLs), focalizando o caso específico do aglomerado de indústrias calçadistas da região de Jaú, no interior de São Paulo. Este estudo tem por objetivo destacar os Arranjos produtivos locais como um relevante tema de investigação para o planejamento e desenvolvimento territorial, buscando caracterizar sua relação com os espaços urbanos através das variáveis: concentração e especialização geográfica; serviços correlatos; mão de obra; relações comerciais; atores institucionais e a governança territorial.

Partimos da hipótese de pesquisa de que os APLs são ferramentas e conceitos utilizados para o desenvolvimento socioeconômico de territórios locais, regionais e urbanos no Brasil do século XXI, mas são ferramentas que apresentam limitações e contradições inerentes ao quadro socioeconômico e regulatório no qual se inserem. Além disso, esses APLs se fundamentam em economias de aglomeração e externalidades concentradas em cidades, sendo estas economias de urbanização elementos condicionantes para que estruturas especializadas de pequenos negócios sobrevivam em um cenário industrial bastante competitivo nacional e internacionalmente.

Nesse estudo, utilizaremos como referencial teórico sugestões diversas que abordam a discussão sobre aglomerações, APLs e desenvolvimento territorial local, balizando estas leituras com o pano de fundo teórico da escola da regulação francesa e sua hipótese sobre a crise do modelo de desenvolvimento fordista e a transição para um modelo de acumulação flexível, com as particularidades nacionais e regionais dos modos de regulação (instituição, regras e normas alicerçadas pelo Estado) de cada regime de acumulação (mecanismo para expansão do produto/renda e sua distribuição) e seu modelo tecnológico de industrialização respectivo (mecanismos de produção inovadores e de organização do trabalho) (HARVEY, 1989).

Emerge, assim, um mosaico global de regiões produtivas que se inserem em diferentes formatos de organização da produção, com estruturas flexíveis que articulam distritos e sistemas produtivos em redes de subcontratação, fornecimentos de serviços/insumos e de governança institucional (BENKO, 1996).

O APL de Jaú, composto por dez municípios, faz parte da lista de arranjos oficializados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Trata-se de uma aglomeração de micro, pequenos e médios estabelecimentos especializados na

cadeia de couro e calçados, sobretudo na produção de calçados femininos.

O polo econômico do arranjo é Jaú, uma cidade de porte médio e o principal centro ofertante de serviços especializados e infraestrutura da região. A evolução histórica dessa aglomeração levou a um processo de adaptação organizacional e tecnológica face à crescente concorrência internacional no segmento calçadista. Assim, o denominado "polo" calçadista de Jaú se consolidou como um dos principais centros produtores do país, aparecendo como uma das cinco principais regiões produtoras do ramo no Estado de São Paulo. Além disso, essa produção de calçados concentrada territorialmente em Jaú marcou o cotidiano e a vida de relações políticas, econômicas, sociais e culturais desse recorte do espaço, o município, em sua fase de expansão e que hoje já possui uma população de mais de 131 mil habitantes (Censo-IBGE, 2010) e um PIB de mais de 1 bilhão e 500 milhões de reais (IBGE, 2008).

Além disso, desde fins dos anos 1990, se inicia a tentativa de coordenar as ações de empresas, instituições representativas e poderes públicos em uma estratégia de governança local, com objetivos de melhorar a qualidade da produção e da mão de obra, aumentar o aporte de investimentos e melhor defender os interesses dos empresários locais. A principal parceria que se produziu nesse movimento inicial de regulação foi entre o Sindicato calçadista e o Sebrae e a Fiesp, consolidando a ideia de APL. No entanto, essa governança envolve relações de poder e interesses que o presente estudo pretende revelar em seu decorrer, diagnosticando a especificidade territorial do arranjo.

A metodologia utilizada nesse excerto se baseará em explanações teóricas sobre o contexto, estado da arte, políticas públicas e características centrais dos APLs, ao lado de dados secundários levantados nos bancos de dados do Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da RAIS (Relação Anual de Indicadores Sociais), além de dados primários levantados em entrevistas realizadas no município de Jaú. O intercâmbio de reflexões teórico/conceituais com os elementos empíricos balizará as conclusões possíveis de se obter sobre as hipóteses acima descritas.

A primeira parte deste capítulo abordará os APLs sobre três prismas: do conceito, das políticas de desenvolvimento e de sua territorialização/desterritorialização. A segunda parte do estudo caracterizará a territorialidade do APL de Jaú com base em dois elementos: da produção e da organização nos moldes de sistemas e arranjos produtivos. Na terceira parte, conclusiva, daremos um enfoque especial à relação entre atores e instituições do APL e as relações de poder

que este alimenta através da processualidade constitutiva de sua governança.

2. Definição de APLs e critérios de análise

Os Arranjos produtivos locais (APLs) são compreendidos, duplamente, pela teorização sobre aglomerações produtivas territorializadas e como ferramentas de políticas públicas de estímulo aos pequenos negócios e de desenvolvimento regional e local.

Consideraremos, nessa análise, dois conceitos amplamente utilizados na abordagem sobre APLs. O primeiro, mais atrelado ao discurso acadêmico, é o da Redesist, formada por um grupo de pesquisadores de várias partes do Brasil e articulados pelos professores José Eduardo Cassiolato e Helena Lastres, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse grupo define APLs como sendo:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com um foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 5).

Outro conceito é utilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, entidade responsável pela política para APLs no Estado, junto de outras entidades, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). A produção de calçados femininos da região de Jaú é tratada como APL pela política estadual de desenvolvimento. A Secretaria define os APLs como sendo

(...) concentrações de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas, que, sob uma estrutura de governança comum, cooperam entre si e com outras entidades públicas e privadas (SDECT, <http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/drt/apls>).

Da conjunção das duas definições, retiramos elementos comuns que devem ser observados na aplicação do conceito em determinados casos de aglomerações territoriais de produção:

1) Aglomeração/concentração geográfica de empresas de um mesmo segmento da atividade econômica (atividades similares): essa característica será auferida pelos coeficientes de concentração e especialização obtidos por dados da RAIS (Relação anual de indicadores sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego;

2) Relação com serviços especializados: na estruturação dos Arranjos, identificaremos por meio de documentos oficiais, estudos especializados, sites e entrevistas, as parcerias principais para contratação e/ou uso de serviços determinados, como escolas técnicas, universidades, laboratórios, consultorias, finanças, apoio a pequenas empresas (Sebrae) etc.;

3) Existência de entidades públicas e privadas representativas na aglomeração: identificaremos as associações patronais, sindicatos de trabalhadores e repartições da administração pública local e estadual mais presentes no arranjo, bem como o tipo de ação para a produção regional, e se estabelecem ou não parcerias com outras entidades;

4) Vínculos e aspectos da governança: buscaremos compreender o grau de interação e cooperação entre empresas e a estrutura de liderança e gestão do projeto político do APL, caracterizando as relações de poder e perfil das lideranças locais.

A discussão que fundamenta a abordagem sobre APLs é a de aglomeração de empresas. As aglomerações de empresas atendem a diversas abordagens criadas historicamente e associadas, em maior ou menor grau, às políticas públicas. Na definição de Storper; Harrison (1994, P. 173), uma aglomeração territorial de empresas corresponde a

Um conjunto de unidades de produção reunidas em um território bem delimitado, como a cidade ou a região. Estes conglomerados territoriais encontram-se muitas vezes, mas não necessariamente, virados para um mesmo setor de atividades, e podem ser constituídos, quer por um conjunto de unidades funcionalmente independentes entre si, quer por unidades pertencentes a um único e mesmo sistema *input-output* (atividades que concorrem para a produção de um bem comercializável), e, por conseguinte, estreitamente interdependentes. Neste último caso, a divisão social do trabalho é localizada.

Segundo Storper; Harrison (1994) existem dois tipos de aglomerações territoriais que refletem, em diferentes dosagens, as economias externas de escala e variedade e a divisão social do trabalho: a) redes de produção aglomeradas sem grandes unidades; e b) as redes de produção aglomeradas com grandes unidades. “O papel desempenhado pela economia de uma região na rede de produção em que se encontra inserida, determina sua capacidade de ação” (STORPER; WALKER, 1989, apud STORPER; HARRISON, 1994, p. 176).

Das possíveis fragilidades do modelo de desenvolvimento regional/local em APLs, Cassiolato, Lastres (2003) apontam que as abordagens atreladas a modelos, como os APLs, se tomadas do ponto de vista de enfoques e políticas uniformes, podem ignorar a existência de disparidades econômicas e das diversidades nas matrizes sociopolíticas e históricas, sem contar que os elementos para mobilização de APLs atendem a diferentes conjuntos de demandas que levam a caminhos diferentes de desenvolvimento.

Na abordagem do modelo italiano de PMEs e seus sistemas territoriais, base da teoria dos APLs, Caccia (2002) explora as transformações recentes que colocaram em tese a dita coesão social dos mercados e a uniformidade do modelo. Assim, pode-se observar, dentre as experiências recentes do nordeste italiano e diante da globalização dos mercados, movimentos de descentralização e desconcentração industrial, reaparecimento de formas de organização do trabalho pré-fordistas. Mais especificamente quanto ao trabalho, Caccia (2002, p. 249) destaca a emergência do trabalho precário e desqualificado,

(...) em particular aquele organizado pelas associações que fornecem à empresa manufatureira serviços de baixo nível e aquele trabalho individual desregulado que tem sido definido como ‘trabalho autônomo de primeira geração’. Esse setor envolve também sujeitos sociais jovens. A esta categoria se acrescenta aquela do trabalho imigrante.

Outra ordem de problemas ocorre em APLs localizados em espaços industriais periféricos ou subdesenvolvidos, chamados de ‘sistemas industriais periféricos’. Esses sistemas se inserem em ambientes externos instáveis e voláteis, com existência precária da rede de serviços complexos necessários à reprodução e alimentação de uma indústria moderna. Além disso, nesse cenário, a confiança em contratos futuros é abalada, dificultando a cooperação entre atores e instituições governamentais e não-governamentais, estimulando a integração vertical como forma de reduzir os custos de transação.

Fala-se também da excessiva concentração industrial em determinados polos e as dificuldades de se desaglomerar atividades econômicas complementares e criar um mercado de trabalho dinâmico, devido ao fato de que boa parte do entorno dos núcleos urbanos é de subsistência (SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002, p. 171).

(...) a inserção de arranjos produtivos em ambientes periféricos dificulta o desenvolvimento dos elementos necessários à realização da eficiência e do aprendizado coletivos. Em tais ambientes, os agentes desejariam especificar todas as contingências em contratos, o que elevaria os custos de negociação dos contratos entre atores e da interação face-a-face.

É possível reunir a abordagem sobre APLs em uma perspectiva tipológica e qualitativa, diferenciando-os em duas abordagens principais: a inovativa/evolutiva e a organizacional:

1 – Informais; organizados; inovativos (Mytelka, Farinelli, 2000): Os APLs informais são caracterizados pela baixa existência de lideranças, predomínio de micro e pequenas empresas, baixos níveis de confiança interna, cooperação e tecnologia, algumas *linkages*, alta competição, pouco ou nenhuma exportação e novos produtos. Os APLs organizados são definidos pela existência média de lideranças, com micro, pequenas e médias empresas, alguma capacidade inovativa e *linkages*, alta confiança interna e competição, alguma cooperação e lançamento de novos produtos e nível médio nas exportações. Os APLs inovativos são definidos pela alta presença de lideranças, com micro/pequenas/média e grandes empresas, com inovação contínua, alta confiança interna, cooperação e nível de exportações, nível tecnológico médio, bem como a competição, com difusão de *linkages* e contínuos lançamentos de novos produtos.

2 - Consolidados; em desenvolvimento e embrionários (Rede Paulista de APLs- Sec. de Desenvolvimento/Sebrae/Fiesp e Redesist): APLs consolidados: importantes para o desenvolvimento local ou para o setor em que estão inseridos, com governança local consolidada. APLs em desenvolvimento: importantes ao desenvolvimento local ou possuem participação expressiva no setor industrial em que estão inseridos, mas ainda não têm uma governança consolidada. APLs embrionários: concentrações de empresas com pouca representatividade para o setor industrial, mas com potencial para o desenvolvimento da economia local, sem governança consolidada.

3 - Diversificação conforme o tipo de Aglomeração (Santos, Diniz, Barbosa, 2004): Agglomeração setorial de tamanho relativamente grande, com importante presença de médias ou pequenas empresas. Agglomerado de subunidades de criação ou firmas com enfoque criativo de forma geral ou que exercem atividades de P&D. Agglomerado de firmas ou subunidades que necessitam da proximidade cliente/fornecedor para facilitar o desenvolvimento conjunto, a troca de conhecimentos ou a readequação às condições de fornecimento. Agglomerado de empresas que se beneficiam da imagem mercadológica regional; Cooperação institucionalizada com forte apoio de entidades governamentais, que oferecem serviços complementares importantes ou capazes de induzir a reação do APL a ameaças ou oportunidades.

4 – Agglomeração, especialização e especificação (Escola da regulação – Pecquer, Coletti, Gilly, Pires): A *aglomeração* consiste na concentração espacial de atividades, favorecendo a

redução dos preços pelo acesso a fatores de localização, incentivados ou não politicamente (incentivos fiscais, infraestrutura). A *especialização* é um processo de desenvolvimento baseado na estrutura organizacional do tecido econômico formado por empresas e produtos, possibilitando a formação de externalidades tecnológicas e de complementaridades através da acumulação de conhecimentos no contato de empresas com instituições de formação e pesquisa. A *especificação*, uma situação de maior aprofundamento, se realiza pela elaboração de um modo de coordenação ou governança entre os agentes econômicos e que define e produz o território, envolvendo recursos, competências, estratégias coletivas e um contexto territorial. Criam-se, portanto, nesse contexto econômico e institucional, condições únicas de produção (PECQUEUR, 2001, apud PIRES 2006).

5 – Pela governança e hierarquia do sistema produtivo (Storper; Harrison, 1994): Anel sem núcleo nem hierarquia: tem como características a ausência de empresa líder permanente, ou direção alternada de acordo com projetos, não apresentando hierarquia. Anel-núcleo, com empresa coordenadora e alguma hierarquia: esta última ocupa uma posição dominante, é o agente motor do sistema produtivo, mas não pode sobreviver sozinha, nem condicionar a existência de outras empresas no sistema, existindo uma certa hierarquia. Anel-núcleo com empresa líder e hierarquia considerável: esta última é largamente independente de seus fornecedores e subcontratados periféricos, o que lhe dá a possibilidade de determinar a sua periferia; em consequência, a empresa líder condiciona a existência de seus parceiros. É o caso de poder assimétrico e hierarquia considerável. Tais configurações se associam a dois tipos de redes produtivas: redes aglomeradas sem grandes unidades e redes aglomeradas com algumas grandes unidades.

3. Estudo sobre os APL calçadista de Jaú: Uma síntese

O APL calçadista de Jaú (**Figura 1**) é constituído pelos municípios de Jaú, Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Dois Córregos, Dourado, Itapuí, Macatuba, Mineiros do Tietê e Pederneiras, distando aproximadamente 300 km da capital paulista. Sete dos dez municípios do APL constituem a Região de Governo de Jaú, sendo que Macatuba e Pederneiras fazem parte da Região de Governo de Bauru e Dourado da Região de Governo de São Carlos. Todos esses municípios fazem vizinhança geográfica com Jaú. Portanto, o APL emerge como uma nova

esfera de regionalização através de sua governança, diferenciando-se das circunscrições de Região administrativa (RA) ou Região de governo (RG), utilizadas pela Secretaria de planejamento e desenvolvimento regional do Estado, e das meso e microrregiões, utilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Figuras 1 e 2 – Mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o APL de Jaú (em vermelho)



Escala: 1:10.000.000 **Fonte:** Googlemaps/ <http://www.desenvolvimento.sp.gov.br>.

Jaú, centro de sua região de governo, é um município que conta atualmente com mais de 131.060 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE. A cidade foi fundada em 1853 e se consolidou como centro urbano no primeiro quarto do século XX, com a expansão cafeeira e ferroviária, atraindo o capital cafeeiro com a presença de um solo fértil denominado “terra roxa”. Já em 2000, segundo o Censo, a população de Jaú ultrapassava os 112.000 habitantes, podendo ser definida como centro urbano de porte médio. Além disso, entre 2000 e 2010, a população local cresceu 16,9%, acima da média do Estado de São Paulo que foi de 12,3%.

Segundo Santos; Silveira (2010), as cidades com mais de 100 mil habitantes perceberam intenso crescimento em quantidade no Brasil, chegando a 176 delas em 1996, espalhadas por 20 unidades da federação. Em São Paulo, que em 1940 possuía apenas um núcleo populacional com população entre 100 e 500 mil habitantes, passará a ter 44 em 1996. Assim, esses autores associam o crescimento desses centros de porte médio às novas solicitações de consumo, tanto das famílias quanto do governo e das atividades agrícolas e industriais. Essas cidades passam então a exercer a função de pontos de intersecção entre as demandas internas – as horizontalidades – e as demandas e fluxos com o exterior – as verticalidades – oferecendo “os

meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas”, funcionando também como “depositários de bens e serviços exigidos pelas empresas e seu entorno” (p. 280). Além disso,

As cidades médias comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro. (...) mas isso constitui uma fonte permanente de indagações, já que a cidade regional é também um espelho de contradições entre as preocupações ligadas à produção propriamente dita (o lado técnico) e as ligadas à realização (lado político). (...) As cidades médias constituem, desse modo um lugar de debate entre preocupações mais imediatas e desígnios mais amplos, revelando a carência da política local em face da política nacional e também das práticas eleitoreiras e clientelistas diante de práticas políticas mais amplas (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 284).

As cidades médias e menores são comumente afetadas por oscilações sazonais das atividades produtivas características de seu tecido econômico, as especializações territoriais da produção, levando a oscilações de empregos. No entanto, com o crescimento desses centros e a amplificação, diversificação e aprofundamento das modalidades de consumo, tornam-se lugares ideais para localização de serviços e distribuição de bens, servindo também como repositório de mão de obra especializada.

4. Histórico

O APL de couro e calçados de Jaú é reconhecido formalmente por órgãos do governo federal (BNDES, SEBRAE) e estadual (Secretaria de Desenvolvimento, FIESP). As discussões para formação de um APL se iniciaram nos anos 1990, ainda com a concepção de *cluster* e, no ano de 1996, o Sabrae/SP deu início ao primeiro projeto de estímulo à competitividade da indústria de calçados femininos da região de Jaú.

Amato Neto (2009, p. 118) define conceitualmente a produção de calçados femininos de Jaú como um cluster/APL, por apresentar as seguintes características:

O *cluster* calçadista de Jaú, conhecido como a ‘capital nacional do calçado feminino’ possui cerca de 220 empresas especializadas na produção de calçados (sendo 180 construídas formalmente, segundo o Sebrae/2007), chamadas localmente de ‘sapateiros’. Além destas empresas que fabricam o produto acabado, há na região cerca de 800 pequenas empresas prestadoras de serviços (chamadas de ‘bancas’). A cadeia produtiva na região também é composta por três curtumes na própria cidade de Jaú, além de outros na cidade próxima de Bocaina.

Segundo informação do Sindicalçados e da dissertação de mestrado de Lorenzon (2004), a produção calçadista de Jaú teve início com imigrantes italianos, em meados do século XIX, através do fabrico artesanal de sandálias e sapatões rústicos. O recorte territorial do APL é parte de um contexto histórico que recebeu forte influência da agricultura cafeeira, em cujo auge foram construídos vários casarões e edifícios que marcam ainda hoje a paisagem urbana jauense.

Nos anos 1950, apresentava-se um quadro de declínio da produção agrícola local (café e cana-de-açúcar), momento em que a atividade industrial calçadista se apresenta como opção viável para a retomada do crescimento econômico. Já nos anos 1930, existiam pequenas oficinas de artesãos que fabricavam calçados em Jaú. O conhecimento transmitido entre gerações foi elemento importante do *saber-fazer* local para consolidação de uma indústria especializada.

Nos anos 1950 e 1960, a produção local começa a se inclinar para o calçado feminino, recebendo estabelecimentos componentes da cadeia produtiva do setor. Entre os anos 1970 e 1980, a indústria calçadista de Jaú recebe forte influência da região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, na época o maior polo produtor de calçados do país, com consultorias nas áreas de tecnologias de fabrico e moda, recebendo também trabalhadores gaúchos que auxiliaram no aumento da produtividade industrial. Nos anos 1990, Jaú já era reconhecido como importante centro produtor do segmento calçadista e passa também a atuar no mercado de exportações.

Também nos anos 1990 são celebrados acordos de cooperação dos produtores locais, através do Sindicato patronal, com órgãos e serviços técnicos, como o Sebrae, Senai e Ciesp, permitindo aos produtores locais melhorarem em inovação tecnológica e diversificarem sua produção diante da concorrência internacional, sobretudo do calçado asiático e chinês. As Feiras calçadistas também afiguraram como importante contexto para popularização do calçado feminino jauense.

Nos anos 2000, se consolida a abordagem da indústria calçadista de Jaú como um APL e *Cluster* de empresas com seu entorno, aumentando as oportunidades de parcerias para financiamento e qualificação, além das perspectivas de adensamento da cadeia produtiva na região. Precisamente no ano de 2005, Jaú passa a figurar como um APL prioritário dentro do Estado de São Paulo, após um trabalho de listagem desenvolvido pelo GTP (Grupo de Trabalho Permanente) para APLs, grupo este formado pelo governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICex), instituições de ensino e pesquisa e secretarias estaduais.

Assim, a partir de 2006, a indústria calçadista de Jaú é incluída nas ações da Secretaria paulista de Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Econômico, responsável pela política estadual de apoio a APLs e pela coordenação do “Programa de fortalecimento da Competitividade das empresas localizadas em APLs no Estado de São Paulo”, em articulação com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). No mesmo ano, se forma o Núcleo Estadual do GTP-APL, representado pela atual Secretaria de Desenvolvimento/SD, pelo Sebrae/SP (Serviço de apoio a micro e pequenas empresas) e pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). A região de Jaú e sua produção calçadista se efetivam com a instituição da “Rede Paulista de Arranjos Produtivos Locais”, no ano de 2007, e em projetos celebrados entre SD, MDICEx e Fiesp, como o projeto denominado “Apoio Conjunto ao Incremento da Competitividade das Micro, Pequenas e Médias Empresas inseridas e organizadas em Arranjos Produtivos Locais no Estado de São Paulo”.

No entanto, apenas em abril de 2009 é oficializado o “Programa Estadual de APLs”, submetido para aprovação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), após definição dos 15 APLs que comporiam o projeto em parceria com o BID. Aparecem como instituições executoras do projeto as mesmas que constituíram o Núcleo Estadual de APLs (SILVA, s/d).

Jaú também possui vantagens locais que auxiliaram na impulsão do processo de industrialização local (**Figuras 3 e 4**), como a posição estratégica no centro do Estado de São Paulo e a facilidade de acesso ao eixo rodoviário Castelo Branco, que conduz às aglomerações metropolitanas de Campinas e São Paulo, maiores centros consumidores do Estado. No entanto, o processo de industrialização local não pode ser explicado somente pela tese da desconcentração industrial paulista (CANO, 2008; LENCIONE, 1999), também aparecendo outros fatores explicativos como o desenvolvimento local e endógeno e os recursos específicos (BENKO; PECQUEUR, 2001), sobretudo no que tange a sua formação histórica e cultural.

Figuras 3 e 4 - Diferentes imagens de fábricas de calçados localizadas em Jaú, em diferentes etapas do processo produtivo



Fontes: <http://www.encontrasp.com.br/> e <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia>.

Atualmente, o APL de couro e calçados de Jaú é formado por Jaú, segundo maior produtor de calçados do Estado de São Paulo, e mais nove municípios de pequeno porte em seu entorno e que possuem elos da cadeia calçadista em seu território (produção final e/ou fornecimento de insumos da cadeia produtiva). A principal concentração industrial, de infraestrutura e de serviços especializados da região se dá em Jaú.

5. População

Segundo dados do Censo-IBGE, de 2011, a população do APL de Jaú corresponde a 360.222 habitantes. Somente o município de Jaú responde por 36% dessa população, seguido de Pederneiras, com 11%, e Barra Bonita, com 9%. O município com menor população é de Dourado, com 8.610 habitantes. A população total do APL corresponde a apenas 0,86% da população do Estado de São Paulo.

O município que apresentou maior crescimento populacional no período de 2003-2011 foi Itapuú, com crescimento de 13,37%, seguido de Jaú, com 12,92%. Os municípios com menores crescimentos demográficos foram Barra Bonita e Dourado, respectivamente, com crescimento negativo de 0,72% e positivo de 0,04%. O crescimento populacional médio do APL de Jaú foi de 8,33%, abaixo, portanto, do crescimento médio populacional paulista, que foi de 8,74%.

Segundo critérios do IBGE e do IPEA (apud PEREIRA; LEMOS, 2003), todas as cidades do APL são classificadas como pequenas, exceto Jaú, que pode ser definida como cidade

média, pois apresenta mais de 100 mil habitantes e menos de 500 mil. As cidades médias também têm sido apontadas como importantes motores do crescimento econômico recente. Segundo dados da Recime (Rede de Pesquisadores em Cidades Médias), nos últimos anos as cidades de porte médio cresceram acima da média nacional, devido a fatores como a entrada de grandes empresas nacionais ou estrangeiras, o crescimento populacional, aumento do poder de consumo e especulação imobiliária.

Segundo o IBGE, de 2000 a 2010 a população brasileira aumentou 9,37%. Nos 11 municípios mais populosos do Brasil, a mesma taxa nesta década foi bem menor: 4,61%. Já nas cidades com número de habitantes entre 100 mil e 500 mil o crescimento populacional, no mesmo período, foi de 2,05% ao ano (NOGUEIRA, 2012, p. 21).

O fato de Jaú ser considerada uma cidade de porte médio traz vantagens competitivas para o APL, sobretudo pelas externalidades locacionais que exercem influência decisiva para o surgimento, manutenção e crescimento de pequenos e médios negócios. Manzagol (1985) coloca que as externalidades associadas às economias de urbanização atuam sobre as indústrias no sentido de reduzir seus custos de operação, por meio da concentração econômica, e aumentar a eficiência produtiva, facilitando o acesso a quatro elementos centrais: infraestrutura, serviços, mercado e contatos.

A relação entre território e produção é explorada por Cocco; Urani, et al (2002). Os autores apontam que em formas de organização produtiva de pequenas e médias empresas, o território atua como integrador dos diferentes aspectos da produção, sendo um fator de integração versátil. Em modelos de DIs e APLs, o contexto territorial favorece a construção de redes materiais e cognitivas capazes de internalizar as inovações tecnológicas em processos de aprendizagem produtiva localizados, estimulando também a cooperação entre agentes econômicos e sociais. “Afim, o espaço de produção, ao deixar a fábrica e passar a se referenciar na cidade, ganha uma conotação pública antes inexistente” (COCCO; URANI, et al, 2002, p. 22).

6. Dinamismo econômico (PIB, Valor adicionado)

O PIB (Produto Interno Bruto) total do APL de Jaú (dados IBGE) no ano de 2009 foi de mais de R\$ 5 bilhões, apresentando um crescimento de 78,3% entre 2003 e 2009. O município com maior volume de riquezas do arranjo é Jaú, com mais de R\$ 1,7 bilhão, com crescimento de

79,8% no período 2003-2009. O município mais pobre do APL é Mineiros do Tietê, com produto anual de R\$ 98,5 milhões. O município que apresentou maior expansão de PIB entre 2003-2009 foi Itapuú (130,6%) e a menor expansão foi registrada em Bocaina (55,4%). O PIB paulista, em comparação, apresentou expansão de 87%. Jaú respondia, em 2009, por 33,5% do PIB do APL. Quanto à participação do APL no PIB do Estado, observa-se uma diminuição de 4,6% nessa participação, caindo de 0,50% para 0,48%.

Nesse sentido, nota-se que a expansão do PIB do APL não ocorreu de forma contínua. Entre 2003 e 2006 deu-se um movimento de expansão, rompido em 2007 e 2008, com quedas seguidas no valor do produto. Dados do valor adicionado confirmam que 2008 foi ano de retração na economia regional. O movimento de expansão foi retomado em 2009.

No entanto, essa tendência de retração no período não foi evidenciada na economia paulista, e nem mesmo nas economias da RA de Bauru e da RG de Jaú, aparentando ser um processo cujas raízes explicativas se encontram na própria dinâmica dos municípios do APL e de seus setores da atividade. Outro elemento importante a considerar é que sete dos dez municípios (Bocaina, Dois Córregos, Jaú, Mineiros do Tietê, Dourado, Macatuba, Pederneiras) do APL diminuíram sua participação no PIB estadual entre 2003-2009, evidenciando um movimento de crise cíclica na economia regional.

Tal crise persiste como problema estrutural que tem comprometido o crescimento da produção calçadista jauense e, segundo entrevistas e documentos pesquisados, dois deles se destacam: A) O valor apreciado do real em relação ao dólar (*sobretudo até o ano de 2012, em que o valor do dólar em reais chegou a menos de 1,50*), comprometendo a competitividade do produto brasileiro, mais caro, em relação ao produto chinês e do Sudeste asiático; B) A concorrência com a produção chinesa, mais barata, no entanto inferior em qualidade e *design*, que tem entrado no país facilmente pois tem custos (diretos e indiretos) tributários menores e, portanto, preços mais baixos.

Em matéria do portal G1, de junho de 2012 (<http://g1.globo.com>), consta que o polo calçadista de Jaú estaria enfrentando uma crise que teria levado a uma queda de 40% das vendas em relação ao mês anterior, acompanhando a tendência de crise deste segmento no país. Fábricas teriam necessitado paralisar linhas inteiras de produção e algumas até estariam encerrando suas atividades. O crescimento físico evidenciado entre meados e fins dos anos 2000 estaria

encontrando seu reverso a partir de 2010 e a política de APLs e sua governança deveriam dar respostas a esse cenário, mas não parece ser este o caso.

Figura 5 – Cena de fábrica de calçados em Jaú com parte de sua linha de produção parada pelo baixo nível de demanda experimentado em 2012



Fonte: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia>.

7. O segmento industrial coureiro-calçadista e a produção de Jaú

Segundo dados da ABICALÇADOS (Associação Brasileira da Indústria de Calçados), o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de calçados, com mais de 800 milhões de pares produzidos ao ano e o oitavo maior exportador até 2010. A estrutura econômica do segmento calçadista brasileiro é constituída por mais de oito mil estabelecimentos, gerando cerca de 330 mil postos de trabalho. Destaca-se na produção calçadista nacional, o calçado feminino, com 56% dos pares produzidos, seguido pelo calçado masculino (21%) e o infantil/bebê (20,2%). Desse volume produzido, 52,9% são calçados de outros materiais (borracha, materiais sintéticos), 28,9% de couro e 9,9% são calçados esportivos.

Conforme dados do MDICex (2011), cerca de 66% das exportações de calçados brasileiros se dirigem a um grupo de dez países (EUA, Argentina, Reino Unido, Itália, França, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia e Angola), em um total de US\$ 1,2 bilhão em exportações. Os principais mercados de importação brasileiros são, em contrapartida, os países do Sul e Sudeste da Ásia (Vietnã, Indonésia, China, Malásia, Taiwan, Índia, Hong Kong, Tailândia), que representam mais de 91,7% de nossas importações, em um total de US\$ 427,8 milhões.

Nota-se, nesse cenário, que a indústria calçadista nacional ainda mantém *superávits* comerciais, sendo que em 2011 esse valor foi superior a US\$ 770 milhões. No entanto, o ritmo de crescimento das exportações e os valores de *superávit* comercial apresentaram diminuição entre 2009-2011, segundo dados da ABICALÇADOS. As exportações de calçados brasileiros apresentaram variação negativa de 4,7% em valores no período de 2009-2011, enquanto as importações aumentaram, no mesmo período, em torno de 44,3%. Portanto, o saldo da balança comercial brasileira caiu 18,3% em três anos. Outros dados negativos recentes para o segmento estão relacionados à queda no emprego (-3,2%) e à produção em pares de calçados (-8,4%). Esse quadro de crise e de incipiente desindustrialização pode ser explicado, segundo a ABICALÇADOS (principal representante do empresariado do segmento no Brasil), pelos seguintes fatores: crise financeira internacional e retração das importações no mercado europeu e estadunidense; valorização do real ante o dólar e encarecimento do calçado brasileiro no exterior e, principalmente, aumento das importações de calçados asiáticos, que praticam preços muito mais baixos que aqueles do mercado doméstico.

Os principais polos produtores de calçados do Brasil são as regiões Nordeste e Sul. Os principais Estados produtores são, na ordem: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Paraíba. A região Nordeste concentra 35% da produção nacional em valores, 42,8% da produção em pares, 41,7% das exportações, 71,3% das exportações em pares, 35,8% dos empregos e apenas 7,7% dos estabelecimentos. O Rio Grande do Sul, paralelamente, concentra 34% da produção, 46,1% das exportações, 40,9% das empresas e 37,1% dos empregos. A região Sudeste se destaca pela quantidade de empresas, sediando 48,4% dos estabelecimentos calçadista brasileiros, em aglomerações de micro e pequenos negócios. É importante considerar, neste panorama, que uma significativa parcela da indústria calçadista nordestina é composta por empresas de médio e grande porte que migraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em direção ao Ceará e Bahia, sobretudo na última década, em busca de vantagens locais de custos de produção mais baixos, normas brandas e atrativos fiscais.

Nesse sentido, Santos (2009) destaca que existe uma guerra entre os lugares para atração de investimentos.

Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente. Isso conduz a uma marcante heterogeneidade entre unidades territoriais, com uma divisão do trabalho mais profunda, e

também, uma vida de relações mais intensa. Ao lado da busca pelas empresas dos melhores sítios para sua instalação, há também, pelos próprios lugares, uma procura às vezes escancarada de novas implantações e um cuidado por reter aquelas já presentes. (...) A ideia de uma dupla estratégia de empresas e do poder público aplica-se a muitos outros ramos da atividade econômica e justifica a metáfora da ‘guerra dos lugares’.

De acordo com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a indústria calçadista vem passando por transformações significativas no seu padrão de concorrência. Nas últimas décadas, registrou-se aumento relativo da importância da qualidade, do design e dos prazos de entrega como determinante da competitividade do setor. Além disso, como o calçado é um produto sujeito às variações da moda, a diferenciação do produto e a capacidade das empresas em captar os sinais de mercado são atributos que têm assumido papel cada vez mais importante na determinação da competitividade desse setor.

As mudanças tecnológicas são incrementais. O setor se moderniza por etapas, dada a característica descontínua do processo de produção. As fases de costura e montagem de calçados de couro ainda são bastante artesanais, demandando muita habilidade da mão-de-obra e, com isso, limitando o processo de automação, facilitando a entrada de microempresas. Apesar da importância da qualidade, do design e dos prazos de entrega, cabe destacar que nesse setor o custo da mão-de-obra ainda constitui fator importante como determinante da competitividade. Devido ao forte conteúdo artesanal e fragmentação no processo produtivo, mundialmente a indústria de calçados tem características de produção localizada, estimulando, com isso, as aglomerações geográficas. (Plano de Desenvolvimento do APL de Jaú).

A história da indústria calçadista no Brasil pode ser resumida da seguinte forma, segundo o SINDICALÇADOS:

- 1860-1920: transformação do sistema artesanal de produção de calçados em atividade fabril com a introdução de novas tecnologias oriundas da Europa;
- 1920-1960: fase de estagnação do segmento, com a regionalização da produção e diminuição dos impulsos tecnológicos;
- 1960-1970: aquisição de máquinas modernas e retomada do dinamismo econômico do segmento, com início e expansão na exportação de calçados (inicialmente para os EUA) e consolidação de aglomerações industriais especializadas (Vale dos Sinos/RS, em calçados femininos, e Franca/SP, em calçados masculinos);
- 1980: grande avanço tecnológico e emergência do segmento de calçados esportivos;
- 1990: mudanças nos padrões de concorrência e produção e migração de indústria do Sul-Sudeste para o Nordeste, buscando reduzir custos e se aproximarem dos mercados importadores;

- Anos 2000: diversificação das exportações para a América do Sul e México e acirramento da concorrência com o calçado importado do Sudeste Asiático.

A cadeia produtiva coureiro-calçadista do APL de Jaú se encontra concentrada na atividade de fabricação de calçados de couro, com cerca de 62% dos estabelecimentos formais da indústria especializados na produção calçadista. Dessa produção, 83,6% estão localizados no município de Jaú, que ficou conhecida nacionalmente como a "Capital dos Calçados Femininos". O restante dos estabelecimentos está associado às atividades à montante da produção calçadista, caracterizando o sistema input-output (STORPER; HARRISON, 1994) e a divisão territorial do trabalho no plano regional (SANTOS; SILVEIRA, 2010).

Cerca de 9% dos estabelecimentos estão associados ao curtimento e outras preparações do couro, atividade esta essencial para o fornecimento de insumos às industriais de transformação, que fazem a montagem de sandálias, botas, tênis, sapatênis, entre outros. Segundo o Sr. José Geraldo Galazzini, diretor executivo do Sindicalçados (Sindicato da Indústria de Calçados de Jaú), maior parte do couro preparado utilizado na indústria jauense é oriunda da região de Franca, maior polo calçadista do Estado, e do Rio Grande do Sul, mais especificamente do Vale dos Sinos. No entanto, o diretor afirma que já há certo adensamento da cadeia produtiva na região, com presença de fabricantes e fornecedores de outros insumos, como solas, cadarços, botões e arremates e maquinário.

Outros 9% dos estabelecimentos estão associados à fabricação de partes para calçados com qualquer material e 7% estão dedicados à fabricação de artefatos de couro. Complementando a cadeia, cerca de 11% dos estabelecimentos estão voltados à fabricação de tênis e de calçados de material sintético, mostrando a diversificação e complementaridade do circuito de produção territorializado no APL. O aparecimento de produtores calçadistas com material sintético parece ter relação com o alto custo do couro, como insumo da cadeia, segundo entrevistados, estimulando o uso de outros materiais dado o "saber-fazer" já adquirido e consolidado historicamente na região.

Segundo Gurisatti (2002), o ciclo calçadista é constituído pelo seguinte processo técnico: corte, junção e costura das partes superiores, produção da sola, montagem, *design* e distribuição do produto conforme expectativas do mercado e expectativas criadas na fase de desenho do mostruário. Além disso, é possível identificar três tipos diversos de organização da

produção na indústria de calçados: a empresa integrada – com organização hierárquica *fordista*; a empresa-rede – com organização intermediária entre o mercado e a hierarquia, de estilo *toyostista*; e a rede de empresas ou distrito industrial, característica da indústria calçadista de Jaú – com organização não-hierárquica e de especialização flexível.

No terceiro modelo, do distrito industrial, análise de mercado, projeto de produto, processo decisório, lucros e investimentos são subdivididos entre um grande número de operadores, e sobretudo, entre os empresários de “primeira linha” (que assume a tarefa de representar no exterior a capacidade produtiva do distrito, recolhendo demandas próprias ou de outros) e o grupo de empresários de fase ou terceira ou terceirizados (que assumem o papel de produtores de mercadorias e dos serviços demandados pelo mercado). De quando em vez, em uma bem precisa divisão das tarefas e do trabalho, estes sujeitos se reúnem em cadeias e redes flexíveis, otimizadas para enfrentar um segmento particular de mercado ou para efetuar o projeto de um produto não específico (GURISATTI, 2002, p. 87).

Na distribuição da cadeia produtiva entre municípios, Jaú é aquele que mostra maior completude em todos os elos, concentrando 72,4% do total de estabelecimentos da cadeia na região, seguida de longe por Bocaina, com 13,5%. No município de Jaú estão presentes estabelecimentos de todos os elos da cadeia à montante, conforme a seguinte distribuição: fabricação de calçados de couro (71,1%), fabricação de partes para calçados, de qualquer material (11,1%), fabricação de calçados de material sintético (8,4%), fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material (4,7%), fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente (1,8%), fabricação de tênis de qualquer material (0,71%) e curtimento e outras preparações de couro (0,57%). O principal centro fornecedor de couros e insumos correlatos do APL é Bocaina, concentrando 86% da atividade de curtimento e outras preparações de couro e 72,4% da atividade de fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente. Outros três municípios que constam formalmente no APL, Itapuú, Macatuba e Dourado, apresentavam somados apenas quatro estabelecimentos no segmento industrial coureiro-calçadista.

No restante do APL, Barra Bonita, Mineiros do Tietê, Dois Córregos e Bariri se dedicam, predominantemente, à atividade de fabricação de calçados de couro, com 4,8%, 4,7%, 3,8% e 1,8% de presença na produção regional, respectivamente. Pederneiras, por sua vez, tem pequena representativa na cadeia e na produção de calçados.

O APL de Jaú, segundo dados da RAIS, é responsável por cerca de 7,05% do VAF da Indústria de Couro e Calçados do Estado de São Paulo no ano de 2009, segundo dados da

Secretaria da Fazenda do Estado. Se considerarmos isoladamente o caso de Jaú, o município se coloca como o 4º. maior polo coureiro-calçadista do Estado, em termos de concentração espacial da produção, com VAF de mais de R\$ 122 milhões, ficando atrás apenas de Franca, Birigui e Lins. Com relação à produção industrial e sua especialização territorial, mais de 24,6% do VAF industrial de Jaú tem origem no segmento de couro e calçados. Considerando ainda o VAF fiscal, Bocaina aparece como o 14º. maior centro, Dois Córregos como o 25º., Barra Bonita o 34º. e Mineiros do Tietê como o 53º. .Dentro do APL, apenas Jaú responde por 88,5% do VAF da produção coureiro-calçadista.

O APL de Jaú apresenta também expressivos indicadores de concentração e especialização de empregos e estabelecimentos da atividade de “Fabricação de artefatos de couro, artigos para viagens, calçados e preparação de couros” (CNAE-15). O APL de Jaú apresentava, em 2009, um coeficiente de concentração de estabelecimentos na atividade coureiro-calçadista de 12,11%, sendo que apenas Jaú detinha 73,1% dessa concentração. O coeficiente (ou quociente) de concentração (QC) afere o impacto que determinado município exerce em determinado segmento industrial para seu Estado. Nesse caso, apenas Jaú respondia por 9,2% dos estabelecimentos da cadeia de calçados do Estado, tendo um aumento em seu coeficiente entre 2006-2009 de 15,4%.

Segundo Benko (1996), as economias de aglomeração, quando existem, levam geralmente à concentração geográfica da atividade econômica. Compreendem as economias de escala no nível da empresa (rendimentos de escala em função da produção de insumos pelas economias decorrentes do aumento da dimensão das unidades e serviços correlatos, podendo ser tecnológicas ou provir das economias de custos de fatores de produção), economias de localização internas à indústria e externas às empresas (possibilidade de adquirir insumos a preços mais baixos que em outros lugares, como as economias de transportes, informação e transação) e as economias de urbanização externas a todas as empresas e indústrias (disponibilidade de infraestrutura e de serviços às empresas).

Avaliando o QC-empregos na indústria de couro-calçados, através de dados da RAIS-2009, o APL de Jaú apresenta um valor de 15,4%, sendo que apenas o município de Jaú agrega mais de 85% dessa concentração setorial de empregos, Bocaina fica com 6,8% dessa aglomeração. Já o Coeficiente de Especialização (QE) na indústria mostra o impacto que

determinado segmento tem no conjunto da indústria de determinado município ou região. O APL de Jaú possui um QE-Estabelecimentos na fabricação coureiro-calçadista de 29,67%.

O município com maior especialização no segmento dentro do APL é Bocaina, com 61,2%, seguido por Jaú, com 55,1%, e Mineiros do Tietê, com 46,7%. Esse índice oscilou, no entanto, entre os municípios do APL no período de 2006-2009. Jaú, por exemplo, viu seu QE-Estabelecimentos aumentar, entre 2006-2007, em torno de 2,37% e no biênio 2008-2009 houve queda de 0,86%, reforçando a hipótese de crise aventada anteriormente quando da análise do valor adicionado industrial. O município de Jaú responde por 72,5% (RAIS-2009) dos estabelecimentos industriais formais que trabalham com couro e calçados no APL.

Na abordagem dos distritos industriais italianos, Sengenberger; Pike (2002) reconhecem como característica essencial desses modelos a existência de fortes redes de pequenas empresas que, através da especialização e da subcontratação, dividem entre si o esforço necessário para produzir determinados bens: a especialização contribui com aumento da eficiência e da capacidade coletiva para o distrito, no sentido de que o conjunto territorial passa a conter todos os processos e serviços prévios e subsequentes necessários à industrialização de uma família de produtos. Assim, segundo os autores supracitados, a proximidade geográfica entre firmas, pessoas e instituições favorece a difusão de ideias e inovações, colaboração entre setores privados e públicos e maior facilidade e velocidade de transações.

Santos; Silveira (2010, p. 135-136) ampliam o escopo de análise ao tratar das ‘especializações territoriais produtivas’.

Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade de intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado em um dado arranjo de objetos destinados à produção. (...) O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgida no trabalho comum constituem, entre outras, as condições técnicas e sociais que determinam as especializações territoriais.

8. A estrutura e dinâmica produtiva (estabelecimentos, porte dos estabelecimentos)

O APL de Jaú apresentou um crescimento médio de 11,9%, entre 2006 e 2009, no número de estabelecimento formais nas atividades de preparação de couros e fabricação de artefatos de couros, artigos para viagens e calçados, segundo dados da RAIS. O município que apresentou maior expansão produtiva no período foi Dois Córregos, com 55,5% de aumento, seguido por Jaú, com 15,2% e Barra Bonita, com 12,5%. O município que passou por um processo de 'desindustrialização calçadista' foi Pederneiras, que no período perdeu 63,6% de sua produção coureiro-calçadista. Mineiros do Tietê também apresentou queda de 3,03% na produção específica.

Dos dez municípios do APL, apenas dois deles, Jaú e Bocaina, concentram 86,6% da produção coureiro-calçadista regional. No conjunto, nota-se, no entanto, que o biênio 2008-2009 marca um período de retração da indústria local, com queda de 0,94% no número de estabelecimentos, em contraponto à expansão do biênio 2006-2007, que foi de 2%. Apresenta-se também uma mudança no protagonismo econômico. Barra Bonita assume o posto de segundo maior centro produtor do APL, em número de estabelecimentos, ultrapassando Mineiros do Tietê.

Essas mutações econômicas verificadas na territorialização regional da indústria calçadista em Jaú são possíveis porque as vantagens competitivas locais na cadeia produtiva são dinâmicas e podem ser criadas a partir de projetos e acordos institucionais inéditos, sendo menos uma questão de dotação inicial de fatores. Segundo Cassiolato; Lastres (2003), a base da competitividade das empresas em qualquer APL não se restringe a um setor único, estando fortemente associadas a atividades e capacitações para frente e para trás ao longo da cadeia de produção, incluindo *design*, controle de qualidade e atividades relativas ao *marketing* e comercialização.

Considerando o porte dos estabelecimentos (**Tabela 1**), verifica-se que o perfil socioprodutivo do APL calçadista é marcado por estabelecimentos de micro (até 19 funcionários) e pequeno porte (20-99 funcionários), que contemplam 98,4% dos estabelecimentos da produção de couro-calçados. Apenas Jaú aparece com estabelecimentos de porte médio (100-499 funcionários), que contempla apenas 2,05% dos estabelecimentos. No entanto, os estabelecimentos de porte médio, no ano de 2009, respondiam por mais de 24% dos empregos formais no segmento calçadista. No período de 2006-2009, houve um aumento no número de estabelecimento de porte micro, que aumentaram em mais de 2,2%, enquanto houve pequena

queda dos estabelecimentos de porte pequeno (2,1%) e médio (0,17%). A estrutura produtiva regional não contempla grandes empresas, com mais 500 funcionários.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos formais na atividade de “Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” (CNAE-15)

Municípios/Porte das empresas	Micro	Pequeno	Médio	Total
BARIRI	16	5	0	21
BARRA BONITA	31	5	0	36
BOCAINA	124	9	0	133
DOIS CORREGOS	26	2	0	28
DOURADO	1	0	0	1
ITAPUI	1	0	0	1
JAU	548	119	14	681
MACATUBA – SP	2		0	2
MINEIROS DO TIETE - SP	28	4	0	32
PEDERNEIRAS – SP	4	0	0	4
TOTAL DO APL	781	144	14	939

Fonte: RAIS/MTE

Santos; Diniz; Barbosa (2004) analisam que são as pequenas e médias empresas, em geral, que mais dependem da localização, porque têm mais dificuldades em abrir escritórios e filiais em outros lugares, porque possuem dificuldades de se realocar por uma questão de custos de investimentos e presença do proprietário, e porque dependem muito das relações que têm no local para obter escalas econômicas mínimas necessárias para se acessar serviços e externalidades. Cassiolato; Lastres (2003) concluem que são aumentadas as chances de sobrevivência de MPEs (Micro e pequenas empresas) quando participam de aglomerações produtivas locais, dando vantagens competitivas duradouras às empresas pela obtenção de sinergias coletivas e processos de aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmica inovativa.

É comum também haver estabelecimentos de porte micro na produção calçadista com apenas 1 ou 2 funcionários. Tal situação está associada a dois fatores: o emprego do trabalho familiar sem carteira e o uso da subcontratação de mão de obra para a fabricação dos sapatos ou de partes do mesmo. No primeiro caso, Sengenberger; Pike (2002) comentam que em muitos

casos de DIs o que proporcionaram a segurança foram mecanismos familiares como fontes alternativas de emprego e renda.

Trata-se de um mecanismo de flexibilidade da produção, desprovido de qualquer segurança social. No segundo caso, a diretoria do Sindicalçados explicou-nos que as empresas subcontratadas para oferecer trabalhos em partes da cadeia de produção calçadista são chamadas de “bancas”, sendo este um artifício muito comum para o segmento calçadista, garantindo a redução dos custos de produção pelo contrato do trabalho domiciliar, também desprovido de mecanismos de cobertura social.

9. Mão de obra

O emprego formal na indústria coureiro-calçadista apresenta distribuição e evolução heterogênea no APL de Jaú. Jaú responde por 86,7% dos empregos formais na indústria coureiro-calçadista, sendo que o segundo município mais representativo tem apenas 6,8% dos empregos. No período de 2006-2009, o município que apresentou maior evolução de empregos formais foi Mineiros do Tietê (73,6%), seguido de Dois Córregos (65,5%) e, de forma oposta, Pederneiras apresentou queda de 95,4% na atividade específica do APL. Na média, o APL apresentou uma expansão de sua base de empregos de 4,06% entre 2006 e 2009.

Pike e Sengenberger (2002) reconhecem a importância crucial da mão de obra como fator dinâmico da produção em modelos de DIs, analisada sob dois prismas: a qualidade da força, pré-requisito da eficiência e adaptação dinâmica e as organizações dos trabalhadores como parte integrante do contexto industrial.

Nos DIs, um requisito básico é a presença de um *pool* de mão-de-obra e perícias locais versadas nas várias funções e processos associados ao principal produto da comunidade – sapatos, móveis, máquinas ou qualquer outro. A perícia amplamente disseminada pode ser canalizada ‘através da comunidade’, de pai para filho, de mãe para filha e de colega para colega: assim faz parte de um patrimônio cultural duradouro do lugar. Outra possibilidade é que a perícia seja formada por escolas técnicas e agremiações de ofício (SENGENBERGER; PIKE, 2002, p. 134).

No segmento coureiro-calçadista (**Tabela 2**), a renda média dos empregos era, em 2009, de R\$ 773,57, apresentando uma evolução entre 2006-2009 de 29,04%. A título de contextualização, o salário mínimo em 2009 era de R\$ 465,00. O município do APL que concedeu melhores rendimentos no segmento analisado foi Dois Córregos (R\$ 817,22) e aquele

com rendimento mais baixo foi Barra Bonita (R\$ 696,00). Se considerarmos a regionalização da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Jaú é apenas o 23º. da região em termo de melhores rendimentos do trabalho no segmento de couro-calçados. São Paulo, Guarulhos, São Roque, Botucatu e Diadema são as primeiras em remunerações. O rendimento salarial médio ao APL de Jaú está abaixo também da média do Estado de São Paulo, em 2009, que foi de R\$ 949,00. Nenhum dos municípios do APL se posicionou acima dessa média.

Tabela2 – Renda salarial na atividade de “Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” (CNAE-15) nos municípios do APL de Jaú

Municípios/Anos	2006	2007	2008	2009
BARIRI	556,68	614,98	635,61	724,85
BARRA BONITA	552,51	614,38	635,21	696,6
BOCAINA	596,36	658,3	715,57	797,32
DOIS CORREGOS	668,18	670,6	710,4	817,22
JAU	683,67	732,68	805,41	865,68
MINEIROS DO TIETE	541,85	542,13	622,32	723,43
PEDERNEIRAS	603,37	560,73	773,34	789,94
MÉDIA DO APL	600,37	627,68	699,69	773,57
RA - BAURU	696,96	780,3	867,54	863,36
ESTADO DE SÃO PAULO	619,2	716,5	854,12	949,6

Fonte: RAIS-MTE.

Segundo informações do Sindicalçados, tem sido cada vez mais difícil atrair jovens trabalhadores para empregos na indústria calçadista. Esse fato estaria relacionado à crença de que o trabalhador de “chão de fábrica” da indústria calçadista é mal remunerado, no entanto, contrariando os dados, instituições do APL afirmam que os salários de Jaú estão entre os melhores para o segmento no Brasil. Vê-se também a correlação entre salários baixos e escolaridade mínima, mostrando que indivíduos que investem em mais tempo de escolaridade optam por outras ocupações no mercado de trabalho, mesmo estando presentes em Jaú unidades do Senai, Fatec e Etec.

Persiste, portanto, uma “via inferior de reestruturação industrial” (SENGENBERGER; PIKE, 2002) em muitos APLs, buscando melhorar o desempenho competitivo através de uma

estrutura salarial dividida, da isenção de medidas de proteção à mão de obra e de privilégios fiscais.

Salários ruins e contratos de trabalho por tempo determinado constituem um empecilho para que a firma capte e mantenha a mão-de-obra qualificada de que precisa para ter eficiência e flexibilidade; além disso, este enfoque raramente induz a empresa a 'investir' em sua mão-de-obra mais produtiva. Assim, como a firma não consegue um desempenho melhor nem tem outra opção, novos cortes de custos podem vir a ser inevitáveis, o que resulta em uma espécie de círculo vicioso de espiral descendente (SENGENBERGER; PIKE, 2002, p. 117).

Desse modo, não é possível ocultar que em aglomerações produtivas de estilo DIs e APLs ainda sobrevivem formas de organização do trabalho pré-fordistas, tal como: a flexibilidade no desempenho do trabalho, com dias de trabalho maiores e a eliminação de uma série de laços e garantias que previamente existiam; relevância do papel exercido pela 'economia informal' em situações de duplo trabalho; evasão de contribuição fiscal e previdenciária e, ainda, com a emergência do trabalho autônomo, em redes e esquemas de subcontratação (CACCIA, 2002).

Considerando o quesito escolaridade da força-de-trabalho, os empregados do segmento de preparação de couros e fabricação de calçados apresentavam em sua maioria (54,8%), em 2006, níveis de estudos entre o 5º. ano do Ensino Fundamental completo (5 anos de estudo) e 6º. ao 9º. ano incompletos (9 anos de estudo). Apenas 18,6% deles tinha o Ensino Médio Completo (12 anos de estudo), e uma ínfima parte estava cursando ou já tinha completado o Ensino Superior (1,83%). Esse quadro já melhora em 2009, em termos de escolarização da mão de obra. Mais de 36,6% já apresentavam Ensino Médio completo ou incompleto, e 31,8% possuíam ao menos o Ensino Fundamental completo. Há uma queda também no analfabetismo no segmento (0,012%), no entanto, praticamente não se verificou expansão nos empregos com curso superior completo ou incompleto, mostrando que o segmento não é atrativo, em termos salariais, a profissionais com curso superior ou mais (pós-graduação).

Benko (1996) ressalta a importância do trabalho e do mercado de trabalho como fatores de localização fundamentais para o desenvolvimento regional em espaços produtivos de indústrias que incorporam alta tecnologia. Tratando-se menos de uma questão setorial e mais de uma questão paradigmática do modelo de industrialização, o autor destaca os seguintes pontos fundamentais para a análise do trabalho que podem ser trazidos para a discussão sobre os APLs:

- 1º.) O trabalho produtivo nos novos centros de crescimento se lança nas novas experiências sociais e políticas, com configurações inéditas de poder, classes e tecnologias;
- 2º.) Os mecanismos e funcionamento do mercado de trabalho e seu papel na localização das atividades econômicas requer análises complexas, segundo sua amplitude e nível de urbanização, por exemplo;
- 3º.) A ampliação do mercado de trabalho e sua concentração geográfica permitem aos solicitadores estar em contato com ofertas de emprego mais numerosas, tornando maior a mobilidade da mão de obra e a reciclagem dos pedidos de emprego menos onerosa;
- 4º.) Nas aglomerações densas a alternância observada entre emprego e desemprego é mais rápida que nos espaços de densidade fraca;
- 5º.) O crescimento do mercado local de trabalho facilita as tarefas das empresas para o recrutamento dos empregados correspondentes aos perfis desejados, aplicando-se uma política de recrutamento mais flexível (contratação e dispensa conforme flutuações de conjuntura);
- 6º.) A diminuição do emprego local nas regiões de industrialização mais antiga e o nascimento de novos mercados locais de trabalho fazem emergir uma nova “política dos lugares”.

10. Relações externas (Dados de comércio exterior)

A participação dos municípios do APL de Jaú no comércio internacional paulista é pequena, mas não pode ser considerada desprezível. Entre 2004 e 2010, a região teve um aumento de mais 1.100% no valor de suas exportações, totalizando em 2010 mais de US\$ 2,04 bilhões. Os principais itens da pauta exportadora regional são o açúcar e o etanol, em razão de muitos dos municípios do APL terem Usinas sucroalcooleiras em seu território, como Macatuba, Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Dois Córregos e Jaú. Outros itens de destaque são, segundo dados do MDICEx (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior): Metalurgia, Máquinas e equipamentos e calçados femininos. Das maiores empresas exportadoras da região, em três municípios (Barra Bonita, Bariri e Bocaina) aparecem usinas sucroalcooleiras (Cosan, Raízen, Della Coleta, Tonon), em um deles aparece uma fábrica de móveis e um produtor de amêndoas (Dois Córregos-Zanzini Móveis e Maria Teresa Camargo, respectivamente) e em três

deles indústrias do segmento metal-mecânico (Jaú -LDS Máquinas/Equipamentos; Itapuí - Trident/Ind.de precisão; Mineiros do Tietê - Visual Kits Metalurgia).

Uma vantagem logística notável para a viabilização de exportações pela agroindústria regional é a passagem da Hidrovia Tietê-Paraná por muitos dos municípios citados, como Barra Bonita e Bariri, reduzindo os custos de transportes por volume de produto. Além disso, há a presença na região de rodovias pavimentadas duplicadas, sendo que Jaú está localizada estrategicamente entre dois eixos viários extremamente relevantes para a circulação econômica paulista: as rodovias Marechal Rondon e Castelo Branco, com prolongamento e acesso à capital paulista.

Segundo Silva (2003, p. 83), a logística representa uma operação de comando pela qual a empresa reconstitui a unidade do processo na interface com o mercado, articulando a infraestrutura de transportes e circulação (TIC) com os processos de distribuição e comercialização.

Organizam-se os fluxos de acordo com parâmetros específicos de condições de entrega, priorizam-se determinados meios de transporte e se observam rigorosos padrões de eficiência nas diferentes formas e/ou modalidades de abastecimento e distribuição.

No funcionamento das redes de pequenas e microempresas, ao contrário, não existe uma programação centralizada das condições de entrega e/ou das modalidades de abastecimento e distribuição. O grau de autonomia que singulariza o funcionamento de cada uma delas faz com que as atividades logísticas de pequena escala se multipliquem de modo ‘espontâneo’ e aberto no âmbito do distrito. Sendo assim, é menos a montagem de uma operação de comando centralizada e mais a utilização de um recurso disponível no território sob a forma de “infraestrutura e serviços correlatos e de apoio”, elemento que faz grande diferença para o conjunto de redes de um APL (SILVA, 2002).

Jaú, o município polo regional e município mais representativo no segmento calçadista regional, não aparece como o maior exportador do APL, e em sua pauta exportadora predomina também o segmento de máquinas e equipamentos (57,6% do total). Das trinta empresas exportadoras dos municípios, no biênio 2010-2011, 15 delas estavam associadas ao segmento calçadista. No ano de 2010, a atividade referida foi responsável por 14,4% das exportações de Jaú, já em 2011, essa participação decresceu para 4,68%.

As tendências apontam, não obstante, para a queda no volume de exportações para o ano de 2012.

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os dois primeiros meses do ano não foram positivos para o setor de couro. A receita das exportações brasileiras da matéria-prima totalizaram US\$ 289 milhões, valor que se configura em 4,3% abaixo do faturamento obtido no primeiro bimestre do ano passado. Para o setor calçadista a redução também existe, e é ainda maior. Com US\$ 199 milhões na soma de janeiro e fevereiro deste ano, o segmento sofre uma queda de 19,8% na comparação com os dois primeiros meses de 2011 (Fonte: <http://www.exclusivo.com.br>).

A produção de calçados do APL de Jaú se dirige, sobretudo, para o mercado interno. Conforme dados coletados em entrevista com a diretoria do Sindicalçados, maior partes das vendas do APL de Jaú é feita no atacado (em grandes quantidades), para os seguintes destinos, na ordem: São Paulo e Grande São Paulo, Interior de São Paulo, Estado do Rio de Janeiro e Estado do Paraná. Há também um forte entrosamento da produção e o comércio local, pois no município de Jaú existem cerca de 230 lojas de calçados de fábrica.

Segundo dados coletados no maior estabelecimento comercial de calçados femininos de Jaú, o *Shopping Território do Calçado* (no dia 19/05/2012), levando em consideração a origem dos automóveis de consumidores no varejo estacionados no estabelecimento, obteve-se o seguinte quadro geral, de uma amostra com sessenta e quatro automóveis:

- 1º.) O maior centro comercial especializado do município de Jaú, polo do APL calçadista, recebeu clientes de quarenta e quatro municípios diferentes, de três Estados da federação (SP, PR e MG);
- 2º.) Do total de veículos, mais de 93,7% eram provenientes do Estado de São Paulo, sendo que 26,5% da totalidade provinham da própria Região de Governo de Jaú;
- 3º.) O município atende a localidades que distam entre 300 e 500 quilômetros de distância, localizadas no Estado de São Paulo (Região metropolitana de São Paulo e de Campinas, RA da Baixada Santista, RA de São José do Rio Preto, Curitiba-Paraná, Poços de Caldas-Sul de Minas Gerais). No entanto, maior parte dos municípios consumidores estão localizados em um raio de menos de 100 quilômetros de viagem, entre uma hora e uma hora e quinze minutos de deslocamento.

Figura 6 – Fachada do Shopping Território do Calçado, em Jaú, maior centro de compras de calçados femininos do município, localizado junto à rodovia SP-225 (Cmte João Ribeiro de Barros)



Fonte: <http://capricho.abril.com.br/>

Becattini (2002) afirma que uma característica maior de sistemas locais de pequenos produtores é o laço que os une aos mercados externos de escoamento de seus produtos, provando que esses sistemas e arranjos não são fenômenos exclusivamente locais.

A criação de um distrito industrial autêntico (*APL por aproximação*) não precisa somente da adequação, em um dado lugar, das condições técnico-produtivas e das características socioculturais. Depende também (...) da possibilidade de escoar regularmente para o exterior os excedentes (em relação ao consumo local) de produtos específicos, da constituição e consolidação de uma rede estável de conexões com os mercados finais. E por fim, depende da capacidade de impor uma ‘imagem’ distintiva do distrito, e em certo sentido, capaz de ilustrar as diferentes empresas que o compõe (BECATTINI, 2002, p. 48).

A produção calçadista jauense adere àquilo que se chama de “indústria da moda”, apostando no lançamento constante de inovações incrementais de produto, no estilo *fast fashion*. Caccia (2002) observa que é algo comum aos setores têxtil, vestuário e calçadista se organizarem em empresas classificadas como ‘*artesanais*’ e aplicarem o ‘sistema moda’, comum no modelo da empresa Benetton, localizado nas províncias de Padova, Treviso e Vicenza (Terceira Itália).

O sistema moda constitui historicamente a base do modelo de PMEs nestes territórios e passa atualmente por uma situação de forte competição internacional. As redes produtivas locais estão inseridas no processo de internacionalização econômico-financeiro, casando a organização produtiva territorial com a dinâmica global. Nesse setor estão se evidenciando, em

consequência da internacionalização do ciclo produtivo, os primeiros sinais da crise que compreende, inicialmente, o 'elo frágil' representado pelos subfornecedores (CACCIA, 2002, p. 243).

Cassiolo; Lastres (2003) reconhecem que a inovação e o conhecimento colocam-se, de forma crescente, como elementos centrais da dinâmica e crescimento de regiões, setores, organizações e instituições, sendo que alguns conhecimentos de caráter localizado e específico continuam tendo um papel primordial para o sucesso inovativo e continuam difíceis de serem transferidos.

11. Serviços correlatos (Educação, Treinamento e Apoio industrial)

Conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado, o APL de Jaú apresenta os equipamentos de formação e de treinamento para a área calçadista concentrados na cidade Jaú. Em Jaú estão localizadas duas unidades da ETEC (Escola Técnica Estadual)-Centro Paula Souza, uma unidade da FATEC e uma unidade do SENAI. Esses estabelecimentos entram naquilo que Manzagol (1985) chama de "economias externas de urbanização", como serviços altamente especializados, beneficiando as indústrias localizadas no APL, independente de suas operações comerciais internas. Essas externalidades de urbanização estão diretamente associadas ao volume de investimentos públicos que aporta para as regiões e seus arranjos produtivos.

A ETEC "Joaquim Urias" tem caráter agrícola e oferece cursos técnicos na área de agricultura. A ETEC "Joaquim F. do Amaral" está localizada na área urbana e oferece cursos nas áreas de mecânica, eletrotécnica, edificação, segurança do trabalho e enfermagem. A ETEC de Barra Bonita, por sua vez, foi incorporada ao sistema Paula Souza em 1994 e oferece sete cursos técnicos regulares (Administração, Eventos, Contabilidade, Informática, Informática para Internet, Marketing e Secretariado). A unidade jauense da FATEC (Faculdades Tecnológicas), também do sistema Paula Souza, oferece dentre outros cursos de graduação e tecnológicos, o curso de "gestão da produção industrial para calçados", diretamente focando nas atividades do APL. O representante sindical entrevistado, Sr. José Ferreira, ressaltou a importância da estrutura FATEC/ETEC para a qualificação da mão de obra no APL.

A unidade do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, ligado à FIESP) de Jaú oferece também, dentre outros cursos curtos e de longa duração, o curso de "técnico de

calçados", eminentemente focado no APL. Também oferece cursos de formação inicial e continuada para muitos dos ofícios da indústria de calçados, tais como: estilista, modelista de cabedais, cortador, pespontador, planejador de produção e confeccionador industrial. Segundo o Sindicalçados, uma das principais ações do APL que trouxe benefícios aos empresários dos calçados foi a criação de um centro de *design* de calçados junto com o Senai, além de um laboratório de análises físicas do calçado, junto com o IBITEC (Instituto Brasileiro de Tecnologia de Calçados).

Os municípios do APL de Jaú não possuem Escritório Regional do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas) em seu território, apenas agências ligadas às Associações comerciais. A unidade mais próxima a atender a região é o EDR de Bauru.

Segundo o Sindicalçados, a ação do Sebrae junto à indústria calçadista local se iniciou nos anos 1990, com a tentativa de implantar um *cluster* em Jaú, em parcerias com a FEA/USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo) e FGV (Fundação Getúlio Vargas). Nesse início, buscou-se implantar alguns projetos, como: central de compras, apoio a vendas, informações para empresas, laboratório de análises e incubadora de empresas. Em fins dos anos 1990, o Sebrae abandonou os projetos, no entanto, muitos deles foram implantados pelos próprios empresários. A incubadora de empresas, por exemplo, encerrou suas atividades em Jaú, pois o Sebrae não poderia mais contratar profissionais terceirizados em seus projetos e a prefeitura não quis arcar sozinha com os custos do projeto de inovação.

Santos; Silveira (2010) observam a relação entre as novas formas organizacionais e os acréscimos de ciência, tecnologia e informação em um laboratório de Jaú, associado ao Centro Tecnológico do couro, calçados e afins em Nova Hamburgo/RS. Tais centros prestam assessoria sobre couros e processos produtivos aos empresários, a partir de pesquisas de matérias-primas e calçados prontos. Gurisatti (2002) complementa que a rede difusa de cidades oferece às pequenas empresas um bom sistema de produção de bens e serviços públicos, ou seja, condições externas favoráveis.

Para Cocco, et al. (2002), a configuração flexível de redes de pequenas empresas, como o modelo de DIs, poderia dar respostas às flutuações quantitativas e qualitativas da demanda, consolidando capacitações tecnológicas endógenas pela desconcentração produtiva pelo território, de pequenos e médios empreendimentos. Tal situação potencializa a criação de externalidades positivas através da parceria entre firmas individuais (promoção de P&D,

marketing, canais de comercialização, obtenção de crédito) e ações de cunho institucional, efetivadas no âmbito das associações, sindicatos, consórcios, escolas técnicas etc.

No entanto, a aposta no modelo de pequenas empresas como parâmetro substitutivo do modelo fordista de grande empresa é criticada por Martinelli; Schoenberger (1994). Segundo as autoras, o sucesso de pequenas empresas se deve, muitas vezes, à exploração da mão de obra, desqualificação e a empregos mal-remunerados. Outro aspecto apontado pelas autoras é que os oligopólios industriais associados a grandes empresas não foi substituído pelo modelo de pequenas empresas, pois a flexibilização produtiva foi uma estratégia encontrada pelo grande capital no sentido de internacionalização da produção, reduzindo custos de trabalho, aumento da produtividade espacial e manutenção de um controle integrado pelo acesso às tecnologias de comunicação à distância.

12. Atores e instituições locais

Para Markusen (2005), um ator é figura fundamental na organização do espaço econômico, sendo definido como as instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que definem estabelecer ou criar firmas em determinados locais, trabalhadores que tomam a decisão de migrar, incluindo também entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, sindicatos trabalhistas e, acima de tudo, o Estado. As grandes corporações empresariais, os sindicatos trabalhistas, e até mesmo as cidades-região, são tratadas como atores.

Segundo o *Plano de Desenvolvimento Preliminar* para a instalação de um APL da indústria calçadista na região de Jaú, a governança do APL seria exercida formalmente pelos seguintes atores institucionais:

-->SINDICALÇADOS (Sindicato da Indústria de Calçados de Jaú), fundado nos anos 1970 e cuja sede fica em Jaú;

-->FIESP/CIESP (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), unidade de Jaú;

-->SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/ Representação de São Paulo), cujo Escritório Regional está localizado em Bauru;

-->SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com unidade em Jaú;

-->PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÚ, mais especificamente através de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

-->FATEC (Faculdade de Tecnologia de Jaú), com unidade em Jaú;

-->ABICALÇADOS (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados): tem sede em Novo Hamburgo/RS, na região produtora de calçados do "Vale dos Sinos";

-->ASSINTECAL (Associação Brasileira das Indústrias de Componentes para couro, calçados e artefatos): com unidades em Novo Hamburgo/RS, São Paulo/SP, Franca/SP, Jaú/SP, Birigui/SP, Nova Serrana/MG e São João Batista/SC.

-->IBITeC (Instituto Brasileiro de Tecnologia em Calçados): localizado em Novo Hamburgo/RS;

-->UFSCar (Universidade Federal de São Carlos): através do Centro de Caracterização e Desenvolvimento de Materiais (CCDM) e do Núcleo de Informação Tecnológica de Materiais (NIT);

-->UNESP (Universidade Estadual Paulista): campus de Bauru;

--> SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), com cursos em Jaú, na área de comércio, com foco em *marketing* e vendas para segmento calçadista;

-->SESI (Serviço Social da Indústria), com unidades nas cidades de Jaú, Barra Bonita e Pederneiras;

-->IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológicas), localizado em São Paulo e ligado à Secretaria de Desenvolvimento do Estado. Tem atuação de interesse ao APL nas seguintes áreas: centro de tecnologia de processos e produtos, centro tecnológico da indústria da moda, núcleo de atendimento tecnológico à micro e pequena empresa;

-->Empresas individuais do APL de Jaú.

Das quinze instituições listadas no Plano de Desenvolvimento do APL, oito delas têm atuação que extravasa os limites do APL, considerando o fato de que sete delas não possuem localização física no APL. Nove instituições têm sede ou unidade em Jaú e região e forte atuação

institucional no segmento calçadista e no território local. Três instituições participantes da governança, a ABICALÇADOS, ASSINTECAL e IBITEC, têm forte atuação no plano de governança setorial da indústria calçadista. Considerando que algumas empresas do APL são associadas a tais entidades, elas acabam também por interferir na governança territorial à medida que são influentes na processualidade do segmento calçadista nacional e estadual.

Nota-se que não há participação de nenhuma entidade de representação de trabalhadores na estrutura de governança do APL. Segundo o diretor executivo do Sindicalçados, essa exclusão ocorre porque o próprio Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Jaú, ligado à CUT (Central Única dos Trabalhadores), se afasta das reuniões e eventos por interesses políticos, já que sua mais influente liderança é vereador na cidade para manter sua posição de enfrentamento em relação ao empresariado calçadista.

O referido Sindicato foi fundado em 1990 e, segundo um de seus dirigentes mais antigos (Sr. Ferreirinha), a entidade não se aproxima do APL, pois acredita que se trata de algo exclusivo dos empresários. Afirma também que uma série de melhorias foram conseguidas com ações do Sindicato, em iniciativas de denúncias ao Ministério público do Trabalho de situações de trabalho irregulares na indústria calçadista, com o possível não cumprimento de contratos, obrigações trabalhistas e normas de segurança (Informativo SinTrabalho).

Um segundo aspecto-chave da mão-de-obra como fator de produção refere-se às relações de cooperação entre trabalhadores e empregadores e suas respectivas organizações coletivas. Só é possível construir essa cooperação com base em um processo de confiança mútua; por conseguinte, o desenvolvimento de economias pautadas pela ideia de distrito seria mais difícil *em regiões com uma história de comportamento hostil de um lado e outro. Também não é segredo que os sindicatos manifestaram reservas quanto às políticas voltadas para a promoção de pequenas empresas por causa da relativa fraqueza, quando não ausência de suas organizações nesse setor.* Um problema básico é que organizar o setor de pequenas empresas e oferecer-lhe serviços sindicais é mais oneroso, difícil e complicado do que costuma ser no caso das grandes empresas (SENGENBERGER; PIKE, 2002, p. 137, grifo nosso).

Em informativo do Sindicato, afirma-se que muitas conquistas foram obtidas pela ação sindical, como: ampliação da cesta básica; reajustes acima da inflação, garantindo ao trabalhador jauense o melhor salário do segmento no país (*afirmação não confirmada pelos dados*), viabilização de dois conjuntos habitacionais (João Balan I e II), em convênios com o governo federal, centro de especialidades médicas e farmácia popular aos trabalhadores do segmento calçadista.

Segundo o diretor executivo do Sindicalçados, sindicato dos empresários da indústria calçadista de Jaú e região, o projeto do APL é efetivamente mantido por um grupo de empresários politicamente interessados (cerca de 20 deles) e ligados ao sindicato patronal. É esse grupo, não formalizado, que interage nas reuniões com o Sebrae e que agiliza parcerias com serviços de formação e treinamento, universidades e laboratórios. Ainda segundo o diretor, os empresários mais antigos não têm uma visão de atuação de forma "cooperativa", daí que as ações de parcerias para cursos, eventos e aperfeiçoamentos fiquem restritas a determinadas lideranças empresariais. Foi também ressaltada a parceria com o Sebrae, para compras coletivas; com o Senai, na montagem de um laboratório de análise de materiais e insumos; e com a Prefeitura local, para realização de feiras e apoio na deposição de resíduos da cadeia produtiva.

Porter (1999) manifesta como poderia ser importante a participação das associações comerciais e órgãos coletivos para o sucesso competitivo dos aglomerados, especialmente naqueles em que prevalecem empresas de pequeno e médio porte.

As associações ou os órgãos coletivos (como o Sindicalçados) institucionalizam os elos do aglomerado. As associações geralmente assumem a iniciativa na organização de feiras e delegações nacionais e internacionais; desenvolvem programas de treinamento, em conjunto com instituições locais; gerenciam consórcios de compradores; implementam atividades de pesquisa e instalações de testes, com base em universidades; coletam informações relacionadas com o aglomerado; proporcionam um ambiente adequado para a discussão de problemas gerenciais comuns e se dedicam a muitas outras questões de interesse comum. Essas atividades se adicionam às funções tradicionais de atuar como interface com os governos local, estadual e central, orientando as reformas nos regulamentos e representando o aglomerado junto a outros agrupamentos empresariais (PORTER, 1999, p. 274).

A prefeitura de Jaú, em especial, através de seu então secretário de desenvolvimento econômico (Sr. Paulo Henrique de Campos, até o mês de maio de 2012), apoiava as iniciativas do APL através de subsídios para infraestrutura de eventos e também em outros níveis político-administrativos, com apoio político aos pedidos de redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da cadeia.

No entanto, segundo o secretário, representantes do poder público local nunca foram convidados para reuniões sobre o APL, algo restrito à parceria do Sindicalçados com o Sebrae e Fiesp. Nesse sentido, afirma que seria importante se pensar na construção de um Conselho de Desenvolvimento Regional em Jaú que tivesse a preocupação de reunir representantes do poder

público, empresários, trabalhadores e sociedade civil a fim de definirem prioridades para a economia local, ampliando para a população as experiências mais restritas do APL.

Porter (1999) afirma que a atuação do governo para o aprimoramento de aglomerados pode encorajar a competição, estimulando o desenvolvimento de bens públicos ou quase públicos (centros de treinamento e formação, laboratórios de pesquisa, sistema de crédito, infraestruturas de circulação), com um impacto forte sobre muitos negócios interconectados e dando retornos mais elevados em setores de atividade e na economia em geral. Ainda, segundo o autor, os aglomerados proporcionam um meio para a reunião de empresas, governos e instituições locais, oferecendo mecanismo de aproximação governo-empresas.

Sengenberger, Pike (2002) ressaltam que o Estado e seus governos locais têm um papel vital a desempenhar em relação ao desenvolvimento e recuperação da economia local, destacando determinados aspectos essenciais de sua atuação:

1º.) Autoridades locais podem intervir para buscar a transformação de regiões e protodistritos em sistemas sociais e econômicos dinâmicos, introduzindo inovações em aglomerações locais já existentes;

2º.) As agências do governo local podem ser eficazes na provisão de infraestruturas de serviços e meio ambiente, por exemplo, que vão da criação de parques industriais especiais ao incentivo à instalação de centros de serviços financeiros e educacionais.

3º.) A autoridade local pode atuar como coordenadora social, reunindo diferentes grupos de interesse para debater os problemas da região e elaborar programas de ação de comum acordo.

4º.) Apoio na implementação de redes de cooperação, promovendo insumos desejados, capacitando recursos humanos e partilhando informações vitais sobre fornecedores, mercados, modas, tecnologia, legislação etc.

5º.) Apoio ativo a associações independentes de donos de pequenas empresas capazes de se tornar porta vozes de políticas que promovam seus interesses setoriais específicos, tal como no apoio à ampliação da competitividade em mercados finais, oferecendo meios para realização de feiras comerciais, dispositivos conjuntos de comercialização e centros de serviços para todos, ou criando um marco jurídico e regulatório adequado à organização específica da produção ou serviço da economia local.

Em Jaú, a prefeitura municipal está terminando a construção de mais um Distrito Industrial, no distrito rural de Potunduva, para receber empresas de diversos segmentos, com isenção total ou parcial de carga tributária. A cidade já possui dois outros Distritos mais antigos, sendo que o Distrito Industrial II, junto à rodovia que liga o município a Bauru e Brotas, é aquele que recebe maior parte das empresas locais de fabricação de calçados. O Secretário de Desenvolvimento econômico de Jaú, Sr. Paulo Campos, destacou também o apoio que a prefeitura oferece à realização de feiras no segmento local de couro-calçados, como a “Jaú Trend Show”, que em maio de 2012 esteve em sua 7ª. Edição, e serve de vitrine para as tendências de outono-inverno da cadeia de calçados, bolsas, acessórios e componentes.

Como ação em outro nível da escala político administrativa, podemos destacar o anúncio do governo estadual quanto à redução da alíquota do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) do setor calçadista de 12% para 7%. Segundo o prefeito municipal de Jaú, Sr. Osvaldo Franceschi Júnior (PV), essa “conquista” para o segmento de Jaú resultou de inúmeros audiências com o governador, junto de representantes do polo calçadista de Franca e Birigui (JORNAL GENTE, 24/04/2012, p. 05).

Essas ações refletem aquilo que Santos (2009) caracteriza como as condições para o exercício da produtividade espacial dos lugares, ou seja, a mobilização de seus arcabouços técnicos e normativos para atrair instalações empresariais, tendo em vista possíveis benefícios sociais e políticos dessa atratividade. Nesse sentido, os territórios locais podem se colocar como normas às ações das empresas, pois regulamentos municipais, estaduais e federais podem facilitar ou dificultar os projetos capitalistas de mobilidade espacial e controle dos custos de produção.

O APL de Calçados femininos de Jaú e região é considerado um arranjo integrante do "Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo", mantido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, em parceria com o Sebrae e a Fiesp. O APL de Jaú existe formalmente e institucionalmente desde 2005, quando foi incluído na lista de APLs prioritários que as secretarias estaduais teriam para implementar o projeto de aumento de competitividade de APLs no Brasil, em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

No entanto, o APL não existe enquanto entidade jurídica de direito público. Sua estrutura operacional é baseada em dois elementos: a) O Sindicato da Indústria Calçadista de Jaú, o Sindicalçados, existente desde 1979 e que cuida da parte estrutural e oferece as instalações físicas, atuando efetivamente como comitê gestor do projeto e b) A coordenação geral que é realizada por um grupo de empresários e algumas entidades, que efetivamente realizam as reuniões, encaminham demandas e viabilizam projetos.

Trata-se daquilo que Negri (2002) chama de *empresário político*. É um ator que aglomera sinergias a partir das redes culturais e econômicas que constituem o local, e é nesse nível de atuação que se define o patamar da produtividade global do sistema econômico. O empresário político é um ator constituído de poder para intervir na estrutura de governança do APL e, assim, direcioná-la para atender aos seus interesses particulares, conciliando ou não, com os interesses da coletividade de trabalhadores, consumidores e outros empresários não-políticos.

(...) o empresário político é aquele que exerce essencialmente sua função produtiva realizando a reunião das condições sociais, administrativas e políticas da produção. Isso significa que a função empresarial vem depois da organização da produção, que se apresenta de maneira autônoma; que a organização autônoma dos fatores produtivos precede o empreendimento (NEGRI, 2002, p. 61).

13. A governança territorial e suas características

A governança se apresenta como uma construção política e institucional envolvendo atores públicos, privados e sociedade civil, em torno de acordos e projetos de cooperação, como é o caso dos APLs, com diferentes dosagens de hierarquia e relações de poder entre as partes envolvidas. Assim, ela pode ser formada por três elementos principais:

- a) Um *processo*, entendido pelo conjunto formado pela dinâmica, bloco, concertação, redes e pactos socioterritoriais;
- b) Uma *essência ou natureza*, com diferentes níveis de apropriação pública, privada ou mista do processo e;
- c) Um *território*, constituído por uma rede de municípios articulados a segmentos e partes da cadeia produtiva territorializada e unificada por um APL, mas que não escondem as diferentes

capacidades econômicas e políticas dos lugares em se oferecer externalidades às atividades produtivas.

Retomando abordagem de Dallabrida (2006), faz-se a análise da dinâmica de construção histórica da governança territorial para o aglomerado calçadista de Jaú da forma que se segue.

Identificamos uma dinâmica territorial (*que são as ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente*) pautada nas parcerias entre as empresas e seu representante, o Sindicalçados, com outras instituições, como o Sebrae, a Fiesp, Fatec, Senai, Assintecal, Prefeitura municipal, buscando resolver problemas atrelados à aglomeração produtiva, tais como: melhoria do produto e investimento em *marketing* e *design*; qualificação da mão de obra; descarte de resíduos da produção calçadista; realização de feiras locais e participação em feiras externas; montagem de laboratórios de testes e qualidade, estímulo às exportações (Parceria com a APEX - Agência de Promoção de Exportações, do MDICEx) entre outros.

As ações do APL giram em torno do projeto de estímulo à competitividade de MPes financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), em uma rede formada pelo Sebrae, Fiesp e Sindicalçados. Tal projeto cobre significativa parte dos custos com cursos, consultorias e compra de equipamentos no arranjo.

O bloco socioterritorial (*conjunto de atores situados histórica e territorialmente e que pela liderança que exercem localmente assumem a tarefa de promover a definição dos rumos do desenvolvimento do território*) é constituído por atores públicos e privados, dentre os quais se destacam: o *Sindicalçados*, com mais de 250 associados, atuando como o grupo gestor do APL, formado por cerca de duas dezenas de empresários líderes; o *Sebrae*, que é responsável pela parte técnica do projeto APL; a *Fiesp/Ciesp*, responsável, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, pela parte política, institucional e financeira do projeto; e o *Poder público local*, responsável pelo apoio a projetos e pela intermediação externa de demandas do setor e as instituições Senai, Fatec e outras (Unesp, IPT), responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico e aprendizagem da mão-de-obra no segmento.

Já a concentração social (*nível em que os representantes das diferentes redes de poder assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada através de procedimentos*

específicos) ocorre por conta de determinados projetos cujas especificações financeiras, técnicas e políticas exigem o compartilhamento de poderes, como na formação de um laboratório de análises físicas do calçado, com o Senai e o Ibitec; implementação de um centro de amostra de materiais e insumos do calçados, na sede do Sindicalçados, em parceria com a Assintecal; em cursos de formação e reciclagem, oferecidos pelo Sebrae e Senai; em feiras para atacadistas e varejistas, em parceria envolvendo o Sindicalçados, Sebrae, Senai, Senac, Fiesp/Ciesp, Fatec, Assintecal e Prefeitura municipal.

Nesses casos, todos os projetos tiveram como figura central da gestão descentralizada o Sindicato patronal, afastando esse projeto de governança de um modelo participativo, democrático e plural, devido à falta de participação nas redes de poder de atores fundamentais, como o sindicato de trabalhadores, e pelo peso grande dos atores privados e pequeno poder de intervenção do ator público municipal.

Pensando nas *redes de poder socioterritorial* (*segmentos da sociedade organizada representados pelas suas lideranças que assumem posição hegemônica e direciona político-ideologicamente o processo de desenvolvimento*), a principal delas decorre da aproximação de um grupo gestor de empresários calçadistas de Jaú, vinculados ao Sindicalçados, que se reúnem periodicamente e avaliam o desempenho do segmento, apresentam as dificuldades socioeconômicas da região e tentam organizar, por meio de projetos, atividades que tragam melhorias técnicas e incrementais à produtividade local de calçados femininos.

Por fim, o único *pacto socioterritorial* (*acordos ou ajustes decorrentes da concertação social que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente*) existente, em termos de coordenação territorial e financeira de um grupo de atores, é o do programa *APL*, que funciona através de ações e focos, dentre os quais citamos: núcleos profissionalizantes (Prefeitura, Senai, Sindicalçados), cursos técnicos (Senai, Sindicalçados), cursos de nível superior (Fatec), curso de MBA (Sindicalçados e Faculdades Integradas de Jaú), consultorias especializadas (Sindicalçados, Sebrae, Senai e Assintecal), incubadora de MPEs (Fiesp, Sebrae, Prefeitura e Sindicalçados), distrito industrial (Prefeitura, Sindicalçados), apoio a fornecedores (Assintecal, Sindicalçados), *governança do APL* (Sindicalçados e todas as outras instituições), política ambiental para o setor (Fatec, Sindicalçados, Prefeitura e Sebrae), coleta de resíduos (grupo de meio ambiente, Sebrae), celeiro

de artesanato (Prefeitura), laboratório de qualidade (Senai, Sindicalçados), e o PAE-Programa de Apoio ao Empreendedor (Sebrae, Prefeitura, Fiesp, Associação Comercial, Sindicalçados).

Assim, a primeira instituição nos parênteses é aquela que coordena o projeto, as demais são as parcerias. Nesse sentido, notamos a constante frequência do Sindicalçados nas ações, revelando sua importância e poder dentro da governança do APL.

Quanto ao tipo de governança do APL, seguindo abordagem de Colettis; Gilly, et al (1999), classificamos a governança da rede socioterritorial calçadista de Jaú como uma *governança privada coletiva*, que se define quando o ator chave é uma instituição formal que agrupa operadores privados e impulsiona a coordenação das suas estratégias. Encontram-se, neste caso, as Câmaras de Comércio, os sindicatos profissionais e qualquer forma de clube que agrupe operadores privados.

Um grupo de operadores privados, ligados ao Sindicalçados, assume a coordenação do projeto APL e desenvolve ações em conjunto com instituições públicas e privadas, estimulando a criação de serviços e infraestrutura que favoreçam o desempenho competitivo do segmento calçadista. Esses serviços aparecem, muitas vezes, como bens públicos ou quase-públicos, como o exemplo dos cursos técnicos específicos para o segmento de couro-calçado oferecidos pelo Senai.

E, por fim, a governança da rede político-administrativa associada ao APL calçadista, considerando adaptação de Fuini (2010) da abordagem teórica de Storper; Harrison (1994), se apresenta no formato de um *anel núcleo com município líder*, caso em que o município líder é largamente independente dos outros municípios produtores vizinhos, o que lhe dá a possibilidade de determinar, pelo menos parcialmente, a sua periferia; por conseguinte, o seu arcabouço de empresas condiciona a existência das empresas dos seus vizinhos. Poder assimétrico hierarquizado.

Apesar do APL ser formalmente composto por dez municípios, a concentração econômica de Jaú nas atividades da cadeia de couro-calçados é quase absoluta e sendo Jaú a única cidade de porte médio da região (capital de sua RG), acaba também possuindo uma aglomeração comercial e de serviços públicos e privados (escolas, escolas técnicas, hospitais etc) que polariza a sua *hinterland*, atraindo fluxos materiais e imateriais para si.

No plano da aglomeração calçadista, Jaú define a sua periferia, pois adquire insumos dos municípios vizinhos, principalmente o couro dos curtumes, e seu arcabouço de micro, pequenas e

médias empresas (mais de 680) - em diferentes atividades do segmento de couro-calçados, mas concentradas principalmente na manufatura do produto final – condiciona a existência das empresas dos municípios vizinhos, devido àquilo que Santos; Silveira (2010, p. 135) denominam de divisão territorial do trabalho interna à região.

Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade de intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber fazer ancorado em um dado arranjo de objetos destinados à produção. Isso vem talvez mostrar o lado mais ativo da mencionada divisão territorial do trabalho.

Assim, a governança desse território em rede é reconhecida por um poder assimétrico e hierarquizado, baseado na concentração elevada de poder econômico e político da indústria calçadista no município de Jaú. Os demais municípios sequer são citados em documentos oficiais de estruturação do APL.

Além disso, trata-se de um perfil de governança de natureza privada, acompanhando a própria natureza da territorialização da política pública para APLs no Estado de São Paulo (2007) que acabou se pautando em um acordo restrito com comitês gestores localmente autoproclamados e associados, geralmente, a sindicatos e associações patronais, fugindo de uma ideia inicial da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia que seria de fomentar a construção das governanças locais do projeto através de um diálogo com diferentes instituições privadas, públicas e da sociedade civil organizada. A governança do APL calçadista assume, portanto, um perfil corporativo, restritivo e como reflexo dos interesses ligados ao universo de relações do sindicato patronal local.

14. Considerações finais

O presente texto analisou a temática dos Arranjos Produtivo Locais (APLs), considerando o quadro teórico que referenda esse conceito e ferramenta de política pública e privada de desenvolvimento. Com profundidade foi analisado o caso do APL de calçados femininos de Jaú e região, explorando-se elementos que vinculam fortemente a aglomeração produtiva ao território, sobretudo quando se considera sua alta especialização e concentração industrial e os atores e instituições envolvidos na governança do arranjo.

A discussão e validade dos APLs está fortemente associada à existência, ou não, de economias externas de localização e de urbanização presentes em um ou mais municípios que

compõem a rede urbana que consubstancia a aglomeração econômica. O surgimento, evolução e enraizamento territorial de pequenos negócios depende fortemente do conjunto de serviços especializados (públicos e privados), infraestrutura de circulação, energia etc. e de informações e contatos existentes nos territórios locais, que permitiram a criação de economias de escala e de variedade essenciais na competição com outros territórios.

No entanto, apenas fatores estritamente mercantis e microeconômicos já não são mais suficientes. Reconhece-se cada vez mais a importância das diferentes formas de planejamento, gestão e controle da cadeia produtiva territorializada, reconhecida em seus principais atores (empresas, poderes públicas, sindicatos, associações) e que reunidos em projetos específicos definem a governança de um APL. A governança de um APL perfaz um movimento constante de coordenações e conflitos em torno de relações de poder expressas entre os diferentes componentes daquilo que Leborgne; Lipietz (1994) chamam de "bloco socio-territorial" e que Dallabrida (2006) denomina de "redes de poder socio-territorial".

Nesse sentido, o APL de Jaú compõe um quadro de territórios/espços urbanos complementares e que giram em torno do principal polo e aglomeração produtiva coureiro-calçadista regional: o próprio município de Jaú. Assim, a governança emerge como algo mais concreto, mesmo que restrito, a partir de 2004 e 2005, com a definição de um plano de desenvolvimento para o APL e com o reconhecimento dos principais atores que comporiam o projeto através de parcerias institucionais mais amplas.

Nesse sentido, o delineamento privado da governança, envolto em interesses corporativos e privados do segmento calçadista jauense, e o caráter regional dessa governança associada à estrutura de uma cadeia produtiva comandada por um município líder, são elementos conclusivos possíveis de se obter e que demonstram, como subprodutos, a evolução da formação socioespacial (SANTOS, 2002) e da divisão territorial do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2010) que configuram o conjunto APL-Território-Espço Urbano estudado.

E, por fim, percebeu-se que a montagem de um embrião de regulação territorial local, em consonância ao quadro de descentralização político-administrativo brasileiro, não conseguiu articular forças suficientes para dar respostas à crise setorial vivida pelo segmento calçadista brasileiro, fragilizado pelas condições tributárias (alto valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS), cambiais e de concorrência internacional, mostrando o quão

frágil e incompleto é ainda o nível territorial local e regional de governo para lidar com questões macroeconômicas que imperam nos níveis nacional e global.

Esses problemas se agravam quando se evidencia que o projeto de se criar uma governança para a aglomeração calçadista de Jaú e região ficou resumido ao quadro relacional restrito do sindicato patronal calçadista de Jaú, sem receber influência relevante na rede de poder socioterritorial de atores públicos e institucionais ligados à sociedade civil local. O desenho da política territorial de APLs paulista contribui com isso, pensado no curto prazo e em restrições para o número de interlocutores do projeto. Portanto, perdeu-se uma grande oportunidade e a gravidade dos problemas socioprodutivos se não aumenta, se mantém.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. **Gestão de sistemas locais de produção e inovação: Clusters/APLs**. São Paulo: Atlas, 2009.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição, 33-44.

BASÍLIO, P. Estado de São Paulo reduz em 9,5% verbas para polos regionais. **Folha de São Paulo**, Caderno Classificados-Negócios, São Paulo, 30/10/2011.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição, p. 45-58.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul/dez 2001.

CACCIA, G. Modelos empresariais e figuras do trabalho no nordeste da Itália. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Unesp, 2008, 3ª. ed.

COLLETIS, G., GILLY, J.P., LEROUX, I., PECQUEUR, B., PERRAT, J., RYCHEN, F., ZIMMERMANN, J.B. Construction territoriale et Dynamiques productives. **Revue Sciences de la Société**, n. 48, Outubro de 1999.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **3º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006. Disponível em <<http://www.capitalsocialsul.com.br>>. Acesso em maio de 2007.

FUINI, L. L. **A Relação entre Competitividade e Território no Circuito das Malhas do Sul de Minas**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2007, 189 p.

FUINI, L. L. **Manifestações da Governança territorial no Brasil**: Uma análise do Circuito das Águas Paulista e do Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2010, 191 f.

GURISATTI, P. O nordeste italiano: Nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: O caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP: Loyola, 1989.

INFORMATIVO OFICIAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE JAÚ. Unidos em defesa dos direitos dos calçadistas. **Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Jaú**, março de 2011.

LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. Flexibilidade Ofensiva, Flexibilidade Defensiva, duas estratégias sociais na produção dos novos espaços econômicos. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs). **As Regiões Ganhadoras**: Distritos e Redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta, 1994 p.223-243.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e as transformações industriais. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPER, p.115-136, 1999.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: Difel, 1985.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B., **Economia e Território**, Belo Horizonte, Cedeplar-EdUFMG, 2005, p. 58-75.

MARTINELLI, F.; SCHOENBERGER, E. Os oligopólios estão de boa saúde, obrigado! Elementos de reflexão sobre a acumulação flexível. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes**: Os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994, 103-119.

MYTELKA, L. K.; FARINELLI, F. Local clusters, innovation systems and sustained competitiveness. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M., **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2000.

NEGRI, A. O empresário italiano. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição, p. 59-76.

NOGUEIRA, P. Médias cidades, grandes negócios e muitos problemas. **Revista UnespCiência**, São Paulo, p. 20-17, abril de 2012.

PIRES, E. L. S. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: Delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.), **Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional**. SP: Expressão Popular, 2006.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia** – Associação de Geografia Teórica - Rio Claro, SP: v. 31, p. 437-454, set./dez. 2006.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial: Conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: Unesp-IGCE-Programa de pós-graduação em Geografia, 2011.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRELIMINAR DO APL. **Arranjo produtivo local de calçados de Jaú-SP**. Jaú, 2007.

PORTER, M. **Competição: Estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1999.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. **Arranjos e sistemas produtivos locais em espaços industriais periféricos: Estudo comparativo de dois casos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.

SANTOS, G.; DINIZ, E.; BARBOSA, E. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**, v.11, n. 22, p. 151-179, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec:2009, 4ª. edição.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. SP: Edusp, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2010, 13ª. edição.

SENGENBERGER, W.; PIKE, F. Distritos industriais e recuperação econômica local: Questões de pesquisa e de política. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição, p. 101-146.

SILVA, A. L. G. (coord.). Caracterização, análise e sugestões para adensamento das políticas de Apoio a APLs implementadas: O caso do Estado de São Paulo. **Relatório de pesquisa do projeto “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”**. Campinas: Redesist, 2007.

SILVA, G. Logística e território: Implicações para as políticas públicas de desenvolvimento. In: MONIÉ, F.; SILVA, G. (orgs.), **A mobilização produtiva dos territórios: Instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 171-188.

TEIXEIRA, J. H. Setor calçadista comemora redução do ICMS confirmada por Alckmin. **Jornal Gente**, Caderno Economia, p. 05, Jaú, 24/04/2012.

Sites consultados (Meses de Dezembro de 2011 a Junho de 2012)

<http://www.seade.sp.gov.br>

<http://www.fiesp.com.br/atlas/>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>

<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/>

ESPAÇO E TEMPO DA VIDA COTIDIANA NOS “ENCLAVES RESIDENCIAIS FORTIFICADOS” EM LIMEIRA-SP

Luciana Antunes Barbosa¹

Resumo: O presente texto propõe-se a analisar a gênese e consolidação dos enclaves residenciais fortificados, os condomínios residenciais fechados, no município de Limeira, no interior paulista. Considerando o quadro de crescente complexidade econômica e funcional de Limeira, um centro urbano de porte médio, este estudo visa refletir sobre a vida cotidiana nos “enclaves residenciais fortificados” brasileiros, considerando os condomínios habitacionais como indutores da ideia de habitação como produto e mercadoria, ao mesmo tempo em que se comportam também como formações sociais, econômicas, políticas, e até mesmo culturais, capazes de influenciar as relações sociais no espaço e no tempo.

Palavras-chave: enclaves residenciais fortificados; espaço; tempo; mercadoria; Limeira.

SPACE AND TIME OF DAILY LIFE IN "RESIDENTIAL FORTIFIED ENCLAVES" IN LIMEIRA-SP

Abstract: The present texts proposes to analyses the genesis and consolidation of fortified residential enclaves, the closed residential condominiums, in Limeira City, Sao Paulo State interior. Considering the chart of crescent Limeira functional and economic complexity, a medium size urban center, this study aims to reflect about daily life in the Brazilian “fortified residential enclaves”, considering the habiting condominiums as the inducers of an habiting as products and merchandise idea, but in the same time, behaving as social, economic, politics and even, cultural formations, able to influence the social relations in space and time.

Keywords: Fortified Residential Enclaves, Space, Time, Product, Limeira

1. Introdução

Com a aceleração do processo de urbanização e a consolidação do “modo vida urbano” no Brasil durante o século XX, o urbano transformou-se no *locus* da vida de todas as classes sociais e consequentemente a habitação assumiu um caráter de artigo de luxo no mercado imobiliário. O aumento progressivo da população urbana gerou uma demanda crescente por habitações, ampliando o tecido das cidades brasileiras. O regime de acumulação capitalista associado ao fenômeno urbano encontrou nas cidades condições propícias para a reprodução de vários modelos habitacionais, através do subsetor de construção civil e do setor imobiliário, os

¹ Professora Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, Câmpus de Rio Claro. É professora de Geografia da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. E-mail: dustgeo@ig.com.br.

quais se beneficiaram do modelo industrial, da difusão acelerada das informações e do consumo de massa.

A acumulação de capital nas áreas urbanas está atualmente condicionada ao crescimento econômico e ao poder de compra dos cidadãos. Assim, um dos resultados do trabalho é o ato de consumir, e o mercado gera produtos para os espaços urbanos que consistem, segundo Barata Salgueiro (1994, p.79) em “novos produtos imobiliários”. Estes “novos produtos imobiliários” nos quais os condomínios habitacionais ou “enclaves residenciais” estão inseridos compõem formas inovadoras dentro das cidades e permitem uma reprodução especulativa do solo no capitalismo.

Os “enclaves residenciais fortificados”, em suas várias modalidades (apartamentos, casas e sobrados), são uma alternativa para os cidadãos que buscam uma vida organizada em espaços normatizados e privatizados, onde o tempo da vida cotidiana está centrado em valores como o *status* social, contato com a natureza, e uma relação de monotonia com o tempo; como na época em que a massa da população brasileira vivia no campo.

Ao optar por viver em um “enclave residencial” os cidadãos deixam para trás o direito amplo ao espaço público da rua, passando a conceber estes espaços como locais apenas de circulação, violentos e repletos de problemas. Esta concepção ligada aos interesses dos grupos, e a percepção que estes grupos possuem do espaço está associada também ao modo como a sociedade atual se relaciona com o tempo.

A evolução nos modelos habitacionais e na produção do espaço urbano ocorre no tempo, e também é no tempo que as relações sociais se processam; tal qual se dá a percepção dos cidadãos em relação aos espaços de moradia nas cidades. A habitação assume em cada período do regime de acumulação um nível de importância, configurando os setores responsáveis pela sua produção no espaço das cidades. A reprodução especulativa da cidade materializa-se na mercadoria-habitação, produzida segundo a lógica criativa da propaganda e do *marketing*, por intermédio exclusivo dos agentes do mercado imobiliário. As hipóteses vinculadas à gênese destes enclaves nos países são muitas. Para Nunes (2001, p.31), pode estar vinculada [...] “à medina muçulmana, à cidade medieval e algumas cidades coloniais.”

A gênese dos condomínios habitacionais decorre de uma evolução espaço temporal, que é social. Os condomínios constituem também uma evolução nas formas de habitação em escala global, principalmente das transformações na habitação destinada às classes burguesas.

Na esfera espacial, e territorial os condomínios tiveram sua origem vinculada à preocupação dos arquitetos e engenheiros que ao buscarem avanços no planejamento urbano, inovaram em seus

projetos muitas vezes ideológicos, contribuindo para a configuração de paisagens urbanas destinadas às classes dominantes.

O mercado imobiliário se incumbiu de transformar a habitação em objeto de consumo, aproveitando os vários fragmentos dos modelos burgueses de habitação. Na esfera econômica, os modelos habitacionais urbanos foram adquirindo especificidades territoriais e transformaram-se em produtos do mercado imobiliário. Dentre estes fragmentos, o condomínio - como domínio coletivo ou individual - foi aprimorado como objeto do capitalismo, em determinados países, valorizando a existência do modelo condominial não somente como produto e mercadoria, mas como um serviço útil à reprodução das elites e da cidade através da valorização da propriedade privada.

Na esfera cultural, as transformações na sociedade de consumo fizeram com que parcelas de população de altíssima, alta e média renda aceitassem o modelo. As consequências deste modelo de produção e consumo da habitação são muitas, oscilando do individualismo à segregação socioespacial nas cidades dos países em desenvolvimento.

Desta forma, a gênese do condomínio é a propriedade privada e para compreendê-lo como modelo é necessário resgatar a origem do domínio de um grupo sobre outros, das necessidades e do consumo, que permitem a manutenção do sistema capitalista de produção através dos monopólios, nesse caso, do solo.

Os condomínios, como símbolos do domínio individual e coletivo no Brasil, traduzem os anseios das classes de alta renda de fugir dos problemas sociais, econômicos e ambientais que afligem a sociedade como um todo, por esse motivo, eles refletem a busca de seus habitantes por paraísos onde a relação espaço-tempo seja capaz de resgatar valores perdidos na sociedade urbana e de consumo.

Neste artigo, os condomínios foram analisados tendo em vista quatro tópicos: na primeira parte, os condomínios foram analisados como mercadorias do setor imobiliário; no segundo momento levantamos sua gênese: dos arranha-céus aos “enclaves residenciais fortificados”: a valorização da propriedade privada. Na terceira parte realizou-se algumas reflexões sobre as categorias espaço e tempo da vida cotidiana nos “enclaves urbanos” brasileiros; e para concluir expôs-se alguns resultados desta pesquisa.

A presente análise propôs refletir sobre a vida cotidiana nos “enclaves residenciais fortificados” brasileiros. Os condomínios habitacionais induzem a ideia da habitação como produto e mercadoria, no

entanto os mesmos são também formações sociais, econômicas, políticas e até mesmo culturais, capazes de influenciar as relações sociais no espaço e no tempo.

A paisagem urbana é o resultado cumulativo desses tempos e (do uso de novas técnicas). No entanto, essa acumulação a que chamamos paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas no nível regional e local, não só a diferentes velocidades como também em diferentes direções. (SANTOS, 1985, p.50).

A produção do espaço urbano compreendida como processo a partir do consumo da habitação é entendido como resultado concreto da evolução da propriedade privada não somente no Brasil, mas no mundo. Os condomínios habitacionais são produtos de mercado, apropriados pelo setor imobiliário e seu subsetor de construção, que o transformaram num dos signos mais relevantes das cidades atuais. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: a) Refletir sobre o espaço e o tempo da vida cotidiana dos condomínios habitacionais brasileiros; b) A partir das leituras realizadas procurou-se apontar os aspectos que caracterizam a vida em condomínio como: mudança contemporânea na percepção do espaço e do tempo por seus habitantes, e pelos cidadãos em geral.

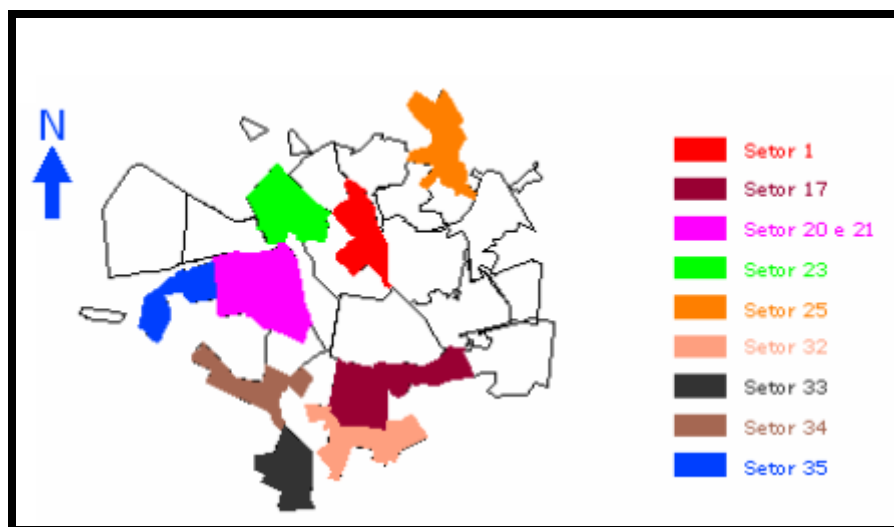
Durante a pesquisa os condomínios foram analisados como formações sociais em momentos distintos, sendo possível entendê-los como fenômenos geográficos através de procedimentos como: a descrição e a observação, além da compreensão dos condomínios como parte da totalidade urbana. (MARTINS, 1996). “Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como sua moldura, a modernidade”. (LEFÈBVRE, 1991, p. 83)

É no cotidiano dos cidadãos que o setor imobiliário busca inovações capazes de suprir necessidades decorrentes da vida urbana, que acontecem no ritmo veloz do tempo vigente no mundo contemporâneo. Dessa forma, o condomínio aparece como um dos signos do modo de vida urbano atual, ora isolado, ora inserido na paisagem urbana, o que demonstra que o espaço urbano é ao mesmo tempo, articulado e fragmentado. Este processo de enclausuramento dos cidadãos é o retrato da sociedade contemporânea, do seu sistema econômico e das relações sociais e de produção que precisam ser repensadas, para que não se estabeleçam como cultura.

Durante a pesquisa, alguns condomínios foram escolhidos para aplicação de questionários: o Jardim Florença, o condomínio *Ravenna* e o residencial Porto Fino em Limeira-SP. A planta 1: mostra os setores urbanos na cidade de Limeira-SP onde estão implantados os

condomínios habitacionais locais. Na cidade analisada, os condomínios habitacionais estão concentrados em 9 dos 39 dos setores urbanos.

Mapa 1 - Planta de localização dos setores onde estão implantados os “Enclaves Residenciais Fortificados” (condomínios) centrais (setor 1) e periféricos (demais setores) sem escala



Fonte: Seplan-Prefeitura municipal de Limeira (1998)
Org.: Barbosa, 2007.

O setor imobiliário é fundamental como setor econômico e também como difusor de “novos produtos” no segmento habitacional. Esta dimensão setorial da produção do espaço urbano envolve a natureza (solo), empresas, agentes, trabalho e trabalhadores além da troca (compra e venda de bens imóveis) e a concorrência entre empresas. Assim, o setor imobiliário vai produzindo novos objetos nas cidades médias², e produzindo a própria cidade em sua totalidade.

“De forma geral, o setor imobiliário é mais amplo que o setor de construção, abrangendo-o”. (BOTELHO, 2007, p.46). O setor imobiliário é amplo e de difícil coordenação dada à complexidade das suas relações de trabalho, ambiental, industrial e constitucional.

O setor imobiliário brasileiro possui uma história pouco difundida e conhecida, por isso, não é visto pelas classes menos favorecidas como setor da economia, mas como uma atividade econômica isolada. Como setor o mercado imobiliário privilegia aqueles amplamente amparados

² No Brasil o critério de definição de cidade média vem sendo ainda quantitativo e qualitativo. Cidades com populações distintas e localizadas em áreas distintas podem ser consideradas cidades médias. Esta condição transitória do número populacional depende da região, da rede urbana e do país como um todo, uma vez que, o aumento populacional é altamente complexo no processo de reestruturação urbana.

pelo poder do capital e pelo avanço tecnológico. O setor imobiliário é um setor que atua na esfera pública e privada da produção e consumo da habitação. Muitos condomínios ainda são implantados com amplo apoio dos financiamentos governamentais, sem que seus desdobramentos sejam pensados na organização do espaço das cidades.

A cidade de Limeira-SP está situada na região administrativa de Campinas-SP, é uma cidade de porte médio, localizada na depressão periférica paulista entre o planalto atlântico e o ocidental paulista. Em relação à capital do estado, a cidade localiza-se a aproximadamente 150 quilômetros de distância.

Atualmente a cidade de Limeira-SP conta com uma população de 276.010 habitantes. (IBGE, 2010). A cidade sofreu transformações consideráveis em sua História; teve uma forte tradição agrária que resultou no período industrial atual e destaca-se também um crescimento intenso no setor de serviços e do mercado informal de trabalho. A população local predominantemente urbana está inserida num intenso processo de consumo que têm contribuído para transformar a sociedade e o ambiente local. Esta lógica de consumo também permeia setores como a construção civil e o mercado de produtos imobiliários adaptado à lógica internacional. O setor imobiliário local é bastante moderno produzindo diferentes formas, inclusive os arranha-céus habitacionais fundamentais no entendimento da gênese do condomínio.

2. Dos arranha-céus aos “enclaves residenciais fortificados”: a valorização da propriedade privada

Nos arranha-céus o direito a propriedade é horizontal, ou seja, cada apartamento é um bem individual, e este é o princípio do que no mundo moderno denominou-se condomínio; desta forma o condomínio tem sua raiz na propriedade privada. Segundo Pereira (1977), a regulamentação da propriedade horizontal desde o início apresentou-se como conflituosa, pois o solo e os pavimentos são bens distintos e podem ter posses distintas; este tipo de habitação, atualmente signo e significativa das sociedades urbanas em todo o mundo, é muito antigo remontando ao império romano. Diferente do ponto de vista geográfico, que considera os arranha-céus como verticais no Direito eles são horizontais, critério que preferimos adotar neste capítulo.

Apesar da complexidade do processo de verticalização da paisagem no centro das cidades, o fenômeno adquiriu em meados do século XX, proporções mundiais, sendo que em

cada país foi adquirindo especificidades próprias. Para Souza (1994), a especificidade do modelo brasileiro foi a sua função notadamente habitacional. O processo de industrialização associado à urbanização resultou na dispersão dos condomínios por planos horizontais (apartamentos) pelo mundo. A difusão dos condomínios de apartamentos para o setor habitacional e de negócios teve um papel fundamental na vida cotidiana da burguesia e para o desenvolvimento econômico nas cidades brasileiras e da América Latina.

Os arranha-céus com a função de centro de negócios ou condomínios habitacionais tornaram-se produtos nos Estados Unidos, graças ao uso de técnicas modernas de construção, e rapidamente se difundiram para outros continentes como tendência de mercado. “A história do arranha céu é a história da estreita relação entre inovações tecnológicas, estruturais e organizacionais.” (NASCIMENTO, 2000, p.108)

O arranha-céu como um produto de mercado, com funções diversificadas, associado à difusão do “modo de vida urbano” em alguns países tornou-se um dos símbolos da mundialização do capital e do consumo, capaz de extrapolar as fronteiras dos países, independente do seu grau de desenvolvimento econômico. Escritórios e habitações em condomínios tiveram um papel fundamental na inserção dos seus habitantes e trabalhadores em uma sociedade de consumo que foi capaz de integrá-los ao mundo e desintegrá-los da sociedade.

O continente Europeu foi o berço do surgimento dos arranha-céus, mas segundo Nascimento (2000), estes arranha-céus se tornaram praticamente em todo o mundo, a forma e símbolo mais valorizada da modernidade nas cidades capitalistas. A praticidade dos arranha-céus como centro de negócios ou mesmo de habitações, permitiu que a partir de 1930 os Estados Unidos assumissem o *status* de novo centro difusor do modelo, propagando sua idéia para o setor habitacional.

[...] Retrilhando um conhecido caminho de transferência cultural e alargamento dos mercados, uma idéia claramente norte americana de habitação coletiva verticalizada, é despachada para a Europa e para o resto do mundo, embalada nos papéis da modernidade mecanizada, não dissociada de uma concepção de cidade que se organiza utilizando-se dos arranha-céus e da sobreposição de diferentes fluxos de circulação pública. (TRAMONTANO, 1998, p. 89)

Rapidamente os arranha-céus passaram a ser edificados em vários países, como símbolo do desenvolvimento econômico e da modernidade. No Brasil, a chegada dos arranha-céus deu-se de modo paralelo ao processo de industrialização, de modo que no pós a Primeira Guerra

Mundial chegaram os primeiros edifícios ainda discretos e destinados às corporações. A dispersão do modelo consolidou-se rapidamente e o Brasil recebeu os primeiros arranha-céus, que mais tarde deixariam de ser empreendimentos corporativos para receber uma nova função: a habitação em condomínio. As condições para a chegada destes condomínios no Brasil já haviam sido criadas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente devido à crise no setor agrário-cafeeiro e à inserção da lógica industrial e urbana. (TRAMONTANO, 1998).

Uma espécie de crença comum atravessa períodos da história e grupos sociais: investir em imóveis neste país é o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico, vira pó. Assim, todas as definições da legislação urbanística que interferem diretamente no potencial de valorização dos terrenos urbanos acabam por ter uma importância que vai além das simples limitações de ordem técnica ou estética, interferindo em uma reserva de valor historicamente estratégica. (ROLNIK, 1997, p. 25)

Essa valorização do solo urbano e dos produtos imobiliários no Brasil, no início do século XX adveio do acesso das elites aos recursos financeiros, influência sobre o Estado e à posse sobre as terras.

As influências culturais externas tiveram uma grande importância na consolidação dessa implantação. O modo como os brasileiros encaram o valor do solo urbano e, portanto, o “direito à cidade”, está associado a fatores diversos como: cultura, sociabilidade, as necessidades básicas, a organização territorial, e a divisão do trabalho. A prevalência dos valores individuais ou coletivos depende em grande parte dos sujeitos, de sua educação, das suas ações e práticas sociais, como também das influências externas sobre a própria cultura.

A noção de identidade e pertencimento dos sujeitos nas sociedades capitalistas está intimamente ligada aos objetos e pertences que estes possuem ou acumulam durante sua vida, sendo este acúmulo também um dos fatores de desigualdade social e espacial. Os condomínios atuais estão ligados a ideia de domínio, que tem grande importância no entendimento da propriedade privada.

Conforme Pereira (1977, p.23 e 24):

[...] a propriedade privada é pautada “nas trilogias indissociáveis presentes na cidade antiga: *propriedade-família-religião* e *propriedade-política-economia*, ou seja, existe um vínculo entre o altar religioso dentro das casas familiares, que separa esta de tudo que lhe for estranho, há uma cerca delimitadora da casa desta família. [Grifo do autor]

Esta concepção de cerca delimitadora, protetora dos bens, interesses e direitos das famílias, construiu uma luta individualista no Brasil, que termina justificando a busca pela posse dos bens materiais como forma de poder e domínio. Esta influência, segundo Pereira (1977), estendeu-se também à Economia, à Política e ao Direito que pode ser individual ou coletivo. Esta situação é agravada mediante a possibilidade da jurisprudência, que em países como o Brasil é um instrumento caro e, sobretudo, de proteção.

A produção do espaço urbano, regulada pelos Estados e pelas instituições, fica profundamente alterada nesta lógica, em benefício próprio ou de outros. Essa influência, que de certo modo é filosófica, valoriza excessivamente o domínio e a propriedade em detrimento do ser humano.

No caso do Brasil, essa busca pela posse apresenta-se como uma das condições necessárias para a libertação do domínio do outro, ou seja, numa sociedade amplamente desigual, o exercício do poder ocorre mediante o poder individual, um incentivo a todas as formas de acumulação de capital, mesmo aquelas de origem ilícita.

A função habitacional dos condomínios confere aos mesmos uma função social, que é contraditória, à medida que um proprietário abre mão dos seus direitos individuais para viver coletivamente, ou vice versa, quando abre mão dos direitos coletivos, para defender o seu direito individual.

O mercado, a partir desta infinidade de necessidades geradas, busca produzir mercadorias, as quais os sujeitos sejam capazes de aspirar, desejar e adquirir. Nos períodos de crise, o mercado busca satisfazer a maioria, ora homogeneizando os padrões, ora tornando estes padrões heterogêneos. Adquirir uma propriedade como a habitação deveria ser um direito nas sociedades em geral, no entanto este direito não é garantido às classes sociais que não podem assumir as despesas resultantes desta produção.

A posse de um bem pode ocorrer tanto em relação a uma casa (domicílio) ou uma propriedade fundiária (monopólio). Em ambos os casos a esfera do espaço privado aparece como elemento comum e de domínio. Lado a lado, com a propriedade privada está o individualismo e o isolamento, que criam no homem uma busca pela satisfação de suas necessidades.

A valorização dos tipos e padrões elitistas de habitação nos espaços urbanos teve como consequência a valorização da própria cidade como mercadoria onde imperam estratégias sofisticadas de *marketing*. A valorização da propriedade privada, e do surgimento contínuo de

mercadorias compõem uma abertura fundamental para que o consumo se realizasse através dos signos e se difundisse pelo mundo em detrimento da condição humana e de suas reais necessidades. Se no passado o tipo de moradia era um símbolo de ostentação da riqueza e do *status*, mais tarde, o tipo de rua, de edifício, de bairro e de corredor urbano, além da própria cidade, vão também ascender como símbolo.

Após o fordismo, com a dispersão das grandes empresas pelo mundo e pela difusão das ideias que tornaram alguns produtos, como o automóvel, indispensáveis, proliferou-se também a visão do lucro e da acumulação de capital, que se enraizou nas principais cidades do mundo resultando na mundialização do consumo. No Fordismo, segundo Cocco et al. (1999, p. 23), a produção através do trabalho cotidiano na fábrica implicava na capacidade de consumo de produtos e mercadorias. O papel de trabalhador e o papel de cidadão convergiam de modo separado, no sistema capitalista, ainda obedecendo rigidamente as esferas pública e privada.

No mundo contemporâneo, a crise nos ambientes de trabalho, o desemprego, a precariedade do trabalho, as exigências do mercado global fizeram com que os sujeitos, por meio das mais diversas ações, buscassem satisfazer suas necessidades consumindo. No ato do consumo das diversas mercadorias disponíveis no mercado, os sujeitos têm a ilusão de se tornarem cidadãos; construindo uma nova relação entre as esferas dos espaços públicos e privados, para a decadência da esfera pública nas cidades.

A difusão do consumo, as dificuldades para garantir um salário capaz de suprir as necessidades básicas e suas conseqüências na organização da rotina cotidiana em todas as classes sociais produziram uma escassez de tempo produtivo, principalmente para o lazer que também se tornou um bem de consumo no capitalismo, influenciando profundamente os cidadãos urbanos e suas decisões.

Segundo Santos (1987) o que ocorre, é que o cidadão dá lugar ao consumidor e vai perdendo sua individualidade, para tornar-se um individualista. Nessa lógica, os condomínios ou enclaves residenciais, tal qual, bairros populares ou favelas são “lugares”, pois os consumidores possuem uma identidade com estes espaços, que perdura por determinado período de tempo, e mediante a possibilidade de comprarem um imóvel melhor.

Os condomínios serão denominados nesta análise pelo termo mais preciso de “Enclaves Residenciais Fortificados” devido às características que estes assumem em sua nova inserção nas cidades brasileiras, principalmente a partir de 1970, quando os condomínios passaram a abranger

habitações que trazem novos atributos aos bairros das cidades, agora “ilhados, refugiados, cerceados, cercados, murados e, sobretudo, restritos”. A propriedade privada é um elemento chave de qualquer sociedade, desenvolvida ou não. Nesse contexto, a habitação, enquanto necessidade humana tornou-se também uma mercadoria produzida de modo especulativo graças ao monopólio do solo.

Os “Enclaves Fortificados” são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. (CALDEIRA, 2000, p. 211)

Surge assim uma nova forma de conflito entre as classes, desta vez estruturada na lógica do consumo. A habitação, necessidade intrínseca dos sujeitos sociais, entra para a lista de mercadorias disponíveis para o consumo.

A noção de *necessidade* é solidária da de bem estar, na mística da igualdade. [...] perante as necessidades e o princípio de satisfação, todos os homens são iguais, porque todos eles são iguais diante do *valor de uso* dos objectos e dos bens (se bem que sejam desiguais e se encontrem divididos em relação ao valor de troca). Porque a necessidade se cataloga pelo valor de uso, obtém se uma relação *objectiva* ou de finalidade natural, em cuja presença deixa de haver desigualdade social ou histórica. (BAUDRILLIARD, 1991, p. 48) [Grifo do autor]

A condição mínima para a felicidade é então ser igual ao outro, o mercado impõe e o sujeito busca essa igualdade no rol de suas felicidades básicas. E como são muitas as necessidades, os sujeitos terminam por se desviar do caminho do bem e da ética, chegando ao crime para legitimar sua vontade de consumir. A necessidade de morar na cidade é transfigurada pela necessidade de morar bem e com uma suposta qualidade. O mercado global, ao criar os novos “Enclaves Residenciais Fortificados”, gerou um verdadeiro *boom* em alguns locais do planeta, ao despertar no seio da sociedade o desejo da igualdade, através da habitação.

O *boom* imobiliário dos anos 80 em Lisboa privilegiou dois produtos, a habitação de luxo e os escritórios. Em termos de construções, distribui-se por edifícios especializados de escritórios, conjuntos habitacionais de *standing*, fogos nobilitados seja em moradias, seja em prédios de apartamentos, complexos de uso misto reunindo habitação, escritórios, hotel e centro comercial com comércio, restaurantes, diversões e equipamento desportivo”. (BARATA SALGUEIRO, 1994, p. 83)

A necessidade de satisfação dos desejos humanos pode se agravar com as estratégias de *marketing* ou a simples propaganda, capazes de despertar atenção para as informações que podem

induzir a novas práticas de consumo, que por sua vez invadiram o cotidiano dos cidadãos, a partir do século XX. Estas empresas e suas estratégias usam dos sentimentos de liberdade para impor a condição do gasto, muitas vezes desnecessário.

A própria noção de desigualdade social está impregnada da ideia do consumo como direito à posse de bens materiais e imateriais. Habitar, morar, ter um domicílio são condições necessárias à vida; no entanto, morar bem, com *status*, boa vizinhança, segurança e conforto, já adentra a esfera do poder consumir algo mais, disponível no mercado. Esse pensar do sistema econômico é que produz o “valor” a mais, agregado a algumas mercadorias, capazes de seduzir os consumidores e torná-los incapazes de estabelecer prioridades no ato do consumo, que se concretiza como uma prática relacionada aos sonhos, aos desejos e à magia.

Nessa perspectiva o consumo é compreendido, sobretudo pela sua racionalidade econômica. Estudos de diversas correntes consideram o consumo como um momento do ciclo de produção e reprodução social: é o lugar em que se completa o processo iniciado com a geração de produtos, onde se realiza a expansão do capital e se reproduz a força de trabalho. (CANCLINI, 1995, p.53)

O consumo como reprodutor da força de trabalho e difusor do capital nos diferentes locais, é também, de certo modo, produtor de novas ideias que se materializam nas formas, dando funções aos espaços urbanos. A resistência das sociedades urbanas ao consumo exacerbado fica cada vez mais distante, inclusive no tocante às cidades que competem entre si, muitas vezes, estando localizadas na mesma rede hierárquica, no mesmo território e regidas por um único Estado, sobre a influência de instituições interligadas.

Para Baudrillard (1991, p.25), “a vida cotidiana é o lugar do consumo, assim é possível afirmar que sem o indivíduo, a casa, a habitação, e a sociedade não existirá o consumo, que por sua vez regula e organiza este cotidiano em prol da felicidade irreal”. Esse processo nos faz pensar os “enclaves urbanos” como domínio, propriedade privada, são micro-instituições que regulam os comportamentos intramuros, procurando, sobretudo, estar alheios aos fantasmas que se desenvolveram e estão do lado de fora dos muros.

O fantasma a que nos referimos pode ser descrito como o desemprego, a pobreza, a sujeira (lixo), a violência, a criminalidade, o abandono de animais, enfim, são os persistentes problemas socioambientais que assolam os países do mundo contemporâneo, gerando a insegurança e, conseqüentemente, a ausência de qualidade de vida. Nessa busca desenfreada pela sobrevivência, que no mundo contemporâneo está ligada ao consumo diário e à satisfação incessante das necessidades, o resultado é a desigualdade social e espacial. Nesse contexto a casa,

como lugar cotidiano de habitar, morar e, de modo amplo, lugar de viver, deixa de ser uma necessidade para tornar-se uma mercadoria.

A segregação no habitat não é nova, mas porque ligada a uma penúria sábia e a uma especulação crônica, tende a tornar-se decisiva, tanto pela segregação geográfica (centro das cidades e periferia, zonas residenciais, guetos de luxo e cidades dormitórios, etc) como no espaço habitável (interior, exterior do alojamento), no desdobramento em residência secundária, etc. Os objectos têm hoje menos importância que o espaço e que a marcação social dos espaços. O habitat constitui assim possivelmente uma inversa da dos outros objectos de consumo. Função homogeneizante para uns, função discriminadora para outros, no que respeita ao espaço e à localização. (BAUDRILLIARD, 1991, p. 56)

A crença na potencialidade especial da habitação, como objeto de desejo e depois de consumo, desencadeou nos agentes e promotores do mercado imobiliário uma preocupação especial com a localização, a forma, funcionalidade, adaptação, objetos e acessórios, áreas verdes, tudo isto com o único objetivo de consolidá-la no mercado imobiliário, hoje mais que consolidado no mundo.

Para Souza (2002), os condomínios são “espaços exclusivos”, regidos por leis exclusivas, sobre controle de uma determinada parcela da população (a burguesia) em um dado lugar do mundo.

Os “Enclaves Residenciais Fortificados” extrapolam a noção de objeto, signo, da sociedade contemporânea, e constituem a materialidade da ideologia do consumo. Portanto, a tríade: necessidade, consumo e satisfação são indissociáveis, e fazem da busca pela igualdade uma rota para a desigualdade social e espacial, uma vez que a igualdade pode ser tida como uma utopia.

3. Espaço e tempo da vida cotidiana nos “enclaves urbanos” brasileiros

Faz-se oportuno abordar os problemas e as possibilidades dos espaços urbanos após a implantação das diferentes modalidades de condomínios. Os “enclaves urbanos” permitiram resgatar muitos dos antigos conceitos, até então sólidos na Geografia Urbana, acerca dos espaços urbanos no Brasil. Os mesmos contribuíram para um regresso às discussões em torno da cidadania e sua importância na esfera das relações sociais cotidianas. A terra urbana como mercadoria e a habitação como bem de consumo produzem novas formas - os enclaves - que no

período atual têm assumido várias funções. Como objeto de estudo os enclaves podem ser teorizados na Geografia humana para uma melhor compreensão do espaço urbano.

Os enclaves estão inseridos num contexto de amplas desigualdades sociais e espaciais, históricas no Brasil. O condomínio como modalidade habitacional conquistou os espaços urbanos do mundo assumindo para variadas funções. A dispersão dos “Enclaves Residenciais Fortificados” das metrópoles brasileiras, para as cidades de porte médio foi significativa nas últimas décadas. Esta dispersão trouxe consigo um setor imobiliário sofisticado e seus ideais centrados no mercado. “Nessa sociedade, que denominamos de produtivista, tudo vira quantidade: o tempo, os bens, os prazeres e os valores da vida. É quando o valor de troca sobressai.” (ORTIGOZA, 2000, p. 154)

A habitação enclausurada, um dos sinônimos da riqueza material e do “prazer de morar”, tem exercido uma forte influência na produção dos espaços urbanos, afetando inclusive as habitações (individualizadas) na cidade como um todo. Estas habitações estão repletas de aparatos de segurança, como: cercas elétricas, câmeras de filmagem, dispositivos de alarme, interfones, seguro contra roubos e furtos, entre outros recursos. Estes aparatos de segurança são “símbolos” de uma crise na sociabilidade urbana.

As transformações produtivas contribuíram não somente para acentuar o processo de urbanização, como para uma revolução nos modos de produzir e consumir, impondo novos ritmos na vida cotidiana, principalmente nas relações sociais. “A vida cotidiana é superprogramada, superorganizada, supercomprimida pelas pressões do instante e os imperativos da rapidez.” (CHESNEAUX, 1996, p.35). O “modo de vida urbano” e o consumo invadiram todos os lugares, contraditoriamente as sociedades passaram a depender da produção mundial, cuja velocidade tem-se tornado inatingível na esfera da vida cotidiana, por sua vez, mais individualizada.

No passado a habitação era um meio de distinção social em relação ao seu entorno. Esta relação de distinção deixou a esfera da habitação (casa) para buscar um *status* coletivo pautado na vizinhança, (os bairros exclusivos do passado); contudo esta distinção passou a abranger uma identidade para grupos homogêneos em setores específicos das cidades (os enclaves). Para a burguesia, a habitação como signo dos sucessivos estágios da produção de mercadorias na vida cotidiana é um dos símbolos máximos do mundo contemporâneo. O solo como mercadoria

fundamental à produção da habitação nas cidades tornou-se produto, cujo monopólio no Brasil pertence a poucos.

O resultado disso é a implantação na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisões de classe, de gênero, e outras divisões sociais. Não é possível compreender divisões como as que há entre cidades e subúrbios, e tanto entre regiões como nações, como resíduos de alguma ordem antiga. E essas divisões não desaparecem automaticamente, sendo ativamente produzidas por meio dos poderes diferenciados da acumulação do capital e das estruturas de mercado. (HARVEY, 2000, p. 60-61)

A habitação nos enclaves reflete a articulação e fragmentação do espaço urbano, a influência do sistema econômico na sociedade, e dos padrões de gestão dos Estados nos lugares. A produção do espaço urbano está sujeita à ação do mercado mundial e sua inserção neoliberal nos lugares. Deste modo, as habitações nos enclaves, produzidas por empresas e regulamentadas pela ação do Estado, impõem às cidades um futuro incerto, excludente para a maioria dos residentes urbanos. Em muitos casos a produção dos enclaves urbanos, tal qual das habitações em bairros populares autoconstruídos também ocorre às margens da legislação e distante do controle dos agentes públicos. Estes agentes, porém abandonam estas áreas regulamentando-as mais tarde sem investimento.

Deste modo, o solo, a casa, a natureza, e valores como a vida comunitária ou individual, passam a ser aproveitados pelo mercado econômico, especificamente pelo mercado imobiliário global, associado ao setor da construção civil, cuja evolução desde os anos de 1950 vem introduzindo “novos produtos imobiliários” nas cidades que se beneficiam da dispersão da burguesia pelas regiões metropolitanas e cidades de porte médio no Brasil, devido inclusive à participação dos representantes políticos na formatação e aceitação do modelo.

Ao reproduzir as tendências mundiais no consumo da habitação nas regiões metropolitanas, o sistema capitalista permite uma reprodução perfeita do modelo também nas cidades médias brasileiras. Estes signos reproduzem a relação condominial típica dos arranha-céus em condomínio. Numa ótica mais recente sua importância torna-se legítima como forma de morar, mesmo que sua legitimidade possa ser questionada judicialmente como ocorre com os “loteamentos em condomínio” nas cidades brasileiras.

O consumo da habitação como mercadoria caracteriza a própria ideia de consumo do espaço através das várias modalidades de enclaves que resultam em uma forma intensa de crescimento para as cidades (vertical e horizontal). A produção e o consumo da habitação

materializados nos enclaves em suas diversas modalidades se apresentam como desafio à compreensão da produção e reprodução do espaço urbano no tempo e no espaço.

Os “Enclaves Residenciais Fortificados” não possuem a capacidade de excluir seus moradores da cidade, pelo contrário, ao mesmo tempo, que os insere, exclui as demais parcelas (menos favorecidas), produzindo assim uma segregação visível entre as classes que, segundo Harvey (2000), poder-se-ia denominar de “lealdades territorialmente delimitadas”.

As transformações nos padrões de habitação implicaram na mudança substancial das relações sociais, revolucionando o modo de produção do espaço e do tempo. Como o tempo pressupõe mudança no espaço, as sociedades podem ser influenciadas pela crença de que no passado a vida era melhor, projetando assim sua esperança no futuro e consequentemente acreditar no condomínio como tipologia habitacional capaz de devolver à vida cotidiana o contato com a natureza, vivenciado pelos seus ancestrais.

A produção do espaço urbano através dos enclaves está alicerçada no discurso da construção de um estilo de vida que na realidade impede o ser humano de ver, sentir e perceber o outro, tais quais, suas “dores” expressas na desigualdade social e espacial. Os enclaves pressupõem a criação de formas artificiais e configuram espaços ilusórios que também se apresentam como problemática no crescimento das cidades. Este crescimento diversificado que compreende tanto os bairros populares como os enclaves, realizam-se mediante uma reestruturação urbana contínua. Esta tendência não é exclusiva do Brasil, há muito que os enclaves extrapolaram as fronteiras continentais.

Autores como Harvey (2000) e Caldeira (2000) apontam para a necessidade de compreensão do corpo no processo de construção das relações de produção e nas relações sociais. O corpo está ligado às tendências recentes de produção das habitações nos enclaves, sobretudo quando se admite discutir questões como “privacidade, segurança, vigilância, coerção, além, é claro, da segregação”. Estas reflexões acerca dos níveis atingidos pelo consumo no espaço são importantes para o estabelecimento de parâmetros sobre a sociedade que está sendo construída no Brasil e no mundo.

A evolução nas técnicas e na ciência, de modo a facilitar a criação de novos recursos, permite também a proliferação das habitações enclausuradas nos enclaves. Conforme Harvey (2000), estes enclaves “são as ilhas de opulência, decadentes e disseminadas que fragmentam os

espaços urbanos trazendo uma perda significativa da sociabilidade e buscando defender-se da cidade como um todo”.

Os enclaves proliferaram-se nas cidades de porte médio brasileiras, favorecidos pela atuação dos agentes produtores do solo associados ao Estado como agente regulador, e os próprios compradores e consumidores de habitações nestas áreas. Os enclaves são um “produto social e histórico”, mesmo que produzidos por uma racionalidade que organiza e normatiza as relações sociais cotidianas. Trata-se da ideologia do consumo da habitação no espaço urbano; nesta ideologia reside uma contradição: quanto mais segregados estes espaços, mais evidentes as desigualdades.

A proliferação dos enclaves somente será vista de modo negativo quando afetar diretamente a gestão pública, como já tem ocorrido em outros países; as possibilidades de uma derrubada dos muros poderão fazer-se presente na periferia, que conforme Nunes (2001) é o “espaço privilegiado para a implantação de indústrias e outras atividades repulsivas para as áreas centrais”. É fato que, no Brasil, a derrubada dos muros ainda está distante, devido à omissão dos poderes responsáveis em avaliar suas consequências, no entanto, como possibilidade esta derrubada não pode ser negligenciada. De fato, nem a derrubada total dos muros e nem a derrubada parcial colocariam fim ao processo de segregação típico do período atual. Assim, a sustentabilidade deveria ser objetivada nas cidades brasileiras, com outras formas de morar, menos excludentes, impactantes e fragmentadoras.

Ao consumir mercadorias, dentre as quais, a habitação pode ser incluída, a sociedade se transforma, como o próprio sistema capitalista. Assim, o que marca o enclave na cidade e no urbano é sua falta de inserção social e espacial, tal qual sua sujeição a fantasia e rejeição à realidade.

As noções de espaço e tempo apresentam-se de modo diferente para os habitantes urbanos, intramuros e extramuros. Os enclaves como condomínios refletem uma homogeneidade econômica (intramuros) capaz de revelar os padrões de consumo de seus habitantes. A inserção dos habitantes dos enclaves à cidade dá-se mediante o *status*, poder de consumo e influência.

A articulação das cidades ao mundo, através desta reprodução das tendências de produção e consumo da habitação ocorre de modo paralelo à fragmentação das relações sociais no cotidiano. Se o mundo está cada vez mais articulado na esfera dos avanços tecnológicos, do

surgimento diário de novas mercadorias, das telecomunicações e da *internet*, também está cada vez mais fragmentado no contexto das relações sociais como parte da totalidade urbana.

Para Frúgoli (1995), os contornos desta etapa de produção do espaço urbano ainda são incertos; temos cidades modernas, heterogêneas e com “bolsões” de riqueza em meio à áreas com sérios problemas sociais. Os “Enclaves Residenciais Fortificados” representam uma fuga das elites do contexto social e público de seus países, preconizando a hegemonia de um grupo sobre outros; e a valorização de um “paraíso”, que só funciona estruturado na dimensão do cotidiano privado.

Como formas globais, estes enclaves estão articulados à urbanização e ao desenvolvimento econômico; como formas locais, fragmentam os lugares e transformam a cidade, alterando-a, na esfera pública e democrática comprometendo o exercício da cidadania. A articulação e fragmentação como variáveis do mesmo fenômeno estão pautadas no pressuposto antigo de exclusividade habitacional nos espaços metropolitanos.

Os enclaves residenciais trazem para os seus moradores, no final de um dia de trabalho, a possibilidade de romper com o tempo rápido do cotidiano através do isolamento e do contato com a natureza. Contudo, essa possibilidade gera uma fragmentação das relações sociais, limitando a diversidade nos espaços urbanos em sua totalidade.

Enquanto estes espaços habitacionais enclausurados articulam os interesses dos seus moradores, concentrados em alguns setores específicos da cidade, exercendo seu domínio sobre a gestão da cidade, os mesmos fragmentam o que a cidade e o urbano têm como essência da vida cotidiana - a diversidade social, política, cultural e ambiental. Essa articulação e fragmentação da cidade, apesar de contraditórias conduzem a uma reflexão fundamental - os consumidores e cidadãos e seu “direito à cidade”. O “direito à cidade”³ lida obrigatoriamente com uma reflexão sobre a relação dos espaços públicos e privados nas cidades brasileiras depois dos enclaves.

É notório que o início do século XXI, foi marcado pela valorização de todas as esferas da vida privada. Esta valorização inclui uma série de serviços característicos do espaço urbano, como a educação, a saúde, o lazer, habitação, e também dos espaços privados, coletivos, e destinados ao público em geral. No Brasil, todos estes serviços (públicos) sofreram uma

³ Para Lefébvre (2001), o direito à cidade consiste na apropriação do espaço urbano pelas classes trabalhadoras através de suas lutas pelo exercício democrático da cidadania.

desvalorização substancial, que se torna real e concreta mediante um discurso alienado que é reproduzido, diariamente, pelos meios de comunicação.

A existência desse processo de desvalorização de todas as esferas da vida pública tem sido uma das mais eficazes ferramentas utilizadas pelos agentes privados dos mais variados setores da economia para comercializar seus produtos e mercadorias. Segundo D'arc (2004), nas cidades latino-americanas, partindo do estudo do centro de São Paulo é preciso notar que há um progressivo desaparecimento dos espaços públicos, semelhante aos padrões americanizados de gestão destas cidades.

Este modelo de segregação socioespacial tem influenciado bastante a construção de obras e infraestruturas públicas que quase sempre vem privilegiando os corredores mais elitizados das cidades. Deste modo, após os enclaves, delimitamos dois públicos a serem atendidos nas cidades: um intramuros e outro extramuros, e ambos refletem uma nítida contraposição entre as esferas públicas e privadas no Brasil. Com isto, através de um discurso que responde apenas ao anseio exacerbado dos veículos de comunicação, os espaços públicos estão sendo inseridos numa lógica considerada pela massa da população como espaços marginalizados, sombrios e perigosos.

Esta desvalorização da esfera pública abrange as áreas verdes municipais, as escolas públicas, os hospitais, os postos de saúde e os bairros, cujas habitações encaixam-se no perfil popular. A produção dessa desvalorização é útil aos agentes produtores do solo e aos setores produtores, cujos ganhos aumentam com a fuga em massa da população dos serviços públicos pela classe média e pelas elites. Os espaços públicos estão cada vez mais raros nas cidades, e isto possibilita a extração de uma maior renda do solo, até então barrada pela legislação. Como o poder exercido pela sociedade é ainda bastante intenso no Brasil, à medida que esta rejeitar os espaços públicos, os mesmos começarão a ser abolidos da produção do espaço urbano. Os espaços públicos no Brasil estão assumindo um caráter restrito, invisível e de uso privado. É a “privatização” dos espaços públicos na vida cotidiana dos cidadãos urbanos. Com isto, é possível afirmar que o poder público esquiva-se, quando deixa de cuidar e assumir as responsabilidades referentes a estas áreas internas nos enclaves.

A privatização dos espaços públicos no interior dos enclaves inclui as vias de circulação, que apesar de públicas, também passam a ter um caráter privado. Os bairros tradicionais

convivem contraditoriamente com os enclaves, os quais possuem espaços públicos valorizados em seu interior, cujo uso nem sempre acontece.

Essa produção de espaços urbanos próximos, mas distintos, ocultam as especificidades das cidades, sobretudo no aspecto da beleza, definida por Baudrillard (1991, p: 19) como primeira condição para a felicidade. A vida privada e a valorização de outras esferas dela decorrentes contribuem para que um individualismo sem precedentes atinja, de modo geral, a sociedade, fazendo com que o papel do cidadão vá aos poucos ficando distante da cidade democrática.

A desvalorização dos espaços públicos está longe de ser uma característica intrínseca das cidades, mas está se tornando frequente no Brasil. Essa desvalorização da esfera pública nos espaços urbanos é fruto das transformações sofridas pela sociedade, por isso faz-se relevante entender a percepção que os habitantes dos “Enclaves Residenciais Fortificados” têm do espaço urbano.

A normatização da vida cotidiana na esfera privada possui seus signos: residências enclausuradas, *Shoppings*, centros comerciais, espaços de alimentação, hipermercados, lojas de autosserviço e conveniência. É a propagação da ideia de que comprando e assumindo a condição de consumidor, há solução para tudo. Não importa a classe social, a busca pelo consumo imediato de bens e objetos implica em uma série de atitudes, nem sempre lícitas, cujas reações reestruturam os espaços urbanos inclusive pelo abandono dos espaços públicos.

A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade sem a qual o homem, não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos. (SANTOS, 1987, p. 35)

Na prática, o consumo da habitação através dos “Enclaves Residenciais Fortificados” pelas classes de altíssima, alta e média renda mantém-se impregnado de ideias, sonhos e perspectivas. Trata-se da alienação do consumo, ainda vigente nas sociedades, sob a influência do capital. Ao consumir uma habitação nos “enclaves urbanos” o cidadão torna-se um consumidor. Em muitos países a troca dos espaços habitacionais tem se tornado uma prática cada vez mais frequente. Assim, muda-se de imóvel, como forma de renovar a vida, de esquecer os problemas e de tornar-se um novo cidadão mediante o consumo.

Ao consumir a habitação em um enclave e renegar os serviços públicos que o bairro poderia ter, o cidadão transforma-se meramente em um consumidor, pois passa a arcar com todos os serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado. Sua renúncia, ainda traz outras consequências mais graves, uma vez que a administração do condomínio é apartada do poder político e do exercício da cidadania que ocorre a partir daí, dentro de um grupo, que em si mesmo não reflete a cidade em sua totalidade.

O consumo da habitação nos enclaves remonta o cidadão a um espaço-tempo limitado em contraste com o consumidor (sujeito ideal para o mercado). Assim, o enclausuramento do cidadão em uma vida regida pelo consumo de bens materiais, objetos e mercadorias, gera um consumidor “perfeito” para o mercado. Apesar do “prazer de morar” que emerge da qualidade nas habitações nos enclaves, os mesmos, como espaços vividos, propagam desvantagens sociais. “O espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.” (SANTOS, 1987, p. 43).

Os enclaves residenciais ajuízam um abandono das ruas e de outros espaços públicos nas cidades brasileiras, como tendência atual.

No Brasil, as elites já não moram de frente para as ruas, já não vêem a paisagem urbana com os olhos e sim através dos vidros blindados dos automóveis, já não auxiliam no cuidado e na segurança da cidade, contudo, compram uma segurança falida aos olhos das quadrilhas e do crime organizado especializado em fazer arrastões nas cidades.

[...] a presença de pessoas atrai outras pessoas, é uma coisa que os planejadores e projetistas têm dificuldade em compreender. Eles partem do princípio de que os habitantes das cidades preferem contemplar o vazio, a ordem e o sossego palpáveis. O equívoco não poderia ser maior. O prazer das pessoas de ver o movimento de outras pessoas é evidente em todas as cidades. (JACOBS, 2003, p. 38)

Com o abandono sutil da postura de cidadão, os sujeitos vão sendo obrigados a não manifestarem suas ideias e começam a seguir apenas os padrões aceitáveis pelo mercado econômico, pelas instituições, organizações, aumentando um individualismo que não vê o próximo como alguém capaz de inspirar confiança. Aumentam nas cidades, sentimentos de descrédito no próximo, negação ao diferente, medo do desconhecido, redução do círculo de amizades, fuga das relações sociais no contexto da vizinhança e fuga das ruas, tornando o espaço desta cidade e da vida cotidiana propício à emergência da criminalidade.

Tanto os enclaves (de apartamentos) como aqueles (de lotes, casas e sobrados) refletem em seu interior uma institucionalização e normatização da vida cotidiana em oposição à cidade como símbolo da liberdade. O exercício da cidadania diz respeito ao uso e apropriação da cidade por seus cidadãos e também pelos visitantes. Ser cidadão é compactuar com outros cidadãos do uso e apropriação dos espaços públicos nas cidades e não apenas de espaços privados, como tem acontecido atualmente: *Shoppings*, restaurantes, supermercados, lanchonetes, e outros locais destinados ao consumo e não ao lazer.

As relações sociais nos espaços públicos da cidade constroem laços de união, solidariedade, afetividade e enchem o futuro urbano de esperanças; o contrário, segundo Harvey (2000), é a construção de espaços de utopia, ou *privatopias*. Apesar do enclausuramento habitacional, as cidades brasileiras ainda apresentam manifestações pacíficas de alegria e convivência que enchem o futuro urbano de possibilidades. Cidadãos urbanos que vivem intramuros percebem o tempo de acordo com o ritmo de suas vidas, e isto ocorre de modo diferente para cidadãos que habitam bairros convencionais com ruas públicas. É provável que as expectativas dos mesmos também sejam diferentes quanto à política, educação, saúde, lazer. Portanto estes cidadãos produzem locais diferenciados em um mesmo espaço geográfico.

4. Os enclaves residenciais fortificados em Limeira-SP: alguns resultados

A vida cotidiana nos “Enclaves Residenciais Fortificados” ainda é pouco conhecida, principalmente devido à dificuldade de acesso a estas áreas pelos pesquisadores, além da condição de estranho assumida por aqueles que estão do lado de fora dos muros. Ao abordarem a vida cotidiana nos “Enclaves Residenciais Fortificados”, vários pesquisadores apontaram os obstáculos encontrados na busca por algum tipo de contato com os condôminos. Estes fatores são comprometedores no processo de teorização e no desenvolvimento de pesquisas sobre a temática dos enclaves.

Os habitantes dos “Enclaves Residenciais Fortificados” caracterizam-se, antes de tudo, pela renda e *status* que permitem aos mesmos a formação de associações com padrões socioeconômicos semelhantes permitindo que desfrutem da exclusividade do bairro. Esta força da dimensão privada na demonstração de *status* social, através da produção de espaços habitacionais tem contribuído para a formação dos atuais “enclaves”, ainda pautados nas relações de

“vizinhança”, e segundo Caldeira (2000) isto acontece mesmo em situação de extrema “proximidade” geográfica com a pobreza. Esta “proximidade” seria o padrão de segregação do tempo presente.

Em Limeira-SP a busca por um diálogo com os moradores e consumidores de “Enclaves Residenciais Fortificados” não foi mais fácil do que em outras cidades; o mesmo ocorreu de modo indireto, característica específica e reveladora de que cidade ainda conserva velhos valores de uma sociabilidade remanescente de outros tempos.

Constatou-se também que não é comum relações sociais entre moradores dos enclaves e seus vizinhos instalados nos bairros populares; estas relações sociais ocorrem exclusivamente no contexto do trabalho. Os moradores dos enclaves fazem uso das vias públicas de transporte e de alguns comércios como: farmácias, supermercados, padarias, oficinas e postos de combustíveis, que dão certa centralidade à periferia.

Nosso objetivo foi inicialmente investigar três condomínios, mas a empresa administradora de um deles, o condomínio residencial “Porto Fino” não permitiu a participação dos moradores. Quanto mais terceirizada a administração do enclave, mais difícil o acesso a ele, uma vez que os interesses empresariais podem divergir dos interesses dos moradores, que não conseguirão fazer valer seus direitos de cidadãos e de consumidores. Assim, conhecer os moradores destas áreas e sua relação com a cidade é uma importante ferramenta de gestão para o futuro das cidades, por isso nos próximos parágrafos vamos apontar os resultados dos questionários aplicados em dois dos condomínios habitacionais (Jardim Residencial Florença e o Condomínio de Edifícios *Ravenna*): na cidade de Limeira-SP.

Em relação ao gênero a proporção de homens e mulheres nos condomínios foi a mesma. Na amostra coletada prevaleceram pessoas com faixa etária entre 30 e 60 anos sendo reduzida a participação de pessoas muito jovens, ou muito idosas; o que não quer dizer que inexistem crianças e idosos nos enclaves pesquisados. O grau de escolaridade predominante mostrou-se elevado sendo que a maior parte dos moradores apresentou curso superior e pós-graduação; apareceram em proporção menor moradores com Ensino Fundamental e Ensino Médio, porém com alguma ocupação profissional.

A maior parte dos entrevistados eram naturais da cidade de Limeira-SP. Constatou-se também a presença de migrantes oriundos de outras cidades paulistas, e também de outros estados do Brasil como: Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Dentre a estrutura ocupacional,

os empregos ou profissões atingiram aproximadamente 100% dos casos investigados.

O tempo de residência dos moradores do Jardim Florença variou de cinco a quinze anos, havendo poucos moradores com mais de 10 anos de residência no bairro, devido a três fatores: o primeiro deles é que o tempo de edificação das residências pode oscilar entre 3 e 5 anos em loteamentos de altíssimo ou alto padrão.

No condomínio residencial *Ravenna* o tempo de moradia apresentou-se menor devido ao tipo de moradia – apartamentos; e alguns se destinavam ao aluguel, prática comum nos enclaves com mais de um edifício; o que não acontece em condomínios que tiveram sua gênese ligada ao loteamento, onde este tipo de índice é baixo ou quase nulo. Em nenhum dos casos houve a presença de habitações com mais de seis moradores, revelando uma média reduzida do número de filhos nessas áreas.

Uma das dúvidas recorrentes antes desta pesquisa era-se os condomínios retratavam uma fuga dos apartamentos como residência, ou mesmo uma fuga das áreas centrais, ou ainda uma fuga dos bairros tradicionais da cidade? Os questionários revelaram que a maioria dos moradores deixou os bairros tradicionais com vias de circulação públicas e foi para os enclaves na periferia, demonstrando que a preferência das classes mais abastadas quanto à residência no Brasil, segue os padrões mundiais de consumo. Isto mostra que a vida cotidiana pautada nas relações sociais em bairros com vias públicas não tem sido uma alternativa atraente, como foi no passado para a burguesia, a qual, cada vez mais está se esquivando dos problemas de origem pública e política nas cidades brasileiras.

Dentre as razões que motivaram a mudança para um enclave de apartamentos ou a construção da casa neste tipo de empreendimento dois itens foram centrais. Segundo os moradores: (segurança e tranquilidade) O enclave aparece como uma fortaleza, ideal para sanar problemas como: poluição, trânsito rápido e convivência com a pobreza.

Apareceram também como razões pela opção da habitação nos enclaves: a localização no espaço intraurbano em relação ao centro e ao local de trabalho. O investimento financeiro apesar de aparecer em menor proporção, também é um fator significativo, já que lotes e apartamentos nos enclaves valorizam-se mais rápido do que em outras áreas da cidade, existindo a possibilidade de resgatar o investimento em situações posteriores.

Também é importante ressaltar que os moradores dos condomínios se deixam influenciar pelo *status* de morar nestas áreas, mesmo não tendo citado este motivo nos questionários.

Entre as preferências de lazer dos voluntários que participaram da pesquisa estão os restaurantes, cinemas, supermercados, pizzarias, bares, teatros e academias; espaços privados, vistos como opções que preenchem as horas destinadas ao lazer. Como lazer espontâneo os participantes citaram os encontros com familiares em outros locais da cidade, além da frequência à igreja, agregando às famílias valores tradicionais.

No caso específico do condomínio *Ravenna*, a pesquisa revelou certa preocupação dos moradores em tornar o lugar atrativo, por isso o mesmo conta com a criação de animais de estimação no condomínio. À área livre do condomínio conta com vários gansos e coelhos. Os cuidados com os animais de estimação constituem uma responsabilidade a mais para o condomínio. Poucos moradores frequentam a área rural do município, uma área de lazer bastante tradicional, mas que perdeu espaço após a implantação de infraestruturas como piscinas, salão de festas, campos, quadras e etc, anexadas aos “enclaves urbanos”.

Boa parte dos moradores do Jardim Florença, em Limeira-SP, declarou não fazer uso das áreas de lazer do enclave. Uma justificativa para este índice baixo é a sociabilidade nos enclaves, que é maior somente entre as crianças, sendo este grupo o que mais frequenta as áreas de lazer do condomínio. Como estes não foram voluntários na pesquisa, a frequência dos moradores nas áreas de lazer aparece reduzida.

A maioria dos entrevistados declarou trabalhar na própria cidade Limeira-SP; um número menor viaja para cidades vizinhas com a mesma finalidade, ou realiza curtas viagens de negócios. Como em outras cidades de porte médio, Limeira-SP reproduz a tendência paulista de predileção por lojas de autosserviço, com atendimento rápido e cuja localização seja próxima dos bairros de moradia. Quanto ao grau de satisfação dos moradores dos enclaves com o comércio local, este é maior em relação ao comércio de vizinhança, mostrando que os espaços preferidos pelos moradores são as grandes redes de lanchonetes e hipermercados e outros serviços locais.

O uso do serviço público de saúde foi considerado regular pelos moradores, no entanto 90% dos participantes declararam fazer uso apenas do serviço privado de saúde. No setor educacional, a maioria dos residentes utilizava o sistema privado de ensino e avaliaram o mesmo como sendo bom; tal qual, a minoria que fazia uso do ensino público.

A segurança aparece em primeiro lugar dentre os fatores que motivaram a vida no condomínio; outro aspecto interessante é o auxílio da portaria, essencial no regresso das crianças após a escola e no controle do acesso às residências. Isto mostra que existe uma grande preocupação dos pais em controlarem o tempo vivido pelos filhos, principalmente em relação à questão da segurança.

No condomínio *Ravenna* alguns problemas foram apontados como pertinentes aos conjuntos de prédios de apartamentos em geral, como falta de privacidade e taxas elevadas de manutenção.

No Jardim Florença os moradores apontaram como aspectos negativos: jovens no trânsito em alta velocidade, animais soltos, carência de áreas de lazer, solidão, altas taxas de condomínio, lixo nas vias e vizinhos barulhentos; estes são alguns exemplos de contraposição ao modelo e às regras de convivência, revelando que atrás dos muros existem problemas que também são comuns fora deles. Nesse sentido, “os Enclaves Residências Fortificados”, como marco de transformação na paisagem das cidades a partir de 1970, constituem também um marco nas transformações ocorridas na sociedade.

Como forma concreta os enclaves, cuja função é hegemônica em muitas cidades brasileiras, possuem uma face que pode ser lida nas estruturas (novas relações produzidas) no processo mais abrangente de produção e reprodução da habitação como uma mercadoria recente.

Cada tipo de enclave e sua reprodução – uma inovação – nas cidades geram identidades sociais e, é também exemplo das tendências mundiais que se impõem no lugar. Desta transformação espacial nascem desigualdades excludentes de uma maioria da população que tem no espaço urbano sua fonte de inspiração para viver o presente. Esta coexistência desigual de espaços e também de tempos nas cidades é mais do que um confronto, é o princípio da extinção dos laços de solidariedade e confiança que estão se tornando escassos em todas as classes sociais.

A produção dos “Enclaves Residenciais Fortificados” herdou em todos os continentes, “as características europeias de habitação social” e, principalmente, as semelhanças com os condomínios norte americanos, onde *status* habitacional e o isolamento assumiram dentro de certos limites, as especificidades dos lugares.

A cidade de Limeira-SP retrata o modelo metropolitano de produção dos enclaves, mas retrata também o Brasil, com suas contradições e preconceitos advindos da colônia, do império, da república e da atual democracia neoliberal. Nesse contexto, a habitação como necessidade fundamental dos indivíduos tornou-se um elemento norteador do estudo dos condomínios ou enclaves, pois a partir dela, como identidade de seus moradores, foi possível repensar o uso e a apropriação que a sociedade tem feito do espaço e do tempo.

O consumo da habitação no centro (enclaves de apartamentos), integrado à proliferação dos enclaves de (lotes, casas e sobrados), propõe uma nova definição para a paisagem urbana.

A produção da cidade para as classes dominantes negligencia uma massa da população urbana excluída do “direito à cidade”. Essa exclusão dos menos favorecidos nas cidades tem como plataforma, as políticas públicas que vão se legitimando através da atuação do Estado como agente regulador das práticas dos agentes. As desigualdades sociais nos induzem a crer em uma hegemonia da mundialização do capital, mediada pelo consumo nos lugares.

Se para alguns a habitação nos enclaves é possível, para outros a habitação ainda é uma necessidade inatingível. Nas áreas urbanas o ritmo da vida, do trabalho, das relações sociais impõe um individualismo que se concretiza no “reino da mercadoria”, tornando a habitação um símbolo de poder e domínio.

Nos anos de 1980, a acentuada produção de condomínios de apartamentos viabilizou-se graças ao monopólio do solo no Brasil, que foi muito mais uma forma de investimento e acumulação de capital do que um assentamento das classes sociais.

Diferente dos condomínios de apartamentos na área central, a presença ostensiva das classes menos favorecidas na vizinhança não descaracterizou o perfil da elite concentrada em áreas bem localizadas na periferia, e cujos muros não permitem qualquer possibilidade de encontro, com o tempo da periferia.

A privacidade que invadiu o espaço da habitação no Brasil foi aos poucos ganhando o a vida cotidiana transformando as relações sociais e remodelando os conceitos de diversidade e sociabilidade, até então presentes nos espaços urbanos.

As ruas foram perdendo sua característica principal, de ponto de encontro, para assumir o *status* de lugar perigoso e violento. Por outro lado, apesar dos enclaves se complementarem com o uso do serviço de segurança privada, nota-se que em alguns espaços esta prática não é plenamente eficaz.

É preciso considerar que apesar da Geografia Urbana ter buscado explicar o espaço dos menos favorecidos durante décadas, atualmente o estudo destes “guetos ou bolsões de riqueza” são alternativa concreta para analisar a cidade, pois as elites vivem nestas áreas e, portanto, constroem a cidade para si e para suas gerações futuras.

Talvez, como já tenha ficado explícito no decorrer desta pesquisa, o consumo da habitação nos moldes dos enclaves não atinja a todos os moradores da cidade, pois ainda existem aqueles para os quais a habitação e sua produção ou consumo ainda é um sonho distante. Muitos moradores da cidade ainda preservam o joguinho de cartas, levam as crianças para brincar na

praça, e conversam com os vizinhos no banquinho da calçada. Nesta lógica, o tempo presente revela que nem todos aderem ao modo de vida global. Criticar os enclaves é criticar o “modo de vida urbano” de alguns como enclausuramento cotidiano no tempo presente.

Muitas das questões respondidas no decorrer da pesquisa foram encontradas no diálogo com os próprios moradores da cidade, os quais vivenciam a cidade e, através dela, acumulam conhecimentos que permitem a construção de um novo cotidiano. Ao escolher uma habitação nos enclaves seus moradores acreditam estar abandonando os problemas de ordem pública, quando na verdade irão enfrentar os mesmos problemas intramuros.

O tamanho dos enclaves influencia diretamente nas taxas do condomínio; assim, aqueles que dispõem de muito recurso optam por espaços mais exclusivos, ou seja, que não ultrapassem 30 ou 40 residências.

Deste modo, é possível afirmar que os agentes produtores dos enclaves encontram nas cidades brasileiras condições como: mão-de-obra barata, terras disponíveis e fiscalização ineficaz, o que vem permitindo a proliferação destes empreendimentos. A proliferação dos enclaves nas cidades brasileiras impõe muitas incertezas acerca do futuro desta tendência residencial, como por exemplo: quando e como ocorrerá uma estagnação na produção destes empreendimentos? Questões como esta somente poderão ser respondidas futuramente, pois os enclaves ainda constituem um fenômeno em construção no Brasil.

Observou-se que no decorrer da pesquisa estava havendo um crescimento progressivo dos condomínios de lotes, casas e sobrados em oposição aos enclaves de apartamentos, cuja construção estava em decréscimo em relação às décadas de 1980 e 1990; mas com um novo *boom* de produção após a crise norte americana de 2008. Assim, a produção e reprodução da cidade mediante os enclaves em suas várias modalidades é uma certeza nas cidades brasileiras de porte médio durante as primeiras décadas do século XXI.

Se por um lado os enclaves preconizam a perda de parte da sociabilidade urbana, por outro a existência de equipamentos (mesmo que não utilizados) intramuros retrata uma contradição baseada na tão sonhada sociabilidade. Não basta os agentes produzirem estes enclaves nos lugares, é necessário ofertar também “o prazer de morar”. A habitação apresenta-se então, como um destes prazeres, daí sua importância no sistema produtivo atual reafirmando a possibilidade do espaço como mercadoria e bem de consumo. Emergem da mundialização do

consumo e do capital, produções sociais específicas dos lugares e que sempre carecem de ser explicadas.

A abordagem geográfica utilizada nesta pesquisa mostrou que o processo de produção e consumo da habitação nos “Enclaves Residenciais Fortificados” nas cidades brasileiras contém todo o seu passado através de uma evolução espaço-temporal das formações sociais, econômicas e culturais. Assim, buscou-se antes de tudo mostrar que o condomínio/enclave como objeto de estudo e como fenômeno geográfico está ligado à sociedade e suas relações de produção no espaço e no tempo, além das concepções que as diferentes classes sociais têm destas categorias.

Neste momento de reflexão sobre os “Enclaves Urbanos”, esperamos que nossas contribuições tenham sido capazes de permitir ao leitor uma avaliação das tendências na produção e consumo da habitação enclausurada nas cidades médias, assim como suas consequências para o espaço e o tempo da vida cotidiana nestas áreas.

5. Considerações finais

Buscou-se, no decorrer deste artigo, mostrar que o condomínio/enclave é antes de tudo um fenômeno geográfico, cujo conhecimento no Brasil e no mundo ainda se faz necessário. O condomínio analisado, sob a égide da sociedade e suas formas de produzir o espaço no tempo, é ajustado pelos agentes privados do mercado imobiliário brasileiro com forte influência do financiamento público. Estes condomínios, como produtos de mercado, revelam um constante apelo ao consumo da habitação-mercadoria como sendo fundamental na ascensão ou manutenção do *status* social de uma parcela restrita da população brasileira.

Os condomínios são capazes de exercer forte influência nas classes sociais mais abastadas que acreditam nesta modalidade de habitação, como bem de consumo capaz de oferecer o “prazer de morar” associado a uma suposta qualidade de vida que interfere na relação do cidadão e morador com o tempo, especialmente o tempo vivenciado no espaço urbano. Através da participação dos moradores dos condomínios em Limeira-SP, foi possível concluir que existe um abismo entre as ideias divulgadas pelos agentes em suas propagandas e a vida cotidiana nestas áreas, de modo que as insatisfações ligadas à vida cotidiana no condomínio existem e são comuns aos moradores das cidades brasileiras em geral.

Se por um lado, o mundo e a pressão do mercado econômico é a mesma, as formas de interpretação dos habitantes urbanos serão distintas. A satisfação das necessidades humanas torna-se utópica no contexto do *marketing* imobiliário, cujo foco é a comercialização em massa de produtos, nesse caso a habitação destinada às classes de maior poder aquisitivo nas cidades, sobrevalorizando o solo-terra urbana e a habitação para os menos favorecidos.

A produção e a reprodução do espaço urbano pela forma habitacional, após o surgimento dos enclaves, vêm assumindo conotações ainda desconhecidas pelos pesquisadores, sendo um dos temas mais pesquisados no mundo atual devido ao seu papel na transformação das sociedades. Neste momento de reflexão sobre os “Enclaves Urbanos”, espera-se que as contribuições tenham sido capazes de permitir ao leitor uma avaliação das tendências na produção e consumo da habitação nas cidades, assim como suas resultantes para o espaço e o tempo da vida cotidiana nestas áreas.

REFERÊNCIAS

BARATA SALGUEIRO, T. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. **Revista Finisterra**. Lisboa, XXIX, nº 57, 1994, pp. 79-101.

BARBOSA, L. A. (2007) **Faces de produção do espaço urbano em cidades médias: “os enclaves residenciais fortificados” em Limeira – SP**, Dissertação de mestrado, IGCE: UNESP, Rio Claro: 2007.

BAUDRILLARD, J. **América**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1986.

_____. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000.

CALLENDER, C. O tempo é uma ilusão. **Revista Scientific American Brasil**. Mistérios profundos do tempo. São Paulo: Ediouro Duetto, Edição especial nº 46, 2012.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos**; conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

- CHEsNEAUX, J. **Modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CLARK, D. **Introdução a geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.
- COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na Era da Informação. In: Lastres, M. H. (orgs) **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.
- COSTA, E. M. da. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Revista Finisterra**. Ano XXXVII, nº 74, p.101-128, 2002.
- DAR’C, H R. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo—mistura ou gentrificação. In: CARLOS, A .F. A; OLIVEIRA, A U. de. **Geografias de São Paulo: a metrópole do Século XXI**. São Paulo. Ed. Contexto, 2004, Volume II, p. 341–342.
- FRÚGOLI, J. H. **São Paulo: Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.
- LEFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. Hucitec, São Paulo: 1996.
- MUMFORD, L. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. v. 2
- NASCIMENTO, Isabela Soares. O arranha-céu: produto verticalizado da globalização. **Revista sociedade & natureza**. Uberlândia-MG, EDUFU, Ano 12, nº 23, p.107-132, 2000.
- NUNES, M. P. Condomínios Fechados: uma dinâmica global. In: FERREIRA, M. J. (orgs). **Condomínios habitacionais fechados: utopias e realidades**. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2001, p.31-59. (Série Estudos nº 4).
- ORTIGOZA, S. A.G. **O tempo e o espaço da alimentação, no centro da metrópole paulista**. Tese de Doutorado, IGCE, UNESP, 2000, Rio Claro – SP.
- PEREIRA, C. M da S. **Condomínio e incorporações**. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ, 1997.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999. (coleção cidade aberta).

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985, Coleção espaços.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, M. A. A de. **A identidade da metrópole.** Edusp. São Paulo: 1994.

SOUZA, M. L. De. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à questão urbana. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2002.

SPÓSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu:** a lógica da (re) produção monopolista da cidade. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo: 1991.

RAMONTANO, M. **Novos modos de vida, novos espaços de morar:** Paris, São Paulo, Tóquio, uma reflexão sobre a habitação contemporânea. Tese de Doutorado em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP: São Paulo, 1998.

A FORMAÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES A PARTIR DE *SHOPPING-CENTERS* EM LONDRINA/PR

Luís Eduardo Devai¹

Resumo: Este texto pretende contribuir com o estudo das cidades médias através da análise da constituição de novas centralidades urbanas em Londrina - município classificado como centro regional e localizado ao norte do Paraná - associadas à constituição de *shopping-centers*. Subsidiado em aportes teóricos variados e na análise de dados estatísticos, este estudo traz como hipótese de pesquisa que a instalação deste tipo de empreendimento em cidades médias conduz a uma reestruturação dos fluxos e reorganização dos fixos, logo uma reestruturação de todo o processo de urbanização, considerando a relação entre forças econômicas e políticas que direcionam o processo de desconcentração espacial e segregação socioespacial urbanas.

Palavras-chave: cidades médias; centralidades; *shopping-centers*; desconcentração; Londrina.

THE FORMATION OF NEW CENTRALITIES AS FROM SHOPPING-CENTERS IN LONDRINA/PR

Abstract: This text intends to contribute with the medium cities studies through the analysis of new urban centralities constitution in Londrina - city classified as regional center and located in north of Paraná State – associated to Shopping Mall constitution. Subsidized in miscellaneous theoretical support and the analysis of statistic data, this study brings as a research hypothesis that this kind of building installation in medium cities tends to the fluxes reconstruction and the fixed reorganization, thus to restructuring of all urbanization process, considering the relation between economic and politics forces that points the spatial decentralization process and urban social and spatial segregation.

Keywords: Medium Cities, Centralities, Shopping Malls, Deconcentration, Londrina

1. Introdução

Apropriamo-nos do espaço, enquanto âmbito das atividades humanas e condicionado pelas mesmas, a partir da lógica estabelecida pelo modelo econômico dominante e pela utilização da técnica. O desenvolvimento das cidades ao longo da história tem demonstrado que a sua oferta de bens e serviços assim como a sua forma física estão diretamente ligados a finalidade da

¹ Professor de Geografia na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Licenciado e Bacharel em Geografia pela Unesp-Ourinhos. Artigo oriundo de pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP. E-mail: edudevai@gmail.com.

cidade, hoje a finalidade da reprodução máxima do capital fazendo com que o processo de urbanização esteja diretamente ligado as atividades econômicas e sociais.

A atual estruturação da cidade, a sua configuração territorial, a distribuição das classes pelo território, as hierarquias intra-urbanas e intra-regionais etc. têm relação direta com as próprias bases materiais do modo de produção hegemônico, a sua evolução (produção e reprodução), os processos de acumulação do capital e suas crises. (SOGAME, 2001, p.98)

O capitalismo, na sua atual fase financeira-tecnológica, está marcado pelo exacerbado consumo e pela construção de formas que induzam este consumo. Entre estas novas formas que surgem na paisagem urbana, temos o *shopping center*, que se caracteriza como um verdadeiro templo da mercadoria (PINTAUDI, 1989). A instalação de um empreendimento como este implica em profundas modificações do espaço urbano, tanto no espaço intra-urbano (VILLAÇA, 1998) como inter-urbano. Entre os processos desencadeados podemos verificar o surgimento de novas expressões de centralidades urbanas, as multi(poli)centralidades concomitantes ao Centro Tradicional da cidade.

O processo de descentralização foi tratado por diversos autores da Geografia Urbana como, por exemplo, Correa (1995) e Lefebvre (1999), que explicam o processo como a gênese de uma nova área polarizadora dentro do espaço urbano que não compete com o centro principal, mas atua como numa multi (poli) centralidade. Este espaço apresenta uma oferta de bens e serviços semelhante aquela do Centro Principal o que gera uma modificação na urbanização criando uma lógica de fixos e fluxos semelhante aquela do Centro Principal, porém em um espaço diferente dentro da cidade. Aquilo que Santos em seu livro *A Natureza do Espaço* (2002, p.96) vai chamar de lugar, ou “um ponto onde se reúnem feixes de relações”. Reiteramos que não se trata de uma competição entre estes espaços e sim uma coexistência.

A descentralização espacial faz parte do processo que Cunha (2002) chama de reprodução simples e ampliada do espaço. A partir destes conceitos de Cunha (2002) utilizamos da concepção espacial para apontar os efeitos que as ampliações de empresas aliadas às deseconomias de aglomeração trazem para a modificação da dinâmica uni-central de uma cidade, gerando novas expressões de centralidade. A história da humanidade sempre esteve vinculada ao processo de acumulação de bens, e com a consolidação do capitalismo como modo de produção, houve uma especialização diversificada do processo. A natureza do capitalismo não permite que essa acumulação fique imóvel dentro do sistema produtivo, logo sendo necessária uma

reprodução interrupta do capital. Cunha (2002), utilizando-se de Marx para explicar esse processo, indica para formas de reprodução do capital – simples e ampliada.

A reprodução simples do capital se baseia em um sistema produtivo no qual a mais valia – trabalho não-pago – não é injetada na produção na forma de capital produtivo, sendo completamente consumida pelo proprietário dos meios de produção, mais próximo ao sistema pré-capitalista de acumulação. Essa situação é completamente abstrata e não se verifica no mundo real devido á impossibilidade de se manter uma repetição continua das variáveis produtivas e mercadológicas. A reprodução ampliada do capital ocorre quando o proprietário dos meios de produção insere a mais-valia no sistema produtivo, assim forçando uma característica continua de crescimento da riqueza acumulada que será transformada em capital, e a cada ciclo, pela diferença entre o valor real do trabalho e o valor pago ao funcionário pelo seu trabalho, há um acréscimo no investimento.

Corrêa (2002, *apud* CUNHA, 2005) utiliza os conceitos de Marx de reprodução simples e ampliada do capital para desenvolver a noção de reprodução simples do espaço e reprodução ampliada do espaço. Esta noção surge a partir dos efeitos da reprodução do capital no centro das cidades perante os fatores resultantes de uma deseconomia de aglomeração, gerando um processo de descentralização.

Existe, de um lado, um processo de reprodução simples do espaço e, de outro, ampliada. No primeiro caso, um local de concentração de atividade, como o centro da cidade, expande-se vertical ou horizontalmente. Isto se dá pelo aparecimento de novas empresas que são agregadas ao espaço já constituído. No segundo caso, uma nova organização espacial é criada ou alterada pelo aparecimento de subcentros comerciais, cuja forma mais moderna é o shopping center (...) (CORRÊA, 2002, p. 99, *apud* CUNHA, 2005, p. 57 *grifo nosso*)

Tanto a reprodução simples como a reprodução ampliada do espaço ocorrem dentro da reprodução ampliada do capital. O que as diferencia é a sua contiguidade espacial. Espaços de reprodução simples são agregados á espaços que já existiam. A verticalização é considerada um processo de reprodução simples do espaço. No caso de espaços que são produzidos em locais onde não se acha uma contiguidade, trata-se de espaço de reprodução ampliada.

A lógica de reprodução ampliada do capital irá definir a (re)produção de espaços a partir das vantagens e desvantagens locais que se encontram nos espaços contínuos e descontínuos. Como vantagens da reprodução simples do espaço podemos citar a existência de um mercado consumidor consolidado, infraestrutura e pela presença de outros serviços

complementares à atividade proposta pela empresa ou loja. A difusão do automóvel em larga escala é um dos fatores fundamentais para o aumento do dinamismo dos processos urbanos uma vez que intensifica o deslocamento, tanto em distancia quanto em intensidade devido a autonomia dada aos indivíduos.

O automóvel é [...] um dos mais importantes signos do nosso tempo e seu papel na produção do imaginário tem profunda repercussão sobre o conjunto da vida do homem, incluindo a redefinição da sociedade e do espaço. As cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse. (SANTOS, 2002, p.99)

Uma vez que estudamos os efeitos da centralidade urbana em uma cidade, devemos considerar a função dessa cidade na rede urbana e de que maneira esta condição atua na redefinição da centralidade a partir da instalação de um *shopping center*. Com base na literatura produzida sobre cidades médias (SPÓSITO, 2007), podemos considerar que o município de Londrina (PR) se configura como uma cidade articuladora do seu espaço urbano com níveis superiores da rede urbana, atuando assim como uma cidade intermediária, ou cidade média. A instalação de um *shopping center* em uma metrópole – São Paulo – tem reflexos dentro dos seus arredores imediatos, mas pouco influência no processo de urbanização de toda a cidade. Já a instalação deste tipo de empreendimento em cidades médias apresentou, no caso de Londrina (PR), uma reestruturação dos fluxos e reorganização dos fixos, logo uma reestruturação de todo o processo de urbanização.

Podemos trabalhar a noção de uma cidade média a partir da definição apontada por Costa (2002, apud Castello Branco, 2007).

Nesta nova configuração, os centros intermediários assumem nova importância, pois no contexto da internacionalização da economia, além de exercer a intermediação entre os níveis superiores e inferiores no sistema urbano nacional e regional, passam a estabelecer “relações com outros territórios/cidades no mesmo nível hierárquico, que desenvolvem funções complementares ou similares, no espaço nacional ou internacional, articulando-se em rede, numa visão de integração num espaço mais abrangente (integração á escala nacional e internacional) (COSTA, 2002, p.117, apud CASTELLO BRANCO, 2007, p 90).

E de Sposito (2007):

O que se quer é compreender as cidades médias a partir de processos e dinâmicas que são, sobretudo, econômicos, mas verificando suas dimensões

espaciais, o que significa pensar na posição sempre relativa e transitória dessas cidades e de seus papéis nas relações, sobreposições e articulações com o espaço rural e com outras cidades e múltiplas escalas. (SPOSITO, 2007, p. 233).

Assim, temos nestas definições a ideia de que são cidades cuja compreensão deve ocorrer no nível econômico a partir da sua articulação espacial com os espaços rurais e urbanos, permitindo o rompimento de níveis de hierarquia urbana.

Localizada no norte paranaense, a cidade de Londrina conta hoje com 506.701 habitantes (IBGE, 2010) e possui um PIB de R\$ 8 bilhões, representando 4.68% do PIB paranaense. Sua região conta com uma população que ultrapassa um milhão de habitantes, fazendo dela um importante centro comercial, além de representar o que Berry (1970) vai chamar de cidade primaz, uma vez que sua população é maior que a soma da população das cidades dentro da sua hinterlândia.

Localizada há aproximadamente 380 quilômetros da capital Curitiba (PR) e 410 quilômetros de São Paulo (SP), além de ser uma cidade com clima subtropical e de solo *terra roxa*, Londrina (PR) apresenta condições naturais muito favoráveis ao desenvolvimento da cafeicultura. Esta atividade agrícola foi responsável pelo grande desenvolvimento econômico da região a partir da segunda metade do século XX. Uma sucessão de geadas destruiu grande parte da produção agrícola, redirecionando os investimentos para outros segmentos. Hoje a cidade se configura como referência no segmento da produção de soja devido a presença de instituições de pesquisa voltadas para o grão (EMBRAPA-SOJA; IAPAR).

Este grande dinamismo econômico foi importante atrativo para investidores planejarem a construção de um *shopping center* no município. O Catuaí Shopping Center foi inaugurado em novembro de 1990, com uso de capital da Construtora Khouri, de origem londrinense, em parceria com a Construtora Catuaí, Banco Pontual, Banco Multi Stock, Badressa Participações, Ceres Fundação, Fundação Braslight, PRHOSPER, Instituto Rhodial, Prebeg Caixa e a Regius Sociedade (RIBEIRO, 2006). Utilizou-se um investimento inicial de aproximadamente 55 milhões de dólares, usados de fundos de previdência particular e privada, não sendo influenciado pela paralisação bancária realizada pela administração do então presidente, Fernando Collor de Mello. Foi construído no extremo sul da cidade em uma área usada para plantação de soja. Esta área se encontrava desvalorizada em função da sua distancia em relação ao Centro Principal da cidade e da ausência de equipamentos urbanos na área.

Em 1999 o Centro Principal de Londrina recebe um novo *shopping center*, o Royal Plaza Shopping. Localizado em uma área degradada, a instalação deste empreendimento significou uma revitalização de uma parte do Centro Principal. Um *shopping center*, com uma proposta clássica dentro do rol de empreendimentos deste tipo instalados em espaços com pouco espaço para crescimento horizontal. Localizado na região central da cidade, recebe um fluxo variado de pessoas e revitalizou uma parte do centro degradada por falta de investimentos. Como o Centro Principal está espacialmente saturado, o processo de verticalização é tido como natural em virtude da necessidade de espaço.

Localizado na Rua Mato Grosso, no local da antiga garagem da Viação Garcia, no centro da cidade, o Royal Plaza Shopping foi inaugurado em novembro de 1999, através das ações da empresa Metacon, nove anos depois do Catuaí Shopping Center. Teve um investimento de 15 milhões de reais, que somados aos investimentos realizados pelos lojistas, totalizou 22 milhões de reais em investimentos. A Viação Garcia possuía em 1999, 30% das cotas do empreendimento. Representa um tipo de *shopping center* com características de espaços que permitem pouca expansão horizontal, uma vez que apresenta uma estrutura verticalizada, um *mix* de lojas voltadas para o consumo rápido e de necessidades básicas. Foi resultado da refuncionalização de uma área em processo de desvalorização, em pleno Centro Principal de Londrina, que resultou em uma nova dinamicidade do centro em diferentes escalas.

A inauguração do *shopping center* levou a uma intensificação da concorrência entre os lojistas do Royal Plaza Shopping e os comerciantes das ruas vizinhas. Sua localização na Área Central da cidade de Londrina (PR) é um fator determinante na sua estrutura física (verticalização), *mix* e consumidores. No entanto, antes de descrevermos esses aspectos, iremos tratar da caracterização do entorno do Royal Plaza Shopping. Historicamente, é interessante notar que no local onde hoje se encontra a Loja Marisa, na esquina da rua Mato Grosso, já funcionou uma agência do banco Bradesco que substituiu uma loja da marca Levi's de roupas unissex que usou do espaço antes ocupado pelo Banco Mercantil de São Paulo. Isso mostra uma alta rotatividade dos estabelecimentos da Área Central que constantemente se modifica com o objetivo de maximizar a lógica capitalista de reprodução do capital.

Para realizar este texto², optamos por dividir nossas atividades em duas etapas. A primeira baseada na revisão e levantamento bibliográfico¹ para a discussão dos temas e conceitos necessários. A segunda etapa baseou-se em dois momentos. O primeiro consistiu na recuperação dos dados desta pesquisa junto das fontes utilizadas anteriormente. Os dados foram então atualizados junto às mesmas. Obtivemos grandes informações sobre nosso objeto de estudo a partir da própria administração do *shopping center*. Uma fonte importante de dados referentes aos empreendimentos é o *site* das construtoras responsáveis pela execução dos projetos do Royal Plaza Shopping e do Catuaí Shopping Center – Metacon Construtora e Construtora Catuaí, respectivamente.

Além dos dados específicos sobre o Catuaí Shopping, foi necessário colher informações junto aos outros agentes produtores do espaço urbano – Estado, promotores imobiliários e proprietários fundiários. Os órgãos estatais consultados foram a Prefeitura, mais especificamente o IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina; o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; a CODEL–Companhia de Desenvolvimento de Londrina; a CMTU – Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos de Londrina.

A forte presença dos promotores imobiliários no entorno do Catuaí Shopping Center destacou a necessidade de colhermos informações referentes as suas estratégias comerciais e critérios de localização. Verificamos a presença marcante de duas empresas construtoras de condomínios verticais – Plaenge e A.Yoshii. O contato com estas empresas se deu a partir dos seus *showrooms* localizados na Av. Madre Leonina Milito. Contatos com os hotéis localizados ao redor do estabelecimento também foram fundamentais para estabelecer a relação simbiótica entre o *shopping center* e a cidade.

2. *Shopping-center*: Definição e panorama

O *shopping center* se apresenta como um objeto extremamente complexo devido à quantidade de possíveis enfoques teóricos e metodológicos. Cada área de conhecimento irá visualizar este objeto pelo seu prisma e resultará em um conjunto de definições parciais. A partir

² Destacamos que esta pesquisa está inserida dentro da monografia apresentada para a obtenção do título de bacharel em Geografia na Universidade Estadual Paulista, Campus Ourinhos.

da leitura destas diferentes definições é possível compreender a totalidade do que seria um *shopping center*. Vale destacar que como fruto e ator do processo capitalista de produção do espaço urbano, o *shopping center* é um objeto altamente mutável, logo qualquer definição é passível de ser superada com o tempo.

A definição oficial apresentada pela Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE) é muito próxima daquela apresentada por Pintaudi (1989) e Grassiotto (2005) no tocante a apresentação do *shopping center* como um espaço privado e multifacetado.

A Abrasce considera shopping center os empreendimentos com Área Bruta Locável (ABL), normalmente, superior a 5 mil m², formados por diversas unidades comerciais, com administração única e centralizada, que pratica aluguel fixo e percentual. Na maioria das vezes, dispõe de vagas de estacionamento compatível com sua área de vendas e lojas âncoras. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS, 2012)

[...] um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contínuos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem[...] como também por sua natureza distinta [...]” possuindo também um estacionamento que atenda as necessidades dos consumidores. (PINTAUDI, 1989, *apud* DEVAI, 2011, p.63)

[...] um empreendimento planejado, multifacetado espaço comercial de serviços e entretenimento, com administração única e centralizada, contendo características de marketing, propaganda e de distribuição varejista especiais, localização espacial privilegiada, estacionamento, cenário arquitetônico de indução ao consumo e a socialização. (GRASSIOTTO, 2005, p. 26)

Já autores como Hirschfeldt (2005), apontam para uma característica do *shopping center* que está ligada a ideia de uma economia de aglomeração que resulta em ‘benefícios’ para a população.

[...] é uma cidade comercial, regida por regulamentos internos que, ao proporciona a união dos comerciantes através de interesses comuns, acaba por beneficiar o consumidor e a sociedade como um todo (HIRSCHFELDT , 2005, *apud* GRASSIOTTO, 2005, p. 26).

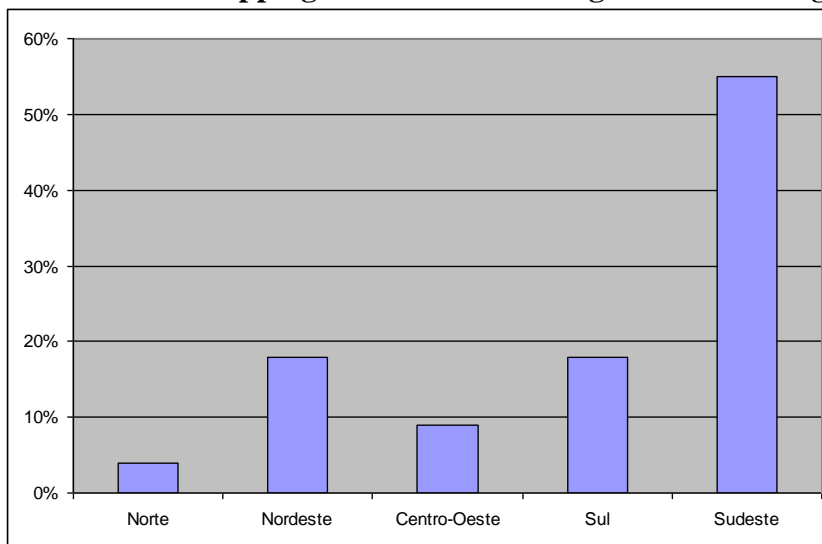
Com base nestas definições, suas similaridades e diferenças, podemos afirmar que o *shopping center* é um objeto que exige, dentro de sua estrutura, a presença de um âncora que não precisa ser uma loja de grande porte, uma vez que em muitos casos a praça de alimentação e o cinema atuam como as âncoras; deve ser fruto da iniciativa privada e que esta o administre; e possuir uma relação direta entre o seu tamanho e a disponibilidade de vagas de estacionamento.

Importante que este empreendimento também apresente uma ampla gama de lojas (*tenant mix*) potencializando seu potencial de atração.

O *shopping center* no Brasil, hoje, se mostra como um dos empreendimentos imobiliários para onde se destinam os maiores investimentos do setor privado, junto com condomínios fechados horizontais e verticais. Sua forma-conteúdo está diretamente ligada a prática mercadológica de incentivar o consumismo³, desencadeando um conjunto de técnicas e práticas que induzam o indivíduo ao consumo.

No Brasil, a gênese deste empreendimento começa em 1966 com o Iguatemi Shopping construído na cidade de São Paulo (SP). O segundo *shopping center* brasileiro foi construído na mesma cidade no ano de 1968, o Shopping Center Lapa. A história dos primeiros empreendimentos brasileiros irá refletir a forte concentração espacial destes empreendimentos na região Sul e Sudeste do Brasil, como podemos ver no gráfico abaixo.

Figura 1 - Gráfico com shopping centers no Brasil segundo macrorregiões - 2012



Fonte: Abrasce – Associação Brasileira de Shopping Centers.

³ Estes benefícios supostamente oferecidos pelo *shopping center* são resultados de uma ilusão criada pela publicidade em torno de bens e serviços. É claro que a presença de alguns serviços resulta em menores deslocamentos o que pode significar uma melhor qualidade de vida, no entanto, estes benefícios são pequenos quando comparados aos impulsos induzidos pelo mercado.

Tabela 1 - Shopping Centers no Brasil segundo macrorregiões – 2012.

Macrorregião	Shoppings	%
Norte	21	4,2
Nordeste	68	13,7
Centro-Oeste	45	9,1
Sudeste	274	55,4
Sul	87	17,6
Total	495	100,0

Fonte: Abrasce – Associação Brasileira de Shopping Centers.

Hoje, o Brasil conta com 495 *shopping centers* e uma perspectiva de inauguração de mais 43 unidades, contabilizando um total de 538 empreendimentos ao final de 2014. O setor apresenta um faturamento de 192 bilhões. No tocante a empregabilidade, o setor, segundo dados da representação do setor, injeta 843 mil empregos no país. Vale ressaltar que estes empregos não incluem os serviços terceirizados – marca registrada desse tipo de empreendimento – e os empregos gerados pelos lojistas.

O desenvolvimento da economia nacional, junto com o aumento do poder de compra da população brasileira, têm refletido em números interessantes da participação do setor na nossa economia, que representa 2% do nosso Produto Interno Bruto⁴. Quando analisamos o número de *shopping centers* por macrorregião verificamos uma concentração espacial marcante. Já a análise de indicadores do setor mostram um forte crescimento como podemos verificar na *tabela 2*.

⁴ Para esta pesquisa utilizaremos apenas os empreendimentos associados a ABRASCE, órgão oficial do setor. No site, visitado em 16/05/2012, encontramos dados estatísticos diferentes daqueles que levantamos usando números da mesma fonte. Apesar desta discrepância, a tendência estatística se mantém a mesma, colocando a região Sudeste como maior concentração de *shopping centers*.

Tabela 2 - Panorama do setor no Brasil no ano de 2013;

Ano	Nº de Shoppings	ABL (milhões de m2)	Lojas	Faturamento (bilhões/ano)	Empregos	Visitas (milhões/visitas/mês)
2006	351	7,5	56,487	50,0	524,090	203
2007	363	8,3	62,086	58,0	629,700	305
2008	376	8,6	65,500	64,6	700,650	325
2009	392	9,1	70,500	74,0	707,166	328
2010	408	9,5	73,775	91,0	720,641	329
2011	430	10,3	80,192	108,0	775,383	376
2012	457	11,4	86.631	119	877.000	398
2013	495	12,9	86.271	129,0	843,254	415

Fonte: ABRASCE, 2012.

A estrutura física do *shopping center* é um elemento presente em diversas definições do empreendimento (PINTAUDI, 1989; GRASIOTTO, 2005). Entre os elementos presentes em um *shopping center* é importante destacarmos que o tamanho físico do empreendimento não basta para determinarmos o tamanho do *shopping center*. A área bruta locável representa a parte disponível dentro do edifício para a locação por parte dos lojistas, ou seja, o espaço que trará rendimento a administração. Para efeitos de comparação, o maior *shopping center* do Brasil – Shopping Aricanduva – possui 425.000 m² de ABL, enquanto que o nosso objeto de estudo – Catuaí Shopping Center – possui 81.700,79m². Além do tamanho, não podemos esquecer que o planejamento arquitetônico deste empreendimento está diretamente ligado à indução do consumo por parte daqueles que frequentam este espaço, exigindo assim uma série de estratégias comerciais. Garrafa (2004) destaca que a arquitetura de um *shopping center* evoluiu ao longo do século XX e XXI em função das condições espaciais e econômicas vigentes.

Os primeiros *shopping centers* que foram construídos nos EUA eram projetos arquitetônicos que objetivavam o máximo de isolamento entre o consumidor e o meio externo. Podemos citar dois motivos para este desenho: os climas severos que se manifestam nos períodos de inverno reduziram as compras e uma vez alienado do ambiente externo, o consumidor não teria noção do tempo gasto em suas compras. Aqui vale citar a importância de duas invenções para o sucesso do *shopping center* – o ar-condicionado e a escada rolante. Ambas as inovações tecnológicas permitiram, respectivamente, garantir um ambiente com o máximo de conforto térmico e uma redução do cansaço físico. Os primeiros *shoppings centers* brasileiros copiaram

este padrão arquitetônico, o Iguatemi e o Lapa. O clima tropical brasileiro criava condições favoráveis a utilização de outras estratégias arquitetônicas como tetos solares – maior incidência de luz natural que reduz o custo de iluminação, e árvores (reais ou artificiais), um contato com a natureza, atraindo assim os indivíduos pela beleza do ambiente.

A partir da discussão teórica apresentada, podemos afirmar que, a partir do caso do Catuaí Shopping Center em Londrina (PR), o *shopping center*, em uma cidade média, atua significativamente nas redefinições da centralidade urbana.

3. Catuaí Shopping Center e Royal Plaza Shopping – centralidades em diferentes expressões

Para estudar o modo como o *shopping center* interfere na redefinição da centralidade urbana em uma cidade média, precisamos analisar primeiro a sua estrutura física. O Catuaí Shopping Center, segundo critérios da ABRASCE, é o maior *shopping center* da região sul do Brasil. Para efeitos de comparação, o Shopping Aricanduva (SP) apresenta 365.000m² de ABL (Área Bruta Locável), enquanto o Catuaí possui 82.000 m², totalizados ao término da sua expansão em 2008, segundo as definições do mesmo órgão considerado um *shopping center* de tamanho mega. Conta com um terreno de 135 mil metros quadrados.

Este espaço apresenta um total de 304 lojas diversas sendo 16 âncoras, 4 restaurantes e 27 *fast-foods*, 20 lojas de serviços, 4 lojas de lazer e 228 lojas satélite, que contam com um estacionamento de 1850 vagas externas e 1400 vagas cobertas totalizando, 3.250 vagas de estacionamento. Lida com um fluxo de 800 mil pessoas mensalmente que mantêm um *ticket* médio de R\$ 90,00, criando um perfil de consumidores incentivado abertamente pelos administradores, das classes A1, A2 e B1. Para atender á uma demanda mais específica e um público alvo mais elitizado, a administração do empreendimento investiu na expansão de uma nova ala – O Catuaí Boulevard (**Figura 2**).

Dentro da discussão apresentada anteriormente proposta por Garreza (2004) podemos identificar alguns aspectos arquitetônicos importantes dentro do Catuaí Shopping. O empreendimento adotou em seu desenho a utilização de iluminação natural externa e a incorporação de elementos naturais – água, vegetação – dentro dos corredores e espaços de circulação do *shopping center*. Estes artifícios tem como objetivo tornar a estadia no interior do edifício mais longa, proporcionando um maior tempo de consumo.

O *shopping center* passou por dois acidentes nos quais o teto desabou. Um em novembro de 1994 e outro em outubro de 1995. No entanto nenhum desses acidentes resultou em perdas de vidas. Desde então, o *shopping center* passou por duas expansões da sua ABL, sendo a última em 2008, resultando no Catuaí Boulevard – ala de lojas diferenciadas pelo preço dos seus produtos.

Figura 2 - Em destaque projeto de expansão realizado em 2008 - Catuaí Boulevard



Fonte: Devai (2011)

Além do seu porte (maior ABL da região Sul), o Catuaí Shopping Center possui um papel importantíssimo, como salientou Ribeiro (2002; 2006):

Tal empreendimento, com forte vinculação entre os setores comercial e o imobiliário, apresentou um forte impacto na estruturação do espaço urbano de Londrina, sendo que redireciona os vetores de expansão urbana para o setor sudoeste e, assim, ocorre uma forte valorização da terra urbana, sendo alocados investimentos públicos de grande monta para viabilizarem uma conexão com o tecido urbano de Londrina, pois anteriormente à sua construção, o local servia para plantio de soja. Em virtude de suas dimensões, alterou processos de toda a cidade de Londrina e da região, constituindo uma nova área central para Londrina, porém, com grande seletividade de caráter socioeconômico (RIBEIRO, 2006, p. 120).

Antes de sua inauguração, o Catuaí Shopping já atuava remodelando o espaço urbano de Londrina (PR). A localização do *shopping center* depois da rodovia Celso Garcia Cid (PR-445) exigia a criação de uma via de acesso que permitisse aos usuários acessar o Catuaí Shopping sem ter que trafegar na rodovia. A medida encontrada foi a expansão da Avenida Madre Leonina Milito. Em matéria publicada na *Folha de Londrina de 21/11/1990*, data da inauguração do Catuaí Shopping, o viaduto é inaugurado com a presença do governador Álvaro Dias, faltando ainda do recapeamento asfáltico. Em seu discurso, o então governador do Estado do Paraná afirma, segundo o jornal:

(...) ressaltou a importância de o poder público oferecer resposta a um investimento do setor privado, que vai gerar novos empregos e consequente progresso para a região (FOLHA DE LONDRINA, 21/11/1990).

O financiamento da obra teve recursos, citados por Ribeiro (2003), do Estado do Paraná, Prefeitura Municipal de Londrina, e em menor porcentagem, dos investidores do Catuaí Shopping. A participação do poder público nos investimentos privados já foi apontada por diversos autores em suas análises sobre a produção do espaço urbano, Correa (2005), Ribeiro (2006) e Gaeta (1992) entre outros. Gaeta (1992) discute a relação entre a implantação de *shopping centers* e a atuação do poder público nesse processo:

A gerência científica aplicada à construção de espaços imobiliário-comerciais, como os *shopping centers*, parte de uma ampla programação do espaço, na qual a contribuição do Estado tem sido importante. Esta ocorre de forma a limitar o peso das determinações locais, o que garante a esses empreendimentos uma certa (e crescente) “autonomia do capital” em relação a herança da localização. Permite ainda uma ampliação do controle privado sobre as chamadas externalidades (GAETA *apud* RIBEIRO, 2003, p. 202).

É evidente que o Catuaí Shopping Center permite tal debate, pois modificou a sua herança de localização, antes uma plantação de soja; e a extensão da área comprada permite aos proprietários fundiários e promotores imobiliários ligados ao *shopping center* um controle dos estabelecimentos que se implantem no entorno.

Ao longo da Av. Madre Leônia, a partir do seu cruzamento com a Avenida Higienópolis, notamos uma concentração de estabelecimentos apenas do lado direito da via, uma vez que o lado esquerdo possui apenas um conjunto habitacional de apartamentos de classe média. No lado oposto verificamos a existência de lojas especializadas em artigos de piscina, reparos de funilaria,

residências, vídeo locadoras, papelaria, bar, comércio de granitos e mármore, restaurantes, academia especializada em Pilates, roupas, agências de turismo, lava rápido, decoração e móveis feitos sob medida e automação residencial. Esse perfil se estende até a esquina com a Rua Mar Vermelho onde se localiza o supermercado Super Muffato. A localização destes serviços se justifica pela demanda fornecida pelos moradores da região.

Adiante há o predomínio de prédios residenciais, construídos ou em construção, de diversas empreiteiras como a Plaenge e a A. Yoshi. A área também é ocupada por inúmeros vazios urbanos que servem para fixação de *outdoors* que, em geral, contêm publicidade de lojas e serviços ligados ao Catuaí Shopping, localizado a menos de um quilômetro. Ao chegar à esquina da Avenida Madre Leônia Milito com a Avenida Ayrton Senna, encontra-se o *showroom* da Plaenge. Cena essa que será comum no último trecho da avenida com a presença do *showroom* da A. Yoshi e Raul Fugêncio. Um destaque nessa etapa do percurso é uma filial da Tok Stok – loja de produtos de decoração.

É importante comentar sobre a Plaenge e a A. Yoshi, devido à sua função (re)produtora do espaço urbano (CORRÊA, 1995). São empresas que atuam na construção de condomínios verticais de luxo destinados às camadas sociais mais elevadas, com relevante papel na verticalização da cidade de Londrina nas décadas passadas e com expressiva atuação na atualidade, com nova orientação espacial. Sua atuação no espaço urbano é visível através do aumento da verticalização em algumas áreas, em geral próximas, já que a compra de terrenos se dá em larga escala. Uma evidência da influência dessas empreendedoras, direta ou indiretamente, é o projeto de instalação de uma unidade da Unimed para atender a população que começa a se instalar na Gleba Palhano.

O Grupo Plaenge, que também responde pela Vanguard Empreendimentos, Ge-Sul, Plenart e Emisa, atua na Gleba Palhano desde 1997 (sete anos depois da inauguração do Catuaí Shopping) e possui edifícios à venda no bairro com uma proposta de valorização ambiental e com preços elevados – custos que vão de R\$ 185.000 a R\$ 898.000, por apartamento⁵. Em evidente concorrência está a A. Yoshi Engenharia, que investe na Gleba Palhano há mais de sete anos e trabalha com valores de patamares elevados, chegando a cobrar R\$ 1.700,00 a R\$ 2.100,00 o

⁵ Consideramos este valor elevado em função do custo do m² ser mais elevado que no resto da cidade.

metro quadrado dos seus apartamentos. Essa estratégia mercadológica resulta em uma especulação do espaço urbano levando á exclusão de grande parcela da sociedade. Podemos ver que os empreendimentos se concentram neste eixo e já atuam modificando o espaço. Temos em meio a estes edifícios a instalação de um mercado – Eco Mercado Palhano – com uma proposta por si diferenciada.

A comercialização de produtos exclusivamente orgânicos eleva o preço dos bens assim selecionando o publico alvo para aquele nas classes mais elevadas. A localização deste empreendimento condiz com a concentração de condomínios verticais construídos pelas empresas A. Yoshii e Plaenge. A intensa ocupação desse espaço gera uma demanda de bens e serviços que passa a ser suprida pelos comerciantes já descritos na Avenida Madre Leonina Milito.

Tabela 3 - Lançamento das empreiteiras em Londrina

Empreendedora	No. de empreendimentos no Centro de Londrina	No. de empreendimentos nos bairros Cafezal e Gleba Palhano	No. de empreendimentos em outros bairros
A.Yoshii	-	7	2
Plaenge	4	9	-

Fonte: www.plaenge.com.br; www.ayoshii.com.br – Acessados em 02/03/2013

No entanto, esse eixo ainda possui um potencial de evolução e especialização para que possa atender, como um sub-centro, a população que habitará esses edifícios. A disponibilidade atual de serviços e comércios está voltada para as necessidades específicas dos novos moradores – automação residencial, casas de decoração – e precisa se expandir para abrigar serviços mais diversificados.

Vale notar que a criação e expansão (duplicação) das avenidas – Madre Leônia Milito e Ayrton Senna - só reforça a contradição apontada por Ribeiro (2006), da aplicação de recursos públicos em função de interesses particulares. Além disso, a isenção tributária do IPTU pelo prazo de dez anos, concedida ao Catuaí Shopping Center pela administração do Prefeito Antonio Casemiro Belinati, é um importante marco na atuação do poder público municipal neste empreendimento. A instalação do Catuaí Shopping Center resultou na valorização deste espaço, que hoje apresenta um dos mais caros metros quadrados de terreno da cidade, além de uma significativa verticalização.

Passados 18 anos de sua fundação, o Catuaí Shopping Center foi um elemento importante na opção locacional de duas universidades particulares (UNOPAR e Faculdades Pitágoras), assim como na refuncionalização daquele espaço que hoje apresenta uma forte concentração de lojas de alto padrão e condomínios verticais Também encontramos um posto de gasolina da bandeira Texaco e uma loja de aços para a construção civil – Açofix. É importante notar que a proximidade das faculdades ao *shopping center* significa um fluxo expressivo de alunos das instituições de ensino para o Catuaí Shopping com a finalidade de lá consumir.

Tabela 4 - Universidades próximas ao Catuaí Shopping Center

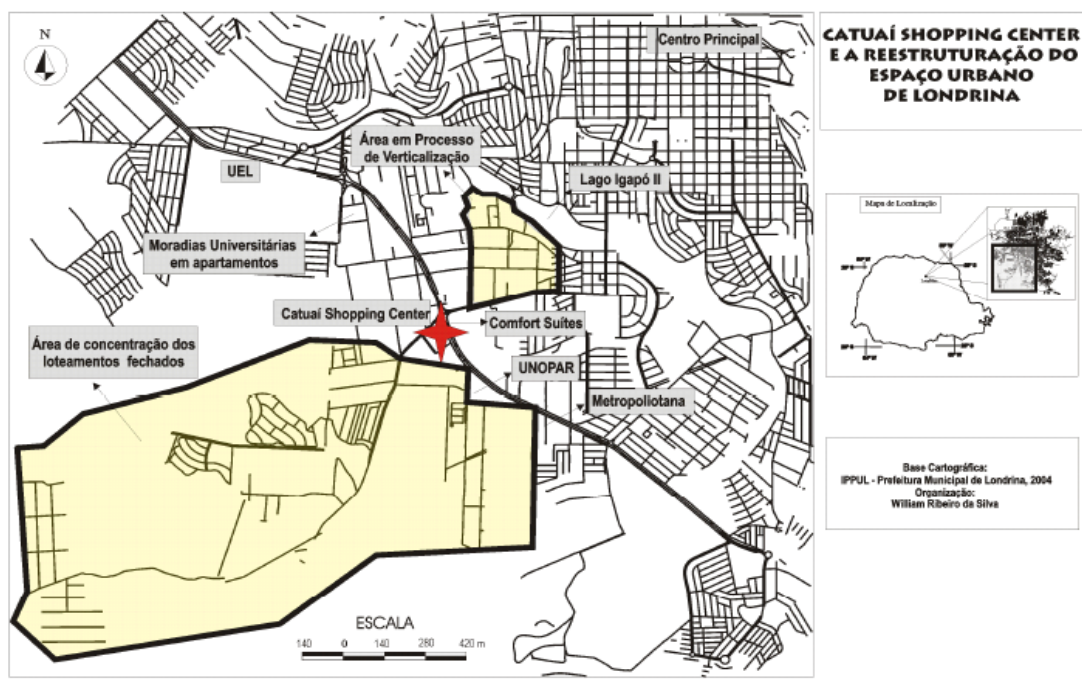
Universidades/Dados	N ° de Cursos	Graduação / Pós-Graduação	Nº de Alunos	Oferta anual de vagas
UNOPAR	96	31/65	9.309	5380
Faculdade Pitágoras	05	05/00	610	975

Fonte: CODEL – Companhia de Desenvolvimento de Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina, Perfil Londrina 2007.

A seguir descreveremos alguns elementos desse complexo que consideramos como vitais para caracterizar a expressão de centralidade. Essa nova Área Central se delimita no setor sudoeste da cidade de Londrina (PR), tendo como ponto central o Catuaí Shopping Center e irradia para o norte através da Gleba Palhano, ao leste, com as universidades UNOPAR e Pitágoras, os hotéis Comfort Suítes e Villalba e ao sudoeste com os condomínios horizontais de alto padrão.

Estes condomínios horizontais de alto padrão representam uma das principais demandas do local pelos bens e serviços oferecidos pelo Catuaí Shopping Center – já que este conta com supermercado e diversos serviços do dia-a-dia (Correio, Lotérica etc.). Vemos que os efeitos imediatos da reorganização/incorporação do espaço urbano-rural se dão ao redor do Catuaí Shopping Center pelo uso e ocupação do solo pelos condôminos particulares verticais e horizontais de alto padrão. Este padrão já foi verificado por Ribeiro (2006) (**Figura 3**) e se repetiu nos levantamentos que fizemos em nossa pesquisa, uma vez que a concentração de loteamentos se manteve na Gleba Palhano e no Bairro Cafezal (**Tabela 5**).

Figura 3 - Arredores diretamente influenciados pelo Catuaí Shopping Center.



Fonte: Extraído de Ribeiro (2006, p. 122)

Tabela 5 - Loteamentos localizados na área de influencia direta do Catuaí Shopping Center

Loteamentos	Gleba	Data de aprovação	Loteador
1. Terras de Santana II	Fazenda Palhano	29/7/1992	Administradora Santana
2. Guanabara Boulevard/Parque	Fazenda Palhano	23/12/1994	Guimarães Consultora de Imóveis
3. Royal Golf Residence	Fazenda Palhano	6/11/1995	Teixeira & Holzmann
4. Vale do Arvoredo	Cafezal	1/8/1997	Vectra Construtora LTDA
5. Recanto do Salto – Loteamento em Chácaras	Cafezal	30/12/1997	M.G.R. empreendimentos Imobiliários
6. Catuaí Parque Residence	Fazenda Palhano	24/4/1998	SET – Construção e empreendimentos LTDA
7. Pitangua	Fazenda Palhano	2/9/1998	Feliciano Gomes dos Santos Netto
8. Estância Bom Tempo	Cafezal	6/12/1999	Incorporadora Bom Tempo
9. Alphaville Londrina	Fazenda Palhano	6/8/2002	Jorge Badin
10. Royal Park Residence & Resort	Cafezal	7/2/2002	Teixeira & Holzmann LTDA
11. Royal Tennis Residence & Resort	Cafezal	12/7/2002	Teixeira & Holzmann LTDA
12. Sun Lake Residence	Cafezal	12/12/2002	Royal Loteadora e incorporadora S.C. LTDA
13. Estância Senhorinha	Cafezal	9/3/2004	JM Empreendimentos Imobiliários LTDA
14. Aspen Park Residence	Simon Frazer	23/9/1998	Naj - Empreendedora Imobiliária Ltda.
15. Chácara Gralha Azul	Simon Frazer	4/10/1995	Habes Fuad Salle
16. Golden Park Residence	Simon Frazer	2/12/2002	Teixeira & Holzmann Ltda.
17. Havana Residencial	Simon Frazer	28/6/2002	Naj - Empreendedora Imobiliária Ltda.
18. Recanto do Salto	Cafezal	30/12/1997	M.G.R. empreendimentos Imobiliários

19. Vale das Araucárias	Ribeirão Cambé	19/8/1996	Vectra Construtora LTDA
20. Vale dos Tucanos II	Ribeirão Cambé	18/3/2004	*
21. The Euro Royal	Cafezal	25/1/2008	Teixeira & Holzmann Ltda
22. Alphaville Londrina 2	Palhano	10/10/2007	Jorge Badin
23. Parque Residencial Madri	Palhano - Esperança	13/2/2007	Protenge Urbanismo S/C Limitada
24. Condomínio Recanto das Tulipas	Cafezal	12/9/2005	Wilson O. Fugiwara
25. Loteamento Terras de Davi	Palhano	28/11/2001	N.D. Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda
26. Jardim Vale do Cedro	Simon Frazer	9/7/2001	Norton Dequech
27. Recanto do Pitanguá	Palhano	30/3/1999	Pitanguá Imóveis S/C Ltda
28. Residencial Santa Clara	Simon Frazer	12/7/1995	Londricasa
29. Jardim Tarobá I	Cafezal	5/1/1995	Construtora Daher
30. Jardim Tarobá II	Cafezal	5/1/1995	Construtora Daher
31. Estância Santa Paula	Cafezal	13/12/2004	Sitap Participação e Administração S/C Ltda
32. Trianon Park Residence	Cafezal	9/11/2004	Teixeira & Holzmann Ltda
33. Golden Hill Residence	Palhano	*	Teixeira & Holzmann Ltda
34. Royal Forest Residence & Resort	Palhano	*	Teixeira & Holzmann Ltda

Fonte: LEMOS, 2006

Um fator visível no entorno do Catuaí Shopping Center é a existência de diversos vazios urbanos. Em virtude da forte especulação imobiliária que atua sobre este espaço, os proprietários fundiários optam por não construir nos seus terrenos próximos ao *shopping center*, aguardando a valorização nos próximos anos. Essa realidade pode ser constatada a partir da ausência de empreendimentos em segmentos ao redor do Catuaí Shopping Center (**Figura 4**).

Figura 4 - Vista aérea do Catuaí Shopping Center



Fonte: Google Earth.

Além da visível especulação imobiliária sobre este espaço, podemos comprovar a expressão de centralidade a partir da concentração de bens e serviços chave para a atração contínua de indivíduos durante os diversos períodos do dia, semana e mês. Entre estes podemos citar as lojas *magazine*. Caracterizadas por uma oferta múltipla de bens, estas lojas atraem um grande número de pessoas e muitas vezes estão associadas a empresas de empréstimos que potencializam as compras. A presença de lotéricas indicou também a formação de uma nova centralidade.

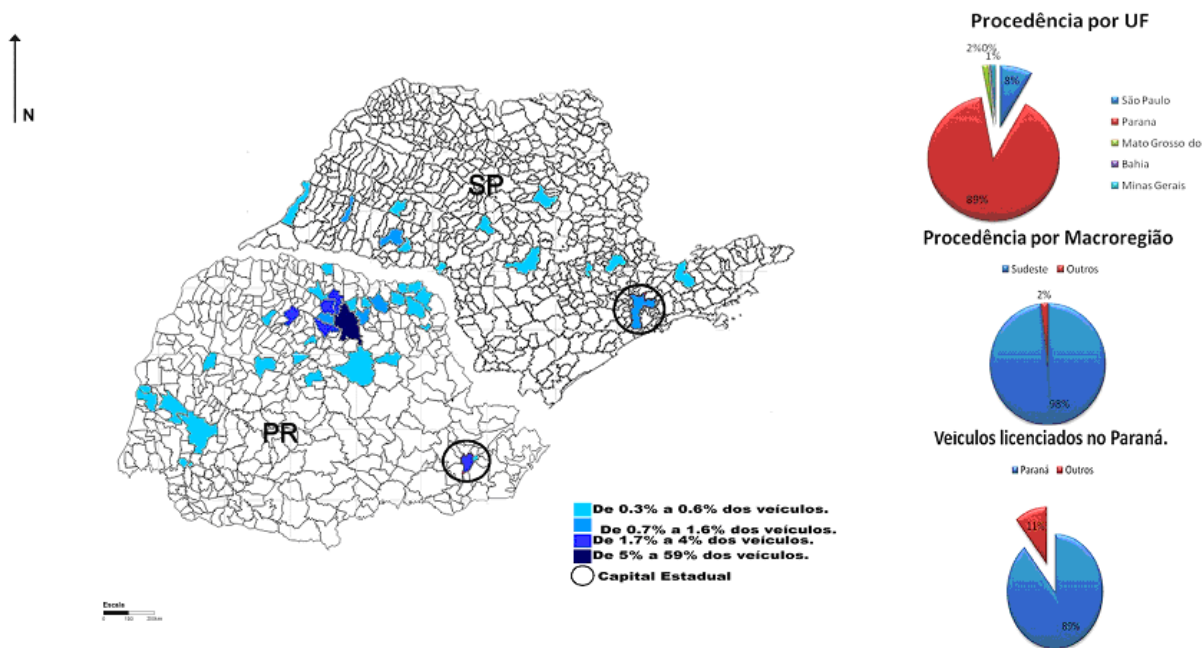
Esta centralidade já havia sido destacada por Ribeiro (2006), assim como outra expressão de centralidade na zona norte da cidade em virtude do contingente populacional representar um quinto da população total da cidade.

Ao pensarmos na centralidade inter-regional expressada pelo Catuaí Shopping e pelo município de Londrina (PR), não imaginamos que sua influência se estenda à municípios além de um raio próximo. No entanto, o papel do *shopping center* é influenciado pela centralidade de Londrina. Com a presença de uma filial da EMBRAPA e do IAPAR, a cidade é um forte polo de pesquisa e desenvolvimento nos segmentos da agropecuária e atrai produtores dos municípios do Mato Grosso do Sul, caracterizado pela plantação extensiva da soja. No caso de São Paulo, os municípios de Araraquara (SP), Campinas (SP) e São José dos Campos (SP) alimentam uma expressiva relação econômica intermunicipal. Já os outros municípios, em especial aqueles do Norte do Paraná e centro-sudoeste de São Paulo, estão vinculados ao *shopping center* pela sua oferta de lazer. É importante notar que a rede de transportes gera fluxos que tem facilidade em chegar à Londrina (PR). De Ourinhos (SP) e Presidente Prudente (SP) a distância até Londrina (PR) é de, aproximadamente, 160 quilômetros, enquanto que se encontra a 368 quilômetros da capital Curitiba (PR).

Se pensarmos em raios de influência, notamos que o município em direção ao norte é Luis Eduardo Magalhães (BA), aproximadamente, 1.600 quilômetros. Ao oeste, o município de Chapadão do Sul (MS) que fica a 714 quilômetros, e ao sul, Cascavel, com uma distância de 324 quilômetros. Acreditamos que a presença de pessoas destes municípios se deva a outras atividades econômicas praticadas em Londrina ou região e que terminem por atraí-los para o consumo no Catuaí Shopping Center. Entre as possíveis atividades, o agronegócio desponta devido ao perfil econômico destes municípios. Assim, utilizando uma metodologia de levantar as origens dos veículos estacionados no Catuaí Shopping Center através das suas placas,

verificamos a extensão da influência do *shopping center* fora do município de Londrina (PR) (Figura 5).

Figura 5 – Mapa com a procedência dos veículos encontrados no Catauí Shopping entre 2008-2009



Fonte: Devai (2011).

A localização de um *shopping center* no Centro Principal da cidade implica em sua influência sobre a expressão de uma centralidade urbana que estará diretamente ligada a expressão original do espaço onde se instalou. A localização de qualquer empreendimento desse porte em uma área central significa o aproveitamento de um fluxo muito grande de pessoas já atraídas para este espaço em virtude das vantagens presentes, formando uma sinergia entre o Centro Principal e o *shopping center*. No caso específico do *Royal Plaza Shopping* nós temos uma revitalização de uma área desvalorizada do Centro Principal que reestruturou os fluxos dentro desta expressão de centralidade, prolongando a dinâmica presente no Calçadão da cidade em sua direção.

Localizado no encontro das ruas Mato Grosso e Maranhão, o *Royal Plaza Shopping* é um edifício verticalizado que possui sete andares que totalizam uma ABL (Área Bruta Locável) de 9 mil metros quadrados, considerado segundo a ABRASCE – Associação Brasileira de Shopping Centers – um *shopping center* de tamanho pequeno - que abriga no momento lojas que representam 95% da capacidade do *shopping center* e oito lojas na praça de alimentação.

O fluxo mensal de pessoas é de, em média, 500 mil pessoas que tem um *ticket* médio de R\$60.00. A proposta do *shopping center* é de atender um público das classes médias, médias baixas e baixas. O *Royal Plaza* conta com estacionamento próprio com 430 vagas e utiliza os serviços da Estacenter, que também não possui exclusividade, sendo um estacionamento que atende à toda a população que frequenta a área central, com 290 vagas disponíveis. Seu maior fluxo é de segunda à sábado, dias em que o centro e o *Royal Plaza* estão abertos.

Estruturalmente, o *shopping center* se enquadra, em certos aspectos, no segundo e terceiro estágio de evolução arquitetônica. Dentro do requisito de Grassiotto (2005) de cenário arquitetônico que induza ao consumo, o *Royal Plaza* possui uma fachada extravagante que se destaca na paisagem do seu entorno, atraindo assim pessoas que passam por perto (**Figura 6**).

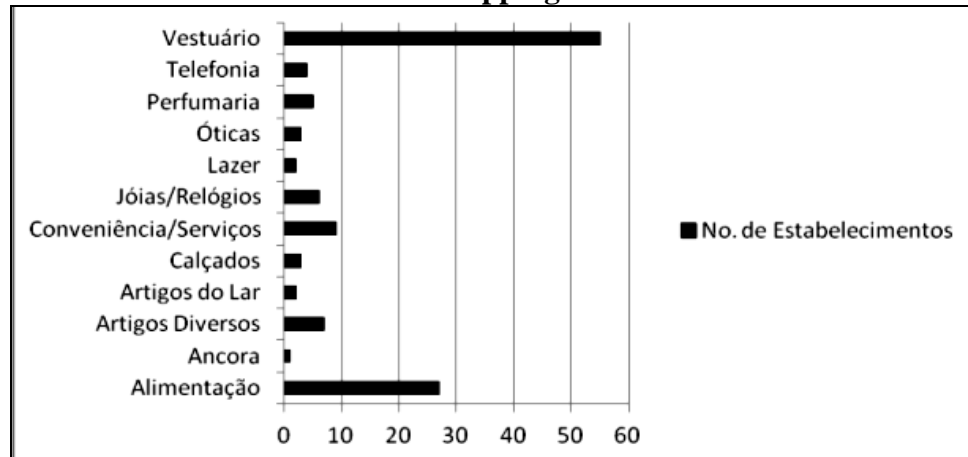
Figura 6 - Fachada do Royal Plaza Shopping – Londrina (PR)



Fonte: Devai (2008)

Utilizando a mesma metodologia aplicada ao *mix* de Lojas do Catuaí Shopping Center, demonstraremos a variedade de lojas que o Royal Plaza Shopping possui. Salientamos que este não é filiado à Abrasce, logo, teoricamente, não segue um padrão estabelecido pela categoria para organizar seu *tenant mix* (**Figura 7**).

Figura 7 - Número de estabelecimento por atividade segundo o Tenant mix do Royal Plaza Shopping



Fonte: www.abrasce.com.br; www.royalplazashopping.com.br

Org.: Devai (2011).

O gráfico na Figura 7 retrata que existe uma concentração maior de lojas de peças de vestuário, tanto feminina, masculina, infantil, como unissex. Serviços aparecem em terceiro lugar, reforçando através do *shopping center* o papel centralizador do centro principal. Na sua inauguração, o *tenant mix* do Royal Plaza havia sido projetado pela Mercantimix – consultora de *shopping centers* – como sendo de 28% para vestuário, 24% para artigos diversos, 10% para alimentação, 9% para serviços e artigos do lar e 8% para conveniência. Com base nos dados apresentados no gráfico acima, foi possível concluir que hoje, mais de 42% do *tenant mix* está voltando para o segmento de vestuário, mostrando uma especialização do Royal Plaza.

Como salientamos anteriormente, a estrutura física de um *shopping center* retrata a forma com que organiza o espaço ao seu redor ou é reflexo do mesmo. No caso do *Royal Plaza Shopping*, uma das características mais importantes é a largura dos seus corredores. Corredores amplos induzem o consumidor a manter um passo mais lento otimizando a sua observação das vitrines. Já corredores estreitos induzem a um fluxo acelerado considerando que o consumidor procura chegar rapidamente ao local onde já programou realizar suas compras (**Figura 8**).

Figura 8 - Corredores do Royal Plaza Shopping

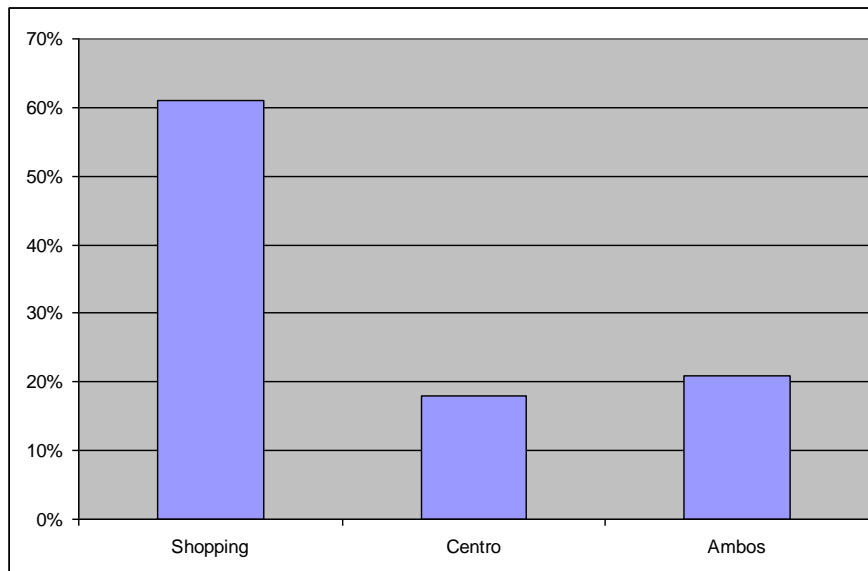


Fonte: Devai (2011).

Uma característica do *Royal Plaza Shopping* que foi notada é que sua construção permite que os consumidores que se utilizam das escadas rolantes possam visualizar as vitrines opostas. Isso permite que o consumidor acabe por criar desvios na sua trajetória inicial. Essa é uma estratégia de *marketing* que permite um consumo pelo consumo, uma marca da sociedade capitalista que vivemos atualmente.

Ainda referente à estrutura física de um *shopping center*, sabemos que um dos principais atrativos utilizados para o publico é a sensação de segurança e de isolamento com o mundo externo. No caso do Royal Plaza, oferta-se um ambiente climatizado e com segurança, que se diferencia da Área Central, conhecida pela sua organização supostamente desordenada. Como reflexo dessa estratégia, notamos no gráfico da **Figura 9** demonstra uma visível preferência dos freqüentadores pelo Royal Plaza em relação ao Centro Principal.

Figura 9 - Preferência dos consumidores do Royal Plaza Shopping.



Fonte: Trabalho de campo realizado no *shopping center*.

O *shopping center* planejou para em julho de 2009 reformar suas salas de cinema, fechadas desde abril de 2008, para complementar o fluxo noturno que é a maior deficiência do *Royal Plaza*. Em caminhadas pelo centro principal de Londrina (PR) no período noturno notamos que a defasagem de frequentadores do *Royal Plaza* é reflexo do baixo fluxo de pessoas em toda área central. A praça de alimentação também se modificou e aumentou sua sofisticação, com a inauguração da *Bella Grill*.

Interessante notar que o *Royal Plaza Shopping* não apresenta uma grande loja âncora, o que segundo os conceitos de *shopping center* apresentados o eliminaria como tal. No entanto, sua localização – reflexo e condicionante do público alvo – gera um fluxo de pessoas atraídas pela oferta de alimentação e de serviços rápidos e bens corriqueiros. Sendo assim é interessante rever a conceituação de *shopping center*, considerando também a praça de alimentação e o cinema como uma loja âncora. O importante é destacar aqui que este empreendimento reordenou os fluxos do Centro Tradicional, apontando para a formação de um desdobramento da Área Central dentro da proposta de reprodução simples do espaço apontada por Cunha (2005), levantando a possibilidade da existência de diferentes expressões de centralidades no espaço urbano.

4. Considerações finais

Os processos de redefinição da centralidade urbana levaram a formação de novas multi(poli)centralidades em Londrina (PR). Estes processos se reproduzem constantemente impulsionados pela lógica do capital que organiza os fixos e fluxos dentro do espaço urbano. A partir do levantamento bibliográfico e de diversos dados espaciais, pudemos verificar que o município de Londrina (PR) apresenta, dentro de seu espaço urbano, um conjunto de novas expressões de centralidade urbana que não se contrapõe ao Centro Principal. Estas novas configurações espaciais se formam a partir da construção de *shopping centers* dentro desta cidade média. Londrina (PR), em um prazo de nove anos, teve a inauguração de dois grandes projetos – o Catuaí Shopping Center e o Royal Plaza Shopping – em 1990 e 1999 respectivamente.

Esta forma-conteúdo representa a concentração de uma grande oferta de bens e serviços em um espaço concentrado que exerce uma forte atração sobre os fluxos dentro da cidade, assim redefinindo o espaço urbano e as dinâmicas econômicas e sociais fundamentais para a formação do próprio espaço urbano. Este empreendimento apresentou uma série de conceituações teóricas, algumas das quais apresentadas aqui. Porém devido a sua natureza multifacetada, sua conceituação depende do recorte espaço-temporal e epistemológico que se aplica.

Definir o que seria ou não um *shopping center* se apresenta como uma prática simples quando consideramos a presença de lojas âncora, capital privado, administração central, locação dos espaços, estacionamentos etc. No entanto, hoje o grau de especialização destes empreendimentos apresenta a necessidade de revermos a presença de uma loja âncora como algo essencial para um empreendimento ser considerado um *shopping center*. Apresentamos o caso do Royal Plaza Shopping como argumento. Não possui uma loja de grande porte que atue como sua âncora, porém atrai consumidores em virtude da sua praça de alimentação –já que por se tratar de um *shopping center* localizado na Área Central da cidade, atrai o público que trabalha nos escritórios localizados nos arredores. Sendo assim, não é a existência de uma ou duas lojas que irá consolidar a polarização do *shopping center*, e sim a diversidade dos seus serviços, sua localização e a sua compatibilidade com o público alvo.

Essa adequação ao público alvo, é evidente que os indivíduos que frequentam o Royal Plaza Shopping durante a semana muitas vezes são os mesmos que frequentam o Catuaí

Shopping Center durante os finais de semana. Novamente verificamos a coexistência destas diferentes expressões de centralidade dentro da cidade de modo complementar.

A partir dos dados apresentados, concluímos que o processo de redefinição da centralidade urbana de Londrina (PR) é evidente, porém o processo de especulação imobiliária tem ‘atrasado’ a plena expressão desta nova configuração espacial em virtude da significativa presença de vazios urbanos nos arredores. Apesar disto, vemos que a urbanização da cidade de Londrina (PR) se redefiniu significativamente a partir da inauguração destes empreendimentos. A parceria entre a iniciativa privada e o Poder Público foi fundamental para este fenômeno, uma vez que forneceu equipamentos fundamentais para viabilizar as condições necessárias para a reprodução capitalista necessária.

Ao longo desta pesquisa nos questionamos até que ponto o *shopping center* pode atuar como um aspecto positivo na redefinição dos fluxos da cidade enquanto elemento incluído no planejamento urbano, e até que ponto a segregação socioespacial que induz atua restringindo o acesso ao urbano por parte da população. Fica a indagação...

REFERÊNCIAS

ABRASCE – Associação Brasileira de Shopping Centers.

BIENENSTEIN, Glauco. Shopping Center: O Fenômeno e a sua Essência Capitalista. **GEOgraphia**, Niterói, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia, v. 3, n. 6, 2001.

CASTELLO BRANCO, Maria L. G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria E. B. (org.), **Cidades Médias: espaços em transição**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

CUNHA, Fábio C. A. da. A metrópole de papel: a representação de “Londrina Metrópole” na institucionalização da região Metropolitana de Londrina. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2005.

GARREFA, F. O Ribeirão Shopping e suas quatro expansões: um retrato da evolução dos espaços e estratégias utilizadas pelo setor terciário. In: **IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA LARES** (Latin American Real State Society), Anais, São Paulo, LARES, 2004.

GRASSIOTTO, Maria L. F. A dinâmica do processo evolutivo dos centros comerciais: aspectos do planejamento físico. **Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura)**, Bauru, Universidade Estadual Paulista, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

PINTAUDI, S. M. **O templo da Mercadoria**: Estudo sobre os Shopping Centers do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo, FFLCH/USP, 1989, 156 p.

RIBEIRO, William da S.. Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina-PR. In: SPÓSITO, Maria E. B, et. al., **Cidades médias**: dinâmica econômica e produção do espaço. 1ª. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006, v.1, p. 215-234

RIBEIRO, William da S. Padrões socioeconômicos e centralidade urbana: Catuaí Shopping center e Zona Norte de Londrina. **Formação**, Unesp, Presidente Prudente, n. 10, v.2, 2003.

RIBEIRO, William da S. Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. 2006. 280 f. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, FCT, 2006.

SOGAME, Maurício. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. **Vitória**, nº2, 2001

SPOSITO, Maria E. B. (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: FCT, 2001.

SPOSITO, Maria E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In SPÓSITO, Maria, E. B. (org.), **Cidades Médias, espaços em transição**.. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. 14ª. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 1ª. ed, São Paulo: Studio Nobel, 1998. 376p.

ECONOMIA POPULAR URBANA, ECONOMIA SOLIDÁRIA, CIRCUITOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS: BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL?

Tatiana Tramontani Ramos¹

Resumo: O presente artigo joga luz sobre a ligação entre as reivindicações e as lutas originadas do mundo do trabalho com aquelas que dizem respeito às melhorias urbanas, as reivindicações em termos de acesso ao espaço urbano, luta pela moradia e trabalho digno, não como meras exigências conjunturais, mas direitos fundamentais de todo ser humano e devem ser tratados como tal a partir de uma abordagem que se volte efetivamente ao desenvolvimento sócio-espacial. Para tanto, faz-se necessária a discussão acerca das atividades econômicas que dão lugar aos circuitos econômicos capazes de construir práticas sócio-espaciais de base popular, mais humanas e solidárias. Isso faz da economia popular urbana e da economia social/solidária diferentes daquilo que, genericamente, se define como “simples atividade informal”.

Palavras-chave: Desenvolvimento sócio-espacial; informalidade; economia solidária.

POPULAR URBAN ECONOMICS, SOLIDARITY ECONOMY, ECONOMIC ALTERNATIVE CIRCUIT: BASES FOR SOCIO-SPATIAL DEVELOPMENT?

Abstract: This article highlights the connection between the claims and the struggles of the working world originated with those that relate to urban improvements, the demands in terms of access to urban space, housing and struggle for decent work, not as mere situational demands but fundamental rights of every human being and should be treated as such from an approach that effectively turns the socio-spatial development. Therefore, it is necessary to discuss about the economic activities that give rise to economic circuits able to build socio-spatial practices on popular bases, more humane and compassionate. This makes the popular urban economy and social economy/solidarity economy different from what generically is defined as "simple informal activity."

Keywords: socio-spatial development; informality; solidarity economy.

1. Introdução

A temática que relaciona a reforma urbana à construção de uma sociedade mais justa abre caminho para a nossa discussão acerca das fissuras, das “margens de manobra” encontradas pelos ativismos urbanos para atuarem em busca de um horizonte de autonomia/autogestão em

¹ Professora Adjunta I do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, UFF – Campos dos Goytacazes. E-mail: tatiana_tramontani@if.uff.br

favor de ganhos reais em termos de qualidade de vida e do desenvolvimento urbano, mesmo que ainda sob marcos de uma sociedade heterônoma. Isso joga luz sobre uma questão fundamental que é a *ligação entre as reivindicações e as lutas originadas do mundo do trabalho* com aquelas que dizem respeito às *melhorias urbanas*.

As reivindicações em termos de acesso ao espaço urbano, luta pela moradia e trabalho digno não são meras exigências conjunturais, mas *direitos fundamentais* de todo ser humano e devem ser tratados como tal a partir de uma abordagem que se preocupe com a *qualidade de vida*² e com o *desenvolvimento sócio-espacial* (no sentido como vem sendo trabalhado por SOUZA em 2003, 2005 e 2006a),

(...) o espaço não é redutível às relações sociais, nem é delas uma simples “instância” (como a cultura, a economia e a política são dimensões ou facetas delas), mas é uma *dimensão da sociedade concreta*, compreensível mediante o processo de sua produção material e simbólica e à luz das relações sociais que o modelam e que, por seu turno, são por ele influenciadas. Devido a essa consciência acerca da importância da dimensão espacial é que se julga razoável e legítimo falar de desenvolvimento *sócio-espacial*. Não se faz referência, aqui, ao desenvolvimento apenas do espaço social (situação em que a grafia deveria ser *socioespacial*), mas à transformação das *relações sociais e do espaço social*. Para o autor desse texto, o desenvolvimento, isto é, o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, é uma incessante busca por mais justiça social e qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva. (...) Sem abrir mão de um horizonte analítico e político-filosófico radical, a presente reconstrução do conceito de desenvolvimento enquanto desenvolvimento sócio-espacial reconhece que ganhos e perdas de autonomia ocorrem nas mais diversas escalas temporais e espaciais, inclusive quotidianamente, e é necessário saber estimar adequadamente cada vitória (e cada derrota). (...) À luz disso, “desenvolvimento sócio-espacial” refere-se a um *processo*, a um *dever*, e não a um *estado*. (SOUZA, 2006^a, p. 111, 112, 113)

É em acordo com essa perspectiva de análise, que toma o “desenvolvimento” como um conceito mais amplo, mais completo e mais “social” e “político”, do que “econômico”, que compreendemos o significado da prática e da reflexão de alguns ativismos sociais urbanos em face da economia popular, alternativa, ou solidária.

² “sobre o conceito de qualidade de vida, é conveniente esclarecer a diferença entre ele e o conceito de padrão de vida. Enquanto este diz respeito ao poder aquisitivo de um indivíduo, expressando-se através de uma grandeza mensurável – o dinheiro – e tendo como referência o mercado, a qualidade de vida é algo muito mais abrangente. Ela engloba também as coisas que não podem ser simplesmente adquiridas pelos indivíduos no mercado (e, em vários casos, nem sequer podem ser mesuradas, a não ser, eventualmente, em uma escala ordinal), mas que interferem no seu bem-estar. Exemplos são a beleza cênica, a qualidade do ar e a liberdade política.” (SOUZA, 2005, p. 117).

Sabemos que as dificuldades que envolvem a organização, o grau de politização, o déficit educacional, o escasso acesso à informação assimilável, sem mencionarmos a pobreza, a fragilidade, a vulnerabilidade e a heterogeneidade de atividades em que estão envolvidos os trabalhadores (hiper)precarizados, como camelôs, ambulantes, prestadores de serviços pouco qualificados e expostos à riscos, dificultam muito e, no limite, até inviabilizam qualquer prática política mais consistente ou mais duradoura, mas temos exemplos a mencionar de espaços e situações em que essas dificuldades puderam ser mitigadas e onde as *atividades econômicas* deram lugar aos *circuitos econômicos* capazes de construir *práticas sócio-espaciais de base popular*, mais humanas e solidárias. Isso faz da *economia popular urbana* e da *economia social/solidária* diferentes daquilo que, genericamente, se define como “simples atividade informal”.

2. Economia popular urbana, Economia solidária, Circuitos econômicos alternativos

Para Souza (2006^a, p. 289), a diferença fundamental entre esses tipos de “circuitos” e aqueles que compõem o contexto econômico-social “maior” é “o grau de valorização e aposta em uma racionalidade não estritamente mercantil e novas formas de sociabilidade vinculadas a esses circuitos alternativos” (SOUZA, 2006^a, p. 289, nota 72). As expressões que remetem a tais circuitos econômicos denominados por Souza como “alternativos”, no entanto, são múltiplas e, por mais que sejam tratadas de forma semelhante ou sinônimas, expressam diferenças quanto a sua natureza político-filosófica, quanto ao local de origem e ao contexto histórico no qual, predominantemente, se desenvolvem.

Economia social, economia solidária, terceiro setor, economia popular, sócio-economia solidária, cooperativismo e associativismo são os termos mais utilizados para fazer referência às atividades desse circuito econômico que se traduz como “alternativo” ao circuito econômico “oficial”, ou institucional – na forma das instituições empresa, Estado, profissional liberal ativo no circuito superior – como práticas de/para *iniciativa popular*, com vistas a constituição de uma outra economia, mais humana e solidária.

Muitos autores vêm trabalhando nesse tema há anos (alguns deles são CORAGGIO, 1987, 1996, 2001, 2003, 2006; LISBOA, 1997, 2003, 2004, 2005; FRANÇA Filho, 2002; SINGER, 2002, 2003; aqui mencionados), especialmente na Economia e na Sociologia, mas esse ainda é um assunto com pouca repercussão dentro da Geografia. Mesmo quando se trata da

Geografia Econômica e da Geografia Urbana, essas áreas têm se preocupado, há bastante tempo, muito mais com a macroeconomia e sua interface geopolítica, ou com o “circuito superior” e o papel das corporações e empreendimentos (rurais e urbanos) – novas tecnologias e meios de inovação e seus impactos territoriais, regiões funcionais, ou, mais recentemente, de temas ligados à discussão sobre cidades médias, reestruturação produtiva e impactos na economia e no trabalho, como já havíamos mencionado em Ramos (2005) – com base na análise de trabalhos de Benko (1993, 2002), Body (1990), Harvey (1999), Lipietz e Leborgne (1988, 1990), Santos (1979, 1996, 1999), Scott e Storper (1988) e outros –, do que com esse tipo de abordagem que foca no “circuito inferior”.

Paul Singer, Armando de Melo Lisboa e José Luis Coraggio são autores que, já nos anos 1980 e 90, dedicavam-se ao tema da economia que por ora chamamos “alternativa” (por não termos detalhado, ainda, as principais definições e conceitos pertinentes a esse tema). Nesses trabalhos os referidos autores começam a delinear conceitos e definir as fronteiras entre as principais expressões relacionadas ao tema, reservando cada um, é claro, espaço para suas afinidades, posições e convicções político-filosóficas.

Tanto França Filho (2002), quanto Lisboa (2004), dedicaram-se a um refinamento acerca das semelhanças e diferenças entre os principais temas do circuito econômico alternativo, a saber, o “terceiro setor”, a “economia social”, a “economia solidária” e a “economia popular (urbana)”. O termo “terceiro setor”, segundo França Filho (2002) e Lisboa (2004), é uma expressão que se originou de uma tradição anglo-saxônica e que se encontra particularmente impregnada pelas ideias de filantropia e voluntariado. A própria expressão “terceiro”, de um ponto de vista estadunidense, remete àquele setor que não se conecta e não depende diretamente do Estado – que, teoricamente, deve exercer a função de mediador das relações sociais e assegurar o bem-estar da sua população sem que, para isso, deva extrair vantagens financeiras de suas práticas –, e nem da iniciativa privada enquanto setor produtivo que visa o lucro e a acumulação de riquezas.

Nessa perspectiva de análise, o *terceiro setor* seria aquele que se destaca por ações sociais em prol da melhoria do bem-estar de frações da sociedade, ou da mesma como um todo, sem que, para isso, tenham de ser feitas reivindicações junto ao poder público e de forma independente de empresas que atuem de acordo com a lógica do mercado, isto é, com vistas ao retorno financeiro. Essas premissas promovem um esvaziamento político dessas iniciativas

tornando-as, muito mais, expressões de altruísmo, caridade e benevolência, do que uma crítica social seguida de uma tomada de iniciativa.

No âmbito jurídico as iniciativas pertencentes ao chamado *terceiro setor* são identificadas como “atividades ou organizações sem fins lucrativos” e “atividades ou organizações voluntárias”, isto é, entidades *da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativas*. Inserem-se entre as atividades do *terceiro setor* as ONGs (Organizações Não-Governamentais), as entidades filantrópicas, as OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e outras formas de associações, entidades, fundações e organizações religiosas que visem o bem comum.

Existe, contudo, uma longa e acalorada discussão a respeito das práticas do *terceiro setor*, visto que, ao fim e ao cabo, a grande maioria das entidades nele compreendida utiliza-se de recursos do Estado e do mercado, tornando sem sentido a designação “terceiro”. Ou seja, “a grande diversidade do que se descreve [como terceiro setor] traz divergências, confusões e debilidades conceituais, metodológicas e operacionais” (LISBOA, 2003, p. 253).

Enquanto a noção de *terceiro setor* inscreve-se em um contexto estadunidense e inglês (este em bem menor proporção que no primeiro), as noções de *economia social* e *economia solidária* inscrevem-se, conforme França Filho (2002) e Lisboa (2004), em um contexto europeu, mais geral, e francês, em particular.

Para Singer, (2003) a principal inspiração da economia social e solidária é o cooperativismo operário, surgido das lutas de resistência contra a Revolução Industrial, ao longo do século XIX e XX. Nele estavam contidos os princípios que iriam nortear as práticas e os discursos de muitos empreendimentos do tipo solidário/cooperativista/associativo na atualidade. Alguns antecedentes que serviram de inspiração e modelo para muitas dessas práticas foram: o movimento operário do século XIX e a instituição dos “bancos de trabalho”, onde se podiam trocar produtos por notas que representavam o número de horas gastas para produzi-lo; as comunas agrícolas, onde se praticava o princípio da repartição e da solidariedade na produção, no consumo, na poupança e em todas as áreas da vida social, levando o igualitarismo às últimas consequências; as cooperativas autogestionárias (diferentes das cooperativas por cotas), que pressupunham igualdade política (“1 cabeça 1 voto”), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa; entre tantos outros (SINGER, 2003, p. 117-119).

Essas noções relacionam-se a um contexto histórico que remete às experiências revolucionárias fortemente inspiradas no Socialismo Utópico, que afirmavam o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo como *alternativos* à economia capitalista, em meio às trágicas consequências da revolução industrial como a superexploração da força de trabalho e as péssimas condições de vida a que eram submetidos os trabalhadores nesse período.

Segundo Dias (2005), é na virada para o século XX que essas iniciativas passam a ser identificadas, primeiro e especialmente na França, como parte de um conjunto que vai ser intitulado “economia social”, por sua grande contribuição nos momentos de crise e fragilidade social. Os princípios da *economia social* serão não apenas reconhecidos como extremamente favoráveis ao contexto social europeu da primeira metade do século XX, como foram incorporados às práticas governamentais na forma do *welfare state*, ou Estado de bem-estar social, ou ainda, Estado-providência, cujas próprias denominações remetem a alguns dos princípios da *economia social* do século XIX.

Com a ascensão do Estado de bem-estar, a *economia social*, em si, praticamente desaparece e sede lugar, nos países centrais, a uma economia fortemente institucionalizada que funciona como um “prolongamento das funções do Estado”. O Estado se torna, então, o “detentor”, a “fonte” de onde emana a *economia social*, e essa condição retira dessas iniciativas econômicas o potencial insurgente e a capacidade de inovação das diversas práticas autogestionárias que são incorporadas ao padrão estatal.

É a partir do final da década de 1960 e dos anos 1970 que os princípios da *economia social* começam a ser retomados pela sociedade, com a crise do Estado de bem-estar nos países centrais, em especial na Europa Ocidental, e o início do processo de desregulamentação da economia e precarização do trabalho.

A economia solidária, tal qual ela surge no fim do século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregularão da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero etc. (SINGER, 2003, p. 116, 117)

Com a retirada paulatina do Estado de uma série de setores que até então eram assegurados pelo poder público (trabalho, saúde, educação, alimentação, transporte etc.) e a crise

econômica desencadeada pela reestruturação do modelo de produção vigente, a sociedade, especialmente aqueles grupos sociais menos privilegiados ao longo da história, se vê sem outra opção que não a retomada de práticas que objetivem a garantia do trabalho, do salário e da qualidade de vida, o que será feito por meio de práticas econômicas partindo da sociedade e voltadas para a sociedade, em sentido *strito*. Será uma retomada da *economia social* associada a um processo de renovada politização e atualização histórica, que vão promover atividades econômicas para fins e objetivos sociais, por meio da afirmação de ideais de cidadania e crítica ao *status quo*.

Pode-se dizer que a *economia solidária* vai ampliar as questões postas pela *economia social*, passando a envolver, além das dimensões social e político-econômica, também a cultura, a questão ecológica, a questão de gênero, entre outras. Seu intuito não é (apenas) remediar uma problemática social motivada por escassez de empregos, economia em recessão, custo de vida elevado e baixos salários, mas criar formas alternativas de viver em meio a isso e, quem sabe, superar “isso” por uma transformação social mais ampla.

Sendo a afirmação de uma outra racionalidade (e não meramente uma estratégia de inclusão dos excluídos), as emergentes experiências de ES não podem ser avaliadas apenas pela sua dimensão econômica, nem ficarem confinadas enquanto um segmento da economia, pois elas constituem também um amplo movimento social, estando triplamente inscrita tanto na esfera econômica, quanto social e política na medida em que são formas de produzir e consumir competitivas, inclusivas e emancipatórias, democratizando as instituições e relações de poder dominantes. Ela é parte, portanto, de um processo maior com múltiplas dimensões, exigindo a construção de um conceito (bem como indicadores) mais apropriado. Em suas experiências concretas, a ES não se contenta em ser simplesmente um organismo econômico, não cabendo num enfoque meramente funcional. Mais que um outro modo de produção, ela se insere num outro *ethos*: ela é um modo de vida que não se coaduna com o fundamentalismo mercantil. (LISBOA, 2004, p. 21-22)

Para Singer (2002), a *economia solidária* reafirma a emergência de atores sociais importantes, através da emancipação dos trabalhadores e seu redimensionamento como *sujeitos históricos*. Isso porque durante e logo após longas décadas de uma “paz social” motivada pelo “pleno emprego”, pela estabilidade econômica e social dos anos Pós-Guerra, a classe trabalhadora perdeu muito do seu poder de organização, da sua capacidade de se colocar coletivamente em questões sociais, políticas e econômicas e, principalmente, de seu poder de subverter, fugir ao esquema dado, criticar, se opor, inovar. Por isso, a economia solidária,

especialmente em terreno europeu, vai se destacar por recolocar os trabalhadores como protagonistas de direitos e, assim, se afastar de qualquer tipo de comparação com o chamado *terceiro setor* anglófono, que substitui o Estado nas suas obrigações e inibe a emancipação dos trabalhadores.

Não há, contudo, um consenso entre os autores que trabalham o tema da economia solidária. Se para Paul Singer, por exemplo, a economia solidária teria a ambição de alcançar “*outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual*” (SINGER, 2002: 10), tal definição não entra em pleno acordo com o que pensa Aníbal Quijano sobre o mesmo tema:

(...) não se trata de um ‘modo de produção’ alternativo, mas de organizações ‘não capitalistas’ aptas a pertencerem a um ‘mercado globalizado’, isto é, organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que como alternativas ao próprio capitalismo. (QUIJANO, 2002, p. 497)

Para Quijano (2002), o principal a ser considerado nas atividades da economia solidária são as *alternativas*, isto é, a ênfase está no “*apesar de*”, no “*para além de*”, e não no “*contra*”, quando se refere ao modelo capitalista em que nos inserimos. Isso pode soar “reformista”, mas tendemos a concordar com o autor na medida em que a “*superação do modo de produção capitalista*” implica a superação de um sem número de práticas introjetadas, de um *ethos capitalista* (como nos sinalizam alguns autores – LISBOA, 2004; SOUZA, 2006a), o que enfrentará difíceis obstáculos como a superação do consumismo, do produtivismo, da acumulação etc.

José Luis Coraggio (2006) contribui com uma análise propositiva e crítica para o tema. Para esse autor, a vida, a sobrevivência e a continuidade de nossas atividades econômicas, políticas, culturais, afetivas em meio ao modo de produção capitalista e todas as suas mazelas e prejuízos humanos é a constatação de um fato *evidente*, porém, não *inexorável*. Para CORAGGIO (2006), a crítica ao capitalismo deve ser, sim, um norteador para as nossas propostas e alternativas. Nesse sentido, a *economia solidária* deixa de ser “apenas” uma alternativa ao desemprego e a dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho (formal) e passa a ser uma estratégia de resistência e luta silenciosa, ou nem tanto.

A economia solidária, quando mal entendida, pode se por como um programa de integração social que trata de minimizar e reduzir a falta de coesão da sociedade. Mas, assim, estaríamos querendo integrar os excluídos na mesma sociedade

capitalista que os excluiu; agora como micro empreendedores que seja, mas, com mais das mesmas regras de jogo do sistema, que vai continuar reproduzindo essa exclusão e reproduzindo, sobretudo, a desigualdade extrema. Isso, sim, é o que temos que discutir. (CORAGGIO, 2006, p. 6)

Para esse autor, práticas econômicas solidárias não significam “integrar (de outra forma, ou da mesma) os excluídos no sistema que os exclui”, como se fosse uma *resposta* ao desemprego, à precarização e à alienação, por meio de empreendimentos associativos, mas colocar-se, *coletivamente*, contra o modelo de sociedade e de economia que impõe esses problemas como um *projeto de autonomia*.

O termo *economia solidária* identifica, hoje, uma série de práticas organizacionais inscritas numa dinâmica que gira em torno das chamadas “novas formas de solidariedade”. Para CORAGGIO (2001, 2006), a *economia solidária* não deve se definir apenas na sua relação com o mercado capitalista e o Estado – “por um lado porque, como utopia, a nega em alguns aspectos estruturais. Por outro porque, como proposta real, é insuficiente para alcançar os objetivos que propunha (outra globalização)”³ – mas sim como parte, e com referência, a todo o conjunto da *economia popular* do qual ela faz parte.

Diferentemente da situação do *terceiro setor* na América Anglo-Saxônica, e da *economia social* e *solidária* de tradição europeia, na América Latina a *economia solidária* não surge a partir do movimento operário, como acontece na Europa no século XIX, ou com o esgotamento de um *welfare state*, que nunca existiu de fato, ou existiu de forma residual, mas a partir de experiências de exclusão duradoura ou permanente do mercado de trabalho e de situações de falência de empresas que passaram a constituir experiências de autogestão.

A fragilidade do mercado de trabalho nos países periféricos e, especialmente, na semiperiferia capitalista mundial não se constitui predominantemente de trabalhadores precarizados pela reestruturação do modelo de produção e reforma do Estado, mas de trabalhadores (hiper)precarizados que sempre *viveram de*, e *em meio à* pequena produção de caráter artesanal e semiartesanal, atividades precárias de prestação de serviços e baixíssima remuneração, constituindo um circuito econômico inferior, subalterno que complementa e, ao mesmo tempo, garante as condições de existência e funcionamento do circuito superior. Em outras palavras, exprimem as atividades desenvolvidas por esses que se encontram fora do

³ “por un lado porque, como utopía, la niega en algunos aspectos estructurales. Por otro porque, como propuesta real, es insuficiente para lograr los objetivos que propugna (otra globalización)” (CORAGGIO, 2001, p. 6)

mercado de trabalho formal/assalariado, ou nunca conseguiram ingressar nesse grupo, como também pelos trabalhadores que, devido aos baixos salários, buscam no “trabalho por conta própria” (individual ou associativo) a complementação de sua renda.

Ao contrário da *economia social* e da *economia solidária*, que remetem a um contexto e a uma realidade europeia e anglo-saxônica, LISBOA (2004) nos lembra que a *economia popular* possui um “caráter muito latino-americano” na medida em que relaciona o contexto social e político semiperiférico a uma realidade econômica *muito heterogênea* que se desenvolve e se explica por meio de numerosas e variadas atividades produtivas, comerciais e de serviços em setores pobres das grandes cidades, das franjas urbanas e, também em espaços rurais.

Quando se fala da economia popular, conceitualmente, trata-se da produção de bens, mercadorias e da prestação de serviços por meio do desenvolvimento de atividades econômicas que se inscrevem em um espaço específico, em geral urbano, mas não exclusivamente, e com uma dinâmica temporal também específica. Essas atividades, normalmente, estão calcadas numa base popular, de estilo comunitário, onde os indivíduos compartilham não apenas o substrato material, o espaço concreto, mas uma espacialidade e uma territorialidade construídas pelas suas histórias de vida, pela sua forma de estar ali e estar no mundo, pelas relações culturais, afetivas e pelos conflitos ali inscritos.

A articulação entre a necessidade de quem trabalha, a demanda de quem espera por esse trabalho, e os saberes populares ancestrais apontam que ser um vendedor ambulante, ou um camelô, que compartilha o espaço de um “camelódromo”, ou uma simples calçada, um sinal de trânsito é, também, fazer parte de um fenômeno que pode ser lido e interpretado a partir de uma análise sócio-espacial. De onde veio, por que veio e por que está, onde vive, onde “ganha a vida”? São perguntas que explicam a constituição de uma economia popular não por uma conjuntura desfavorável ao emprego e uma estrutura que impede ou dificulta a realocação de certos postos de trabalho, ou uma falta de assistência do poder público, mas por uma condição de hiperprecariedade para certos grupos sociais que é historicamente reproduzida na *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial* da cidade, como definido por SOUZA (2005 e 2008), “[a] fragmentação, como o nome indica, relativiza ainda mais e decisivamente uma unidade desde sempre já relativizável à luz de sua diversidade”. (SOUZA, 2005, p. 217).

A referência à fragmentação do tecido sociopolítico-espacial ajuda na definição de territórios definidos e delimitados por práticas econômicas e sociais quotidianas de caráter

popular, no sentido de se restringir a certos grupos sociais de baixa renda e condições de vida precárias. No entanto, a *economia popular* não se resume a uma *economia* meramente *informal* praticada por pobres em áreas precárias. Normalmente a *economia popular* se constitui de atividades informais, mas nem toda atividade informal corresponde à *economia popular*. Além disso, há uma diferença entre essas que pode remeter a um projeto político de fato.

A economia informal, analisada de maneira geral, assume a forma de “microprojetos individuais”, que configuram uma espécie de *simulacro precário* das práticas econômicas (produtivas e mercantis) formais (cf. LISBOA, 2004), de forma que essas práticas não afirmam, necessariamente, uma relação com a base social local, comunitária ou com um saber ancestral. Ou seja, enquanto a economia informal tem como característica a adoção de práticas que tentam reproduzir, ainda que precariamente, as relações formais de produção e trabalho capitalistas, a economia popular, por princípio político, teria como fundamento a reinvenção dessas práticas, sua adaptação (completa ou parcial) aos problemas, projetos e possibilidades da comunidade a qual está vinculada. Assim,

(...) o que caracteriza a EPS, insistimos, não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal), ou estarem desvinculados do mercado, mas sua condição de estar voltada para prover o sustento do grupo (experiência associativa) sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. Por isto não podemos confundir-la com uma espécie de "capitalismo popular". (LISBOA, 2004, p. 10)

Aliás, essa parece que tem sido a única, ou a maior preocupação dos governos nos últimos anos em relação à precarização e hiperprecarização do trabalho: a tributação da renda e o pagamento de impostos. Como se a responsabilidade sobre os inúmeros problemas relacionados à administração pública e a “falta de dinheiro” para investimentos em setores como hospitais, escolas, universidades, transportes etc., fosse a não arrecadação de impostos proporcionada pelos trabalhadores que “não recolhem”, logo, “não contribuem” para a construção social do país. Apenas “lotam” os hospitais, “usam” as escolas públicas com seus, “lotam” os transportes públicos, “competem” com os lojistas/empresários (que pagam regularmente os seus impostos) ao instalarem bancas de camelôs com produtos mais baratos (sem nota fiscal, sem registro de procedência, sem pagar luz, IPTU, ou aluguel) nas calçadas, nas portas das lojas.

Para o governo, e para uma grande parcela da população, em especial a classe média, o trabalhador informal (hiper)precarizado é um problema social e econômico que pode ser “sanado” com um registro administrativo e uma regularização fiscal. Ninguém se questiona a respeito do por que de tal situação. Não existe o olhar prospectivo, apenas a visão embaçada pela lógica de exploração e competição capitalista.

As tentativas de “legalização” e formalização do trabalho predominantemente informal no Brasil já percorrem alguns anos. Desde 2007 circulava no congresso brasileiro a lei que propunha a criação da *Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios* (REDESIM)⁴, originada da *Lei Geral da Micro e Pequena Empresa*⁵ de 2006. A REDESIM procurava estabelecer “normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas” e por “empresários” e “pessoa jurídica” entenda-se toda sorte de trabalhadores informais que atuam “por conta própria” na prestação de serviços e pequenas produções familiares, domésticas e afins.

Em 2008 é criada a figura do *Microempreendedor Individual* (MEI)⁶, a partir da modificação de partes da *Lei Geral da Micro e Pequena Empresa* e, no ano de 2009, é aprovado o regimento interno do *Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios* (CGSIM)⁷ que trata sobre o procedimento especial para registro e legalização do MEI.

Em 2010 esse comitê altera a legislação referente à inscrição de novos microempreendimentos individuais e passa a incluir na composição dos seus subcomitês estaduais e do Distrito Federal um representante da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), o que, em si, já aponta para uma aproximação de “concorrentes” e concorrência desproporcional em termos de força política. A próxima resolução desse comitê será o estabelecimento de regras a serem seguidas quanto a pesquisas prévias para abertura das empresas e à regulamentação da classificação de risco da atividade para concessão de alvará de funcionamento (provisório ou definitivo) no âmbito da REDESIM. Ainda em 2010 é finalmente

⁴ LEI Nº 11.598/2007.

⁵ LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (*LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA*).

⁶ LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2008.

⁷ RESOLUÇÃO CGSIM Nº 1/2009 até Nº 23/2009; DECRETO No 6.884/2009.

aprovado pelo CGSIM o sistema que altera, cancela e dá baixa do registro de MEI concretizando sua integração ao SIMPLES nacional⁸.

De acordo do o cadastro no *SIMPLES Nacional*, o trabalhador que deseje fazer sua inscrição deverá pagar taxas fixas mensais que variam de acordo com as atividades realizadas, quantia essa que será reajustada com o salário mínimo. Uma observação em destaque no cadastro, contudo, é a de que a atividade exercida, ainda que na residência do MEI, necessita de autorização prévia da Prefeitura para o seu funcionamento⁹.

O que se deduz dessa trajetória legislativa de cerca de cinco anos é uma política não mais do que demagógica de “inclusão social” e “valorização do trabalho”. O fundamento da lei que buscava registrar de maneira simplificada e barata o trabalhador, em qualquer situação de trabalho, desde que este atuasse em atividade lícita e dispusesse de cerca de 50 reais mensais (na época) em taxas em troca de seguro previdenciário, aposentadoria e crédito bancário, transformou-se em um emaranhado de leis revistas e revogadas por um jogo político que, ao fim e ao cabo, dificultou e até impossibilitou o acesso a esse recurso para grande parte dos trabalhadores informais precarizados.

A introdução de representantes de associações comerciais e empresariais não aconteceu por acaso ou para ampliação e democratização da participação, mas para defender os interesses dos gestores, dentro daquela visão da “competição” que mencionamos algumas linhas a cima. Essa participação coincide exatamente com a introdução de novas “exigências” trazidas pelos subcomitês e pelos grupos de discussão criados em torno dos temas do Licenciamento e Avaliação de Riscos, sob uma ótica elitista, burocrática e autoritária.

A vinculação da inscrição a uma série de documentos e alvarás inviabiliza esse tipo de regularização para a grande maioria dos trabalhadores que não têm como consegui-los ou arcar com seus custos, mesmo aqueles que trabalham em espaços regularizados como os “camelódromos”, já que os alvarás nem sempre são individuais, mas para funcionamento coletivo como associação. Nesses casos, o CNPJ, normalmente é da associação, e não do trabalhador, o que implica uma série de outras exigências jurídicas. Ou seja, do ponto de vista jurídico, dificilmente será alterada a situação de trabalho de grande parte dos trabalhadores informais precarizados, da *economia popular*, no Brasil como ambulantes/camelôs, prestadores de serviços

⁸ RESOLUÇÃO CGSN Nº 58/2009.

⁹ Cf. <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>, acesso em 07 de outubro de 2011.

entre outros, ainda que a questão dos custos financeiros não seja fundamental. E isso demonstra o tipo de política vigora no país e a serviço de quem.

O espectro da economia popular, no entanto, é muito amplo e diverso, assim como também o é a definição e delimitação do trabalho (hiper)precarizado urbano. Apesar da expressão “economia popular” ser utilizada com frequência na literatura para fazer referência a algumas experiências de (auto)organização popular em torno de uma solução ou alternativa a certas dificuldades e obstáculos do mundo do trabalho e de reprodução da vida, a experiência mostra que nem sempre essa é uma realidade alcançada. Em geral, a economia popular passou a abrigar uma gama muito variada de atividades que não expressam, necessariamente, algum tipo de projeto político comum ou de organização coletiva. O caráter de resistência tão destacado na literatura como uma característica marcante em diferentes experiências e movimentos sociais tem se diluído em uma ampla miscelânea de atividades de produção e serviços, únicas ou complementares para um número grande, e cada vez maior, de trabalhadores nas cidades brasileiras, latinoamericanas e certamente outras.

3. Circuitos econômicos alternativos e suas práxis

Segundo ativistas sociais que se dedicam a discussão e a práxis político-econômica como forma de estabelecer críticas ao modo capitalista de produção e criar alternativas ao mesmo, a definição de *economia popular* encontra-se, por demais, desgastada, ou mesmo nunca correspondeu ao que o nome deveria designar. Ela descreve atividades precárias de sobrevivência na cidade para uma parcela considerável da população que não encontra outra possibilidade de fazê-lo. Na visão de um ativista que vem se dedicando, há quase quarenta anos, ao trabalho com organizações de movimentos sociais que têm, entre outros objetivos, a crítica às condições de trabalho e a que são submetidas os trabalhadores no sistema capitalista, a economia popular possui uma definição simples e, ao mesmo tempo, desafiadora.

A economia popular é a economia que tá aí, a economia do povo. Aos trancos e barrancos, se virando, ganhando uma mixaria aqui, gastando ali, né? Essa é a economia popular, por exemplo, os camelôs... é uma economia popular. Agora, essa nossa aqui é uma economia popular organizada. Coletiva. O que as pessoas chamam por aí, até porque esse nome já virou banalidade, economia solidária. É um nome bem aceito pela mídia e tal. Por que é que eles aceitam economia solidária? Porque é uma economia que tem mais humanismo...
(...)

Eu acho que a economia popular, a tendência, é cada vez mais sofrer perseguição. A tendência é essa: vai ficar cada vez mais difícil as pessoas sobreviverem na economia informal. Por quê? Porque é isso que a gente vê, né? Os espaços sendo ocupados pela Guarda Municipal, e o próprio capitalismo não aceita isso, né, e vai forçando... Então as pessoas têm que migrar pra uma iniciativa dessas como a que a gente tá propondo, ou vai viver eternamente nessa dificuldade aí... Muito complicado... Não tem futuro, não tem futuro! O futuro é se organizar! E aí as propostas dos grupos que têm por aí, pra se organizar, é juntar os camelôs e se organizar pra se firmar em determinado lugar e tudo mais. Mas não propõe essa organização que a gente tá propondo, que é a autogestão. Criar grupos, associações que possam gerir seu próprio negócio de forma coletiva, de forma que beneficie a todos.
(Entrevista com uma importante liderança do MCP¹⁰, realizada em 29/09/2011)

Como bem ressalta Coraggio (2006),,

(...) não podemos idealizar a economia popular existente hoje. É verdade que, nela, podemos encontrar atores que são solidários, mas isso não quer dizer que ela seja solidária. Pois vamos encontrar também, no meio dela, vários atores que são altamente competitivos; podemos encontrar, dentro da própria economia popular, setores que são altamente destrutivos da vida dos outros. (CORAGGIO, 2006, p. 2)

Essa dificuldade em se estabelecer um parâmetro de análise que ajude a elucidar e salientar o princípio e fundamento das práticas econômicas surgidas das camadas populares é que vai levar alguns autores (especialmente CORAGGIO e LISBOA) a tomarem como referência de análise a expressão *economia popular*, acrescida do adjetivo *solidária*, ou *economia popular de solidariedade*, somando à economia solidária (e seus princípios econômicos-políticos) a realidade *hiperprecária* do trabalho e da vida nas áreas urbanas da semiperiferia capitalista.

A expectativa desses autores é de que a economia popular, com todos os obstáculos materiais e imateriais enfrentados por seus protagonistas, guarde em si o germe de uma possível transformação social. Dessa forma, o grupo social, ou parte desse grupo de trabalhadores urbanos (hiper)precarizados, guardaria o potencial (que pode ser manifestado, ou não) de se transformar numa *opção* social, econômica e política.

Partindo-se, então, de uma visão da economia popular que tem um *setor solidário* e, também, um *não-solidário*, e que ambos se reproduzem no interior de uma macroeconomia que, efetivamente, não é solidária, estamos nos referindo, com base em Coraggio (2006), a empreendimentos que apresentam graus variados ou extremamente diferentes de solidariedade e

¹⁰ Movimento das Comunidades Populares.

horizontalidade interna. Nesses setores os diferentes conjuntos e as diferentes experiências de economia popular solidária podem se manifestar tanto apenas no interior do empreendimento (entre os membros da unidade domiciliar, ou da unidade de produção familiar/comunitária, por exemplo), ou se expandir na forma de redes de solidariedade para estabelecer relações com outros empreendimentos de tipo semelhante, ou configurar formas de solidariedade entre diferentes iniciativas e com diferentes graus de profundidade.

No que tange as experiências *oficiais* relacionadas à economia popular solidária na cidade do Rio de Janeiro, é importante destacar que, em 2009, foi criada uma Secretaria Municipal especificamente para “promover o desenvolvimento econômico solidário”, a *Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Cidade do Rio de Janeiro* (SEDES).

Nessa Secretaria está inserido o projeto *RIO ECOSOL*¹¹, um projeto que visa promover a economia solidária em quatro comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro (Complexos do Alemão e de Mangueiras, Morro Santa Marta e Cidade de Deus), bem como o desenvolvimento econômico local. Isso através de programas de *capacitação* do trabalhador para a economia solidária e fortalecimento de empreendimentos desse tipo já existentes nas comunidades.

O *RIO ECOSOL* conta com investimentos públicos da ordem de oito milhões de Reais de um pacote de 100 milhões em projetos sociais aprovados para a Prefeitura do Rio no âmbito do *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (o PRONASCI) o qual não contém, propriamente, fundamentos e princípios que estimulem a autogestão e a autonomia individual e coletiva, já que estão inseridos na mesma lógica de exclusão e higienização dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura com parcerias públicas e privadas, para transformar o Rio de Janeiro em uma cidade-vitrine, passível de comercialização material e imaterial: UPPs, revitalização do Centro e Zona Portuária, megaeventos esportivos, privatização dos espaços públicos para realização de shows e eventos internacionais etc.

O projeto acaba, com isso, se assemelhando muito mais a um paliativo para questões bem mais profundas existentes na cidade do Rio de Janeiro, sua região metropolitana e em outras,

¹¹ Projeto idealizado e coordenado pelo *Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (Soltec/UFRJ) – responsável pelo desenvolvimento da sua metodologia, calcada na “pesquisa-ação” e na “participação” – e pelo *Centro de Ação Comunitária* (CEDAC), ONG responsável pela “formação e educação popular para o trabalho”.

que é a gigantesca segregação sócio-espacial existente na cidade que reproduz a lógica do trabalho precário informal como única alternativa possível para milhares de cidadãos, como argumenta LISBOA (2005):

A solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo, apenas como resultado de políticas estatais. A socioeconomia solidária depende, primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade. (LISBOA, 2005, p.6)

A “economia solidária”, no sentido colocado nesses projetos e leis, pode ser traduzida apenas como uma “regularização” de parte do *trabalho informal*, sem, contudo, alterar sua situação de *subalternidade*.

Para Coraggio (1987 e 2003) a *economia popular* que existe e ganha vulto a cada ano entre os países da semiperiferia do capitalismo e, recentemente, com a crise econômica mundial, entre alguns países centrais, com todas as suas características, não garante condições de sobrevivência para todos os trabalhadores e famílias. Para esse autor, faz-se necessária “uma aproximação sistêmica para transformar esse todo caótico em um conjunto organicamente vinculado de produção e reprodução, que volte a vincular o trabalho à satisfação de necessidades definidas historicamente por sociedades democráticas” (CORAGGIO, 2003, p. 90).

Para esse autor, a mudança nas bases do sistema atual e sua conversão em um sistema que demonstre respeito e integre de forma participativa esses trabalhadores não vai ocorrer com programas assistencialistas de governo, ou como ele denomina, “programas unidimensionais”, como o microcrédito, as regras de inserção e regularização do trabalho informal (como o registro no “SIMPLES Nacional”, mencionado anteriormente), a capacitação para o trabalho na linha da “reciclagem da mão de obra”, as “cooperativas de fachada”, ou o “financiamento da economia solidária” (como o RIO ECOSOL proposto pela Prefeitura do Rio), mas com uma estratégia consciente que implica uma mudança da correlação de forças, nas relações de poder, entre diferentes grupos sociais. Para isso, devem estar incluídos fatores relativos às políticas para o trabalho, habitação, educação, cultura entre outros, de forma articulada. E isso exige um estado de democracia e participação que realmente conduzam a práticas mais horizontais e autogestionárias.

4. Considerações finais... ou para pensar o desenvolvimento urbano

A economia informal é secular no Brasil, assim como a precariedade do trabalho. O hiperpreariado urbano atual traz em si a essência do trabalho árduo, mal remunerado, de risco que muitos cidadãos insistem e classificar como invisível: “a economia invisível”. Quando na verdade essa economia não tem nada de invisível, mas, ao contrário grita diante de nós a cada passo nas ruas, a cada olhar pela janela de casa, do carro, do ônibus... Os “invisíveis” sempre viveram dos mercados locais, de abrangência espacial relativamente restrita, de baixo teor tecnológico, mas elevado potencial criativo e de flexibilidade na dificuldade (o famoso “jeitinho brasileiro”, o “jogo de cintura” não estão apenas no futebol e no samba) e contribuem para esses mercados, ainda que subordinados à lógica de uma economia considerada “visível”, reforçando o que, em 1979, Milton Santos já denominava como o *espaço dividido* da articulação dos dois circuitos: o inferior e o superior.

Como dizíamos no início dessa seção, há saídas, há experiências de sucesso e há, também, obstáculos e fracassos. A existência dessas experiências, bem ou mal sucedidas serve como um farol para nos prepararmos, aperfeiçoarmos e mais do que isso, para fazer refletir sobre o que temos e o que queremos, especialmente em se tratando de trabalho e espaço urbano. Para Kowarick (1994),

(...) falta ainda muito esforço teórico e de pesquisa para obter instrumentos conceituais adequados que deem conta da problemática referente à ligação entre *exploração do trabalho e espoliação urbana* que, segundo tudo indica, só por razões de facilidade analítica podem ser abordadas de maneira separada. Ou seja, falta ainda quebrar a separação que usualmente se faz entre “esferas” da produção e reprodução da força de trabalho. (KOWARICK, 1994, p. 49)

O planejamento urbano conservador durante muito tempo priorizou uma “organização” da cidade que relegou a população de baixa renda às periferias.

A distribuição espacial da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. (KOWARICK, 1993, p. 33)

Contudo, esse trabalhador (hiper)preariado e que *ocupa* o espaço da cidade conhece e questiona esse tipo de política urbana, lutando pelo seu lugar (literalmente) na cidade. Eles querem trabalhar onde há mais oportunidades de trabalho, querem morar onde há disponibilidade

de transportes, equipamentos urbanos de consumo coletivo, serviços básicos etc. Em outras palavras, querem também, uma radicalização da participação popular no sentido da democratização do planejamento e da gestão das cidades (SOUZA, 2003, 2006a e 2006b).

Muitos espaços passíveis de uma reintegração à sua função social por meio de uma reforma urbana encontram-se “abandonados” no Centro e em outros bairros da cidade do Rio de Janeiro, enquanto milhares de cidadãos demandam por habitação, renda e condições de vida dignas. É uma questão de relacionar esses elementos. Trabalhar é um direito e uma necessidade também para esses moradores de áreas pobres. É o que vai ajudar na reconstrução da vida em *outro espaço*, pensado e produzido coletivamente.

REFERÊNCIAS

CORAGGIO, Jose Luis. Los complejos territoriales dentro del contexto de los subsistemas de producción y circulación. **Colección Textos N.2**, Centro de Investigaciones CIUDAD, Quito, 1987.

_____. El trabajo desde La perspectiva de La economía popular. **Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario sobre los impactos territoriales de la reestructuración laboral en la Argentina**, San Carlos de Bariloche, 27-30 de mayo 1996.

_____. “Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa”. **Presentación en el II Encuentro Internacional sobre Globalización de la Solidaridad**, Québec, 9-12 octubre 2001.

_____. “Economia do Trabalho”. In CATTANI, Antonio Davi (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria. In: “Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação”, organizado por CAPINA (Cooperação de Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) – Universidade Católica de Salvador. Salvador - BA, 5 e 6 de dezembro de 2006.

DIAS, Mário Caldeira. “Economia Social e o Estado Providência”. **Sociedade e Trabalho**. Número 25, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. “Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais”. **Bahia: Análise e Dados**. Salvador, SEI v. 12, no. 01. P. 9-19. Junho de 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Trad. Adail U. Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. (org.) **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LIPIETZ, Alain. & LEBORGNE, D. O Pós-fordismo e seu espaço. In **ESPAÇO E DEBATES**. Ano VIII, no. 25, (12-29), 1988.

_____. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In VALLADARES e PRETECEILLE (coord.). **Reestruturação urbana: Tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

LISBOA, Armando de Melo. Economia popular. In: ENDERLE, G. et al. **Dicionário de ética econômica**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

_____. “Solidariedade”. In CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**. Disponível em <www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso101.pdf>. Uberlândia, 2004.

_____. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, setembro de 2005.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro, 2002.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **Reestruturação produtiva e des-territorialização no Médio Vale do Paraíba Fluminense**. 2005. Dissertação - Mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In **Território**, LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 6, 1999.

SCOTT, A. J. e STORPER, M. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. **ESPAÇO E DEBATES**, Ano VIII, no. 25, p. 30-44, 1988.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária. In CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Together with the state, despite the state, against the state: Social movement as 'critical urban planning' agents. **City**, Vol. 10, No. 3; 2006b.

_____. **Fobópole**: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.